

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 23

(Sem revisão final)

6 de março de 2019

(17 h 19 m – 22 h 40 m)

Ordem do dia:

Audição do General Frederico José Rovisco Duarte

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Carlos Peixoto (PSD)

Santinho Pacheco (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Ascenso Simões (PS)

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em condições de dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 19 minutos.

Srs. Deputados, como sabem, a nossa ordem de trabalhos de hoje, para além da audição do Sr. General Rovisco Duarte, tem como ponto prévio a deliberação sobre a prorrogação dos trabalhos desta Comissão de Inquérito.

Tendo tomado posse a 14 de novembro, o prazo concedido termina no dia 14 de março, pelo que o Plenário com poderes para prorrogar o prazo desta Comissão de Inquérito é do da próxima sexta-feira, porque o outro já é em data subsequente, e, portanto, sem mais delongas e, presumo, sem necessidade de esclarecimentos complementares, solicito aos Srs. Deputados que votemos a proposta de prorrogação do prazo desta Comissão de Inquérito por 90 dias.

Não havendo pedidos de palavra, vamos, então, votar.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Esta deliberação será, obviamente, comunicada ao Sr. Presidente da Assembleia da República.

Vamos, agora, continuar com o ponto 1 da nossa ordem de trabalhos, pedindo aos serviços que façam entrar o Sr. General.

Pausa.

Srs. Deputados, na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material

Militar Ocorrido em Tancos, temos hoje connosco o Sr. General Frederico José Rovisco Duarte, a quem agradeço a presença.

O Sr. General informou-me que pretende usar a prerrogativa regimental que lhe é dada de fazer uma declaração prévia à inquirição.

Portanto, nesses termos, dou a palavra ao Sr. General.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte** (Ex-Chefe de Estado-Maior do Exército): — Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É com elevado sentido de responsabilidade institucional que venho à Comissão Parlamentar de Inquérito imbuído do espírito de total colaboração no apuramento de responsabilidades relativas ao caso de Tancos.

Como as Sr.^{as} e os Srs. Deputados conhecem, assumi o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército no dia 15 de abril de 2016, depois de ter exercido o cargo de Inspetor-Geral do Exército. Antes tinha sido Comandante de Instrução e Doutrina, tendo procedido à extinção deste comando na sequência das transformações organizacionais que o Exército tem vindo a sofrer.

Contrariamente a algumas afirmações, a minha vida profissional foi marcada por desempenho de cargos e funções diversificadas, designadamente no âmbito operacional, ensino e formação e Estado-Maior, quer em território nacional quer no estrangeiro.

Os cargos de comando foram uma constante ao longo da minha vida, desde aspirante a oficial nos anos 80 até general em 2016. Comandei pelotões e baterias, comandei o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Aerotransportada Independente, fui 2.º Comandante de Regimento, Comandante de Escola Prática de Artilharia, Oficial de Operações, Oficial de Estado-Maior, Chefe de duas divisões do Estado-Maior do Exército, Professor de Recursos Humanos no Instituto de Altos Estudos Militares,

Diretor de Ensino, em acumulação com o cargo de Subdiretor no Instituto de Estudos Superiores Militares, Chefe de Gabinete do ex-Chefe de Estado-Maior, Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, Presidente do Conselho de Arma de Artilharia e seu Diretor Honorário e Vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército.

No exterior, além da frequência de cursos de qualificação, tive a grata de experiência de participar no processo de paz em Moçambique, em 1994, e, em Itália, de servir na Eurofor, Força Operativa Rápida, durante três anos.

Se falo neste breve mas intenso currículo é apenas para esclarecer, se dúvidas houvessem, que, ao assumir o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército, em 2016, eu tinha um projeto em mente e sabia o que ia fazer.

Sintetizo numa simples frase: desenvolver uma abordagem mais holística, procurando promover um planeamento mais objetivo, com maior ênfase no curto prazo, mais coordenação a todos os níveis e maior supervisão.

A minha conduta foi, assim, marcada por um rigoroso planeamento e por assertividade, algo ríspida, concordo, aquando das decisões, visando a concretização desse mesmo planeamento. Não escondo que, perante uma linha de ação dinâmica e algo dura, senti muito incómodos.

Os cargos e funções desempenhados deram-me o conhecimento necessário e útil para poder iniciar um percurso determinado no sentido da modernização do Exército.

Esta palavra – modernidade – acompanhou-me, assim, desde abril de 2016, esteve presente em três momentos menos bons do meu comando, influenciando as minhas decisões relativas aos incidentes dos Comandos e de Tancos e esteve na origem do meu pedido de demissão em 2018, comando que considero imensamente gratificante.

A modernidade associada à eficiência, sob o ponto de vista da administração do ramo, teve a cooperação inequívoca e possível da tutela em

assuntos tão complexos quanto delicados, designadamente: na batalha por um novo regime de incentivos ao pessoal militar em regime de contrato; no levantamento do Regimento de Apoio Militar de Emergência e na obtenção de equipamentos de proteção individual com o apoio do Ministério da Administração Interna; nas prioridades às infraestruturas, materializadas nos primeiros investimentos nos paióis em 2016, bem como em Lamego, em Ponta Delgada e em outros de elevada relevância; na utilização das verbas resultantes da alienação do Prédio Militar 164, afeto à Manutenção Militar, investidos na recuperação das messes militares; na extinção da Manutenção Militar; no início da reorganização do Laboratório Militar; no sucesso da execução da Lei de Programação Militar (LPM) em 2016, 2017 e 2018, conseguido com certeza, rigor, conforto e apoio jurídico decorrente da opção da NSPA (*NATO Support and Procurement Agency*); na investigação e desenvolvimento, através de cooperação com universidades; na cultura, no ensino, na abertura à população; no sistema integrado de gestão, através da implementação de novos módulos relacionados, fundamentalmente, com a gestão de material; na messe militar de Lagos onde conseguimos cerca de 70 000 dormidas no ano passado; e no ajustamento do dispositivo.

Mas a modernidade associada à eficácia teve reflexo da atividade operacional, designadamente: com a retração do Kosovo, conseguida sem custos ambientais; na abertura do teatro de operações da República Centro Africana; na abertura do teatro de operações do Afeganistão com tropa normal.

A modernidade associada à imagem pública teve expressão com os juramentos de bandeira e cerimónias fora dos quartéis.

A modernidade no âmbito do planeamento e gestão estratégica teve expressão no âmbito financeiro com a alteração dos paradigmas de planeamento, no processo de revisão da LPM, estando na origem do parecer

parcialmente negativo que dei à proposta da LPM, e na sustentação logística da força nacional destacada no Afeganistão.

Por isso, sabendo o muito que se fez nesse sentido e que a situação continuará a exigir atenção, penso que, além dos objetivos que a Comissão visa alcançar, poderão ser conseguidos outros resultados no sentido de ajudar a resolver ou a mitigar muitos dos problemas que ainda persistem e que, se forem consistentes e credíveis, poderão fazer doutrina no âmbito da administração dos ramos, bem como no relacionamento entre instituições no âmbito da segurança coletiva que não só na segurança militar.

Penso também que o enfoque deve ter em atenção a perspectiva funcional dos Países Nacionais de Tancos, centrando-se nas condições existentes à data do furto, procurando perceber as verdadeiras causas por que se chegou a este ponto e não perder-se tempo com questões relacionadas com a exploração de interesses pessoais em particular os expostos após os incidentes.

Considero, assim, que seria conveniente que fossem identificadas as entidades com responsabilidades de comando, direção ou assessoria que, conhecedoras do problema, poderiam ter atuado preventivamente no exercício das suas competências hierárquicas, funcionais ou técnicas, particularmente face à persistência das deficiências infraestruturais, do controlo de acessos e da vigilância eletrónica, visando, assim, a manutenção e a segurança das suas funcionalidades.

O mesmo se aplicará no campo das responsabilidades políticas face às restrições que foram sendo impostas à instituição militar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me que faça uma muito breve análise pessoal ao que me foi dado viver neste curto mas intenso período, no sentido de contribuir positivamente para alcançar os objetivos que esta Comissão de inquérito visa atingir.

Assim, procurando sistematizar o problema dos Paióis Nacionais de Tancos sob o ponto de vista funcional, considero terem existido três fases muito distintas: uma primeira fase que vai desde a construção dos paióis e a ativação dos mesmos até 2006, ano de alteração do modelo organizacional do Exército, ditado pela extinção das regiões militares e a criação dos comandos funcionais – uma data extremamente importante, 2006; uma segunda fase que vai de 2006 até ao esvaziamento dos paióis; e a terceira fase que vai desde esse momento até ao presente.

Esta abordagem centra a atenção nas condições existentes à data e situa o furto no contexto criminal, permitindo, assim, uma abordagem integrada em termos de funcionamento do sistema de gestão das munições, explosivos e artifícios e artefactos de fogo e das infraestruturas.

Mas, sinteticamente, poderemos falar também de um antes e de um depois, se falarmos unicamente do furto, sendo que existirá um durante mas este estará, certamente, na esfera de responsabilidades do Ministério Público.

Assumindo-se esta análise simples do antes engloba uma janela temporal de cerca de 20 anos e pode ser caracterizado: pela existência de indecisões no interior da instituição militar — Exército — relativamente à definição da unidade militar responsável pela segurança física dos paióis, em determinada altura Depósito Geral de Material do Exército, Unidade de Apoio, Escola Prática de Engenharia, Regimento de Engenharia n.º 1 ou Brigada de Reação rápida; pelo condicionamento político que a instituição sofreu ao longo destes anos, seja decorrente dos processos transformacionais que a mesma foi sujeita, seja pelo modelo de serviço, seja pela revisão do seu sistema de forças, seja pelas condicionantes impostas pelo momento e volume dos recursos disponibilizados, continuamente aquém do nível mínimo considerado adequado pelo comando do Exército; pela degradação da condição militar, particularmente acentuada em 2011, consequência das restrições decorrente do Memorando da troica, que se refletiram nas

condições da prestação de serviço, nas condições de progressão nas carreiras, no congelamento da progressão no sistema retributivo e na degradação do apoio prestado; por alguma inação do comando aos vários níveis, fundamentada no facto de as deficiências serem amplamente conhecidas e não terem sido providenciadas e implementadas medidas eficazes, visando a sua resolução; por alguma deficiente supervisão no exercício de ação de comando, talvez motivada pela execução de rotinas sem valor acrescentado; pela sobrecarga de tarefas acometidas às unidades; pelo não estabelecimento de prioridades; pela evidente falta de orientação do escalão hierárquico; por deficiente perceção das missões prioritárias; por falta de discernimento ou – porque não? – por desmotivação pessoal devido, fundamentalmente, à alegada falta de recursos.

Depois, a partir da difusão do comunicado do Exército, no dia 29 de junho de 2017, fez-se convergir sob o comando do Exército várias linhas de força, provocando efeitos diversos e persistentes no tempo com diferentes intensidades, designadamente: a procura de explicações para o sucedido por parte do Estado-Maior General das Forças Armadas, da tutela e da Casa Militar da Presidência da República, bem como de outros ramos das Forças Armadas; o apoio a prestar à investigação desencadeada pelo Ministério Público e iniciada pela Polícia Judiciária Militar; a gestão da informação interna e externa, aquela envolvendo o canal de comando aos diferentes níveis de responsabilidade provocando angústias e expetativas nas respetivas estruturas de comando, esta com origem nas redações dos órgãos de comunicação social, na procura desenfreada de informação, ávida de pormenores; e, por último, no âmbito político, a exploração partidária.

Face a esta convergência foi decidido o seguinte: conter objetivamente a informação a disponibilizar publicamente; proceder ao diagnóstico da situação, designadamente o que aconteceu e porquê; introduzir medidas

corretivas; identificar responsabilidades e atuar disciplinarmente; colaborar com as investigações.

Sob o ponto de vista do Exército, podemos considerar que o depois decorreu até final de 2017 com o apuramento das responsabilidades disciplinares e teve alguma expressão pública a partir do momento em que referi aos órgãos de comunicação social que, no que competia ao Exército, o processo estava encerrado, o que aconteceu no dia 19 de janeiro de 2018 aquando da minha visita à força que estava em fase de aprontamento no Regimento de Infantaria n.º 14, em Viseu, com destino ao Afeganistão.

Sr. Presidente da Comissão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estou totalmente disponível para responder às questões que queiram colocar, mas devo dizer, porém, que não gostaria de comentar opiniões expressas pelos meus antecessores, não obstante terem sido proferidas nesta Comissão algumas afirmações que se situam no âmbito confidencial pessoal.

Manterei alguma reserva sempre que estiverem em causa assuntos classificados, seja devido ao segredo de justiça, seja devido à classificação de segurança militar, mas procurarei ser factual e fundamentar com novos dados, porque algumas afirmações proferidas nesta Comissão contiveram omissões significativas que afetam a clareza das atitudes e dos comportamentos.

Como disse na minha primeira audição na Comissão de Defesa Nacional a falta de recursos não poderia justificar a menor atenção pela segurança dos paióis, nem a falta de dinheiro nem a falta de pessoal.

A resposta mais simples e mais consistente que consigo encontrar para a degradação das infraestruturas e equipamento de vigilância nos Paióis Nacionais de Tancos é que se tratou de uma falha, dilatada no tempo, no Comando das Forças Terrestres e no Comando da Logística potenciada por restrições orçamentais que a instituição não soube ponderar e fazer refletir no seu funcionamento.

Porém, considero que a segurança física e as circunstâncias envolventes que permitiram perceber uma imagem de abandono são da responsabilidade primária dos comandantes.

Considero que ocorreram falhas dos citados comandos funcionais, porque ambos tiveram os meios para providenciar soluções preventivas, no mínimo, mitigadoras das deficiências, também porque esses comandos não deram a devida atenção aos sucessivos e reiterados alertas dos comandos subordinados e porque não providenciaram, após o colapso do sistema de vigilância e a degradação significativa das condições, a apresentação oportuna e devida ao comando do Exército.

Para terminar, deixo duas notas a fundamentar esta minha resposta para o sucedido: primeira nota, de acordo com um apontamento do Comando das Forças Terrestres, relativo à segurança das Unidades, de 30 de junho de 2017, foi-me referido que: «A violação de segurança ocorrida nos Paióis Nacionais de Tancos permitiu confirmar que havia situações preocupantes relacionadas com a segurança das unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército que mereciam especial atenção e, principalmente, de ação.»

Uma segunda nota, de agosto de 2015, do Comando das Forças Terrestres, enviada para o Comando da Logística, sobre o assunto «paióis de Tancos», referia o seguinte: «Encarrega-me o Exmo. Tenente-General Comandante das Forças Terrestres de informar que foram detetadas deficiências com impacto na segurança e serviço diário nas instalações dos paióis de Tancos.»

A análise da correspondência processada revelou que o assunto era conhecido. Estamos em 2015. Em novembro de 2016, um ano e três meses depois, o Comando das Forças Terrestres reiterou o pedido. O assunto era conhecido e eu tenho a resposta.

Tancos não teve, assim, inequivocamente, expressão concreta de ser uma instalação prioritária ao longo dos anos. E a situação só começou a

alterar-se a partir de 2016, com o meu Despacho n.º 74/2016, de 6 de junho, definindo a responsabilidade de coordenação entre direções, no relativo a obras públicas, com a Direção de Infraestruturas do Exército e a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, responsáveis, uma pelas infraestruturas, outra pelos sistemas de comunicação; e com a Diretiva n.º 129, de 27 de setembro de 2016, visando a implementação do Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica, o designado SICAVE, e seguir-se-iam orientações ao Estado-Maior do Exército em outubro de 2017, relativamente à implementação dos sistemas de vigilância, nas unidades, e ao Estado-Maior do Exército e Direção de Infraestruturas, já em 2018, relativamente ao planeamento de verbas disponíveis para investimento em infraestruturas.

Sr. Presidente da Comissão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, obrigado pela atenção. Estou, assim, à disposição da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. General Rovisco Duarte, muito obrigado por se ter contido, praticamente, dentro dos 15 minutos que lhe estavam atribuídos.

Iniciaremos, agora, as inquirições. De acordo com os termos previamente acordados, competirá ao Grupo Parlamentar do PSD iniciar a inquirição, tendo, para o efeito, a palavra o Sr. Deputado Carlos Peixoto, a quem estão atribuídos 8 minutos.

Voltarei, em princípio, a intervir para recordar ao Sr. Deputado quando terminarem esses 8 minutos.

Tem, assim, a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. General Rovisco Duarte. Devo dizer-lhe que nos parece ser um dever da

classe política estar ao lado das instituições do Estado, nomeadamente das militares e, particularmente, nos momentos mais difíceis.

Há aqui uma dimensão de respeito institucional e de cooperação institucional de que nós nunca abdicaremos.

Dito isto, não abdicaremos, também, do nosso dever de aferir as responsabilidades políticas deste incidente, colocando questões e procurando obter as respostas mais cabais e mais completas, por mais incómodas que elas sejam.

Assim sendo, começo, talvez, pelo fim, cronologicamente falando, mais concretamente, pela sua demissão.

O furto, Sr. General, com a gravidade que assumiu, ocorre em junho de 2017. Pouco tempo depois, alguns atores da estrutura militar assumem falhas e omissões. O CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), chefe máximo da hierarquia, e com alegadas, em termos abstratos, com possíveis responsabilidades funcionais, não se demite, nem é demitido. O material reaparece em outubro seguinte e, só depois de ele reaparecer, facto que até devia ser de algum alívio para o Exército, é que o Sr. General Rovisco pede a demissão.

A pergunta é esta: não lhe causa estranheza não se demitir quando o material desaparece e demitir-se quando o material reaparece?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, não há relação entre os casos.

Relativamente à minha atitude, não há relação entre os casos. Quando dos incidentes — e essa pergunta foi-me colocada na Comissão de Defesa, logo no dia 6 de julho de 2017 —, entendi que não se colocava o problema da demissão por uma razão simples: tinha feito tudo no meu comando para iniciar o processo relativamente a Tancos.

Ou seja, fundamento que todas as iniciativas relativamente a Tancos que foram tomadas por mim começaram. Antes, não tinha havido iniciativas concretas, como, há pouco, disse.

O problema da recuperação das armas é outro processo completamente diferente. Não há nada relacionado com isso. A Polícia Judiciária Militar não está debaixo a tutela do Exército, o Exército não tem nada que ver com o assunto, portanto, é um assunto que corre pelo Ministério Público e com o qual nada tenho que ver.

Portanto, não vejo relações diretas entre estas questões.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, pergunto-lhe de forma mais concreta: o que motivou, então, a sua demissão de CEME?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Entrei num processo de modernidade do Exército e tenho a minha locução, que posso entregar, de quando entrei no Exército. Iria dizer que iria ser muito assertivo: planeamento, rigor, supervisão. E foi este o processo.

Houve dois assuntos que me preocuparam durante todo este tempo. Um deles foi a questão das forças nacionais destacadas, particularmente a projeção para a República Centro-Africana e para o Afeganistão.

Outro assunto, que tinha vindo a trabalhar com o Estado-Maior do Exército de forma muito delicada, muito rigorosa e também de forma muito fundamentada, tinha sido a Lei de Programação Militar.

Portanto, entendia que o meu «reinado», o meu comando à frente do Exército, iria ser marcado fortemente — e apostei fortemente nisso — pela execução da Lei de Programação Militar, na execução propriamente dita, em 2016, 2017 e 2018, e no processo de revisão da LPM.

Entendia que o processo de revisão da LPM devia terminar com algo que fosse satisfatório para o Exército. Os Srs. Deputados sabem que o meu

parecer foi parcialmente negativo, nas várias circunstâncias, quer no Conselho de Chefes, quer no Conselho Superior Militar, quer no Conselho Superior de Defesa Nacional, porque entendia que o cronograma financeiro não era o mais adequado.

Portanto, a minha demissão surge a seis meses de me ir embora, resultado, fundamentalmente, de um trabalho de equipa que se tinha quebrado.

Não vou esconder isto, encontrei, da parte do Sr. Ministro da Defesa, Prof. Dr. Azeredo Lopes, uma receptividade para os projetos — já referi vários deles —, e fomos trabalhando sistematicamente, porque encontrei conforto na tutela perante estes processos significativos, da Lei de Programação Militar, da manutenção militar, etc. E com a demissão do Sr. Ministro da Defesa, o trabalho de equipa e o conforto que tinha tido quebrou-se.

Havia, nitidamente... Entendia que a partir dessa fase, nesse momento, em que a LPM não estava como eu pensava — e tinha dado parecer negativo —, não seria mais útil para o Exército. Com um novo ministro e uma LPM que era um projeto no qual não me tinha revisto, não estava satisfeito.

Foi, como disse, fruto de circunstâncias políticas, que mexe tudo isto. Mas, fundamentalmente, acredito no trabalho de equipa, acredito no apoio para desenvolver para a modernização. E, com a mudança, já não aconteceria isto, particularmente na LPM.

Portanto, tinha de haver um novo interlocutor para trabalhar a Lei de Programação Militar, porque essa é decisiva para a continuação da modernidade.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, então podemos concluir que a sua demissão nada teve que ver com o caso de Tancos?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Entendo que nada teve que ver com o caso de Tancos.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Então tente explicar-nos porque é que, numa carta enviada ao Exército, diz que foram condições políticas que a motivaram e, a um mesmo tempo — esta carta tem de ser cruzada com outra informação que foi dada ao tempo, pelo gabinete do Ministro da Defesa Nacional —, referiu que o pedido de demissão se deveu a motivos de ordem pessoal.

Mesmo que não tivesse nada que ver com Tancos, porque é que numa fonte aparecem motivos de ordem pessoal e na sua fonte aparecem motivos de ordem política?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, falei em circunstâncias políticas, não falei em condicionantes políticas, salvo erro.

Não sei qual foi o termo que utilizou, mas falei em circunstâncias políticas. As circunstâncias são completamente diferentes.

A cultura do Exército, pelo menos também a dos meus antecessores, foi de, ao apresentar um pedido de demissão, que foi enviado ao Sr. Presidente da República, não explicar numa carta, detalhadamente, o que foi, em si, o comando.

Todos os meus antecessores que se demitiram — muitos deles —, tomaram, justamente, essa atitude: carta de demissão formal, dirigida ao Sr. Presidente, na qual não vale a pena estar a detalhar o assunto. O Sr. Presidente conhece perfeitamente a situação, são razões pessoais. E as razões pessoais englobam tudo, é um conceito abrangente. Este é o conceito.

Já para os soldados, para os militares, para o interior da instituição, pode-se ser um bocadinho mais objetivo. Essa carta, para o interior da

instituição, foi redigida por mim, de manhã, na solidão do caminho para o serviço e reflete um pouco o estado de alma.

Foram dois anos e meio extremamente dinâmicos, muito duros. Tenho muito orgulho de ter sido comandante do Exército. Tive provas maravilhosas do valor do soldado português, no Afeganistão, no Iraque, na República Centro-Africana, portanto, tinha necessidade de dizer alguma coisa aos soldados. Só isso.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, disse que tentou ser objetivo para os soldados. Pedia-lhe o esforço de tentar também ser um bocadinho objetivo para nós, aqui na Comissão de Inquérito.

O que é que quis dizer com «circunstâncias» ou «condições políticas» que motivaram a decisão?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Circunstâncias foi isto que acabei de dizer. Claramente, com um novo Ministro, havia, com certeza, um novo ambiente, novas equipas.

O Sr. Ministro da Defesa anterior tinha saído. Tinha sentido o seu apoio, não escondo isso. Com ele tinha trabalhado bem. E, devo dizer, porque não, também, em solidariedade com o Sr. Ministro da Defesa anterior? Sim, também um pouco de solidariedade.

Foi tudo junto: foi o trabalho de equipa, foi o facto de a Lei de Programação Militar não estar conforme aquilo que queria que fosse, em termos de modernidade do Exército, e foi a saída do Sr. Ministro.

Portanto, a partir do momento em que as equipas se desfazem, não faz sentido, por meia dúzia de meses, antes de terminar o comando, continuar o serviço.

Entendi que havia que dar a palavra e o lugar a outros. É muito objetivo, não há mais nada que não isto. Parece-me muito claro.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Mas, Sr. General, num momento em que estavam a ocorrer investimentos — foi isso que disse na sua intervenção inicial e também já alguém aqui o disse —, não se sentiu injustiçado, e até azarado, pelo facto de ter tido necessidade, por essas circunstâncias, de apresentar a sua demissão, num momento em que tudo estava a correr bem?

Estava a ser um investidor, digamos, na estrutura militar e é nesse momento que sai?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Poderá pensar que é assim e não escondo que, também, talvez seja. Talvez houvesse essa realidade. Somos humanos.

Mas tinha apostado fortemente na revisão da Lei de Programação Militar. Tinha preparado essa revisão da Lei de Programação Militar com o meu pessoal do Estado-Maior, com um ano de antecedência.

Tínhamos levantado os objetivos de forças, tínhamos levantado as capacidades, tínhamos feito cronogramas financeiros, tínhamos trabalhado e a tutela tinha aceite as minhas propostas relativamente à opção NSPA.

Tínhamos trabalhado, tínhamos obtido bons resultados e, a partir do momento em que as circunstâncias mudam, volto a dizer, a partir do momento em que se mudam as equipas, em que a Lei de Programação Militar ia entrar num processo de revisão e de discussão na Assembleia, eu já não fazia sentido; já não estava bem comigo próprio.

Portanto, há aqui vários fatores. Quem me conhece bem sabe como eu sou: resiliente. Procuo ir até ao fim e gosto de ir até ao fim, não gosto de desistir. É verdade. Mas, as circunstâncias...

É preciso perceber que eu era mais útil para a instituição militar, para o Exército, já fora, nessa fase, do que dentro. Percebo perfeitamente. Também entrei numas circunstâncias em que o meu antecessor entendeu sair.

Logicamente, percebo as razões dele e tudo o que esteve à volta do seu pedido de demissão.

Mas esta Lei de Programação Militar... Bato muito nisto, porque, se queremos modernidade no Exército e se queremos capacidades militares, temos de apostar na Lei de Programação Militar e, depois, nas infraestruturas, através da LIM (Lei das Infraestruturas Militares). São processos completamente diferentes.

Mas, se queremos um Exército, ter os nossos soldados a combater nas missões de paz na RCA (República Centro-Africana), a fazer o controlo do aeroporto no Afeganistão, em Hamid Karzai em Cabul, ou a dar formação no Iraque, eles têm de ter aqui um ambiente, têm de estar formados. Esta é a Lei de Programação Militar! Não é mais nada! Este processo consumiu-me muito, o pessoal do Estado-Maior...

Srs. Deputados, se quiserem convocar alguém que esteja aqui, na Divisão do Planeamento de Forças, no Estado-Maior do Exército, convoquem-nos e vejam. Eu fazia reuniões sistemáticas sobre este assunto e confesso que fiquei um pouco desiludido e não tive pruridos em dizer, em conselho de chefes, aos meus pares, que não me revia naquele processo, por falta de solidariedade, inicialmente, depois aceitaram, até porque está em discussão, neste momento, na Assembleia da República, o problema do avião KC-390 ou o problema do navio polivalente logístico. São coisas desse tipo!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, disse que é resiliente e que não gosta de desistir, mas desistiu com a chegada do novo Ministro. Pergunto-lhe se sentiu alguma falta de solidariedade do novo Ministro da Defesa.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não, não! Não senti nada. Não! Foi um problema de equipas. Quando eu digo que recebi apoio

da tutela do Sr. Prof. Azeredo Lopes, senti mesmo muito apoio, mas discutimos muito. Atenção que eu sou muito frontal e quando tenho algo para dizer em proveito do Exército, tenho de vestir a camisola e visto-a sem olhar a meios. Tenho presente uma conversa que tive com um Chefe de Estado-Maior do Exército estrangeiro, na qual ele me dizia assim: «Eu entrego o comando do Exército ao Vice-Chefe e bato-me com os políticos para obter dinheiro». Não era bem isto, mas é um pouco na mesma linha.

Eu, com o Sr. Ministro, fui muito frontal, em determinados momentos, sobre a extinção da Manutenção Militar, por exemplo, ou na opção de retirada do Kosovo, sobre a qual tive o cuidado de lhe dizer, objetivamente, qual era a minha posição sobre esse assunto. Mas, a partir do momento em que a decisão política foi tomada, vamos fazê-la e vamos fazê-la bem. E foi feita bem, como lhe disse, sem custos ambientais.

Sr. Deputado, pouparam-se uns milhões e estava-se na iminência de se pagarem uns milhões para a entrega do campo no Kosovo. Sei perfeitamente, porque falei com a polícia kosovar, fui lá de propósito e organizei a equipa, nesse Natal, antes de fazer a retração. O Sr. Ministro aceitou a minha proposta de fazer a retração na primavera e não no inverno.

Volto a dizer, este é um problema de equipas. Não advogo a posição de que os militares acusam os políticos permanentemente de tudo. Não! Isto é de parte a parte. As equipas têm de funcionar e cada um posiciona-se no seu espaço. Se calhar, o que aconteceu — agora volto aos tenentes-generais — foi que dois tenentes-generais não se posicionaram no seu espaço. O diálogo que foi criado foi forte, muitas vezes. O Sr. Ministro poderá, depois, dizer alguma coisa sobre o assunto, mas a determinada altura eu pedi-lhe paz, tréguas.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, já agora, o desconforto que sentia na altura, ou na parte final do mandato do ex-Ministro Azeredo

Lopes, não podia ter sido compensado com uma boa conversa com o atual Ministro, no sentido de saber se ele aceitaria ou não as condições que o Sr. General gostaria de colocar e não colocou?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não seria bem uma questão de desconforto com o Sr. Ministro. Com o Sr. Ministro anterior falámos sempre muito e de forma muito frontal. A situação era unicamente sobre a LPM, o resto fomos resolvendo sempre tudo. Ele sabe, esteve presente no Conselho Superior de Defesa Nacional, esteve presente em reuniões, portanto...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — E o atual Ministro da Defesa não estava disposto a alterar a lógica da LPM, relativamente ao anterior?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, eu estava a servir terceiros. Eu sentia que, para o Exército, eu já não era útil, que outro que viesse a seguir seria mais útil. É um problema de construção de equipas, de dar tempo de planeamento, é entrar num processo de revisão da Lei de Programação Militar, que eu considero extremamente relevante para o processo de modernidade. Portanto, é um problema de equipas, é um problema de confiança. Eu já estaria, ali, na fase final e era o momento de...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, como sabe, o anterior Ministro da Defesa teve um papel ativo na demissão do anterior CEME, devido a um incidente que ocorreu no Colégio Militar. Quer isto dizer que não era pessoa que ficasse indiferente aos factos, independentemente da sua gravidade. Todos nós podemos intuir que a gravidade do que se passou no Colégio Militar, sendo evidente, é, porventura, menos grave do que o que se passou em Tancos.

Se o anterior Ministro interferiu politicamente na demissão do anterior CEME, relativamente ao caso do Colégio Militar, é ou não natural ou, pelo menos, próximo do senso comum concluir, também, que tivesse tido uma interferência e uma intervenção muito diretas nesta questão, naquilo que lhe diz respeito?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Eu vejo exatamente isso ao contrário. Porquê? Não tenho bem a certeza, tenho muitas dúvidas sobre quais foram as verdadeiras razões da demissão do meu antecessor. Ele lá saberá, não especulo. Gostava que me tivessem dito objetivamente quais foram as principais razões.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Já as disse aqui!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Enfim, podemos falar um pouco sobre isso, até porque eu conheço muito bem o problema das...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Mas falou em pressões políticas?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — É natural que tivesse falado. Não sei, não sei. O que eu ouvi, na altura, e o que se passou não gostaria de comentar.

Conheço muito bem o problema do Colégio Militar, Sr. Deputado. Aliás, fiz parte da comissão técnica de avaliação.

Ora bem, entendo que é ao contrário, porquê? O Sr. Ministro foi-me conhecendo e sabia perfeitamente o meu feitio, se é que o feitio conta para alguma coisa. Mas, como disse, eu sou frontal. Sabendo que o Chefe tem esta personalidade e tendo havido um Chefe que, a acreditar, se opôs a pressões políticas, não acredito que houvesse, agora, uma intenção do Sr.

Ministro para propor fosse o que fosse, para pôr pressão sobre outro Chefe, segunda vez. Porque o que aconteceria seria não aceitar imediatamente o segundo Chefe, portanto isto era extremamente arriscado.

Eu, como não me agarrei ao lugar, não me agarrei a lugares nenhuns. Tenho noção de que não sou imprescindível, sou perfeitamente dispensável, se assim for necessário. Sempre disse isto: não há insubstituíveis! Alguém dizia que os insubstituíveis estão todos num cemitério de Londres — era o que dizia um camarada meu, nos bancos da Academia Militar.

Portanto, não vejo o processo dessa forma e não vejo qualquer tipo de pressão. Não iria também aceitar isso, como era lógico. Vejo o assunto ao contrário e temos de colocar as questões... Talvez entendam que eu sou ingénuo, mas penso que sou um homem de princípios, fui educado para não mentir. As razões para o desempenho dos cargos têm de ser assumidas de forma muito institucional. As pessoas estão de boa-fé! Esta é a razão pela qual viro o assunto um pouco ao contrário.

O Sr. Carlos Peixoto (PSD): — Sr. General, muito obrigado.

Alguém já disse, nesta Comissão, que o Sr. General não tinha por hábito, ou que não estava a vê-lo a tomar algum tipo de atitudes, nomeadamente a sua insólita — e acho que pioneira — decisão de exonerar os cinco comandantes das unidades, que eram responsáveis por garantir a segurança dos paióis de Tancos.

Também foi dito aqui por alguém, por uma pessoa diferente, que nunca, em 43 anos de serviço, pensou que alguém pensasse fazer uma coisa dessas. A pergunta que lhe faço é o que motivou a sua decisão de demitir estes cinco comandantes das Unidades.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, já expliquei, na Comissão de Defesa, no dia 6 de julho, o que aconteceu, mas vou falar outra vez sobre o assunto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Não estávamos lá!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Certo, é verdade! Certo!

Se esta decisão foi inédita, também foi inédito o roubo de Tancos. Nunca tinha acontecido! Sobre a demissão dos comandantes, vou começar pelo fim, porque tinha aqui previsto. Se fizermos uma análise das demissões de comandantes — tenho aqui registado algures — creio que a Marinha, no último ano, demitiu cerca de quatro comandantes: o Comandante da Zona Militar dos Açores, o Comandante do Corpo de Alunos da Escola Naval, o Comandante de Submarino, o Comandante de Fragata. Quatro! E todos com argumentos administrativos e com processos de averiguações.

Se olharmos para o Exército — quando dizem na Comissão que o assunto foi novo —, quem tem 40 anos de serviço ou mais no Exército sabe que se passaram casos nas Unidades, nos quais os comandantes não se portaram bem. Há comandantes que se portam muito bem, mas há comandantes que não se portam bem! E tem havido comandantes, noutras Unidades, que foram exonerados e tiveram processos também.

Portanto, o assunto não tem sido mediático, porque nunca foi mediático como este foi. Diria até que nunca ninguém foi escrutinado tanto como eu. Mas, a demissão dos comandantes...

Não sei quanto tempo tenho para responder.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não tem limite!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não tenho tempo limite.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Só nós é que temos tempo!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, sobre a exoneração dos comandantes, deixe-me ser aqui um bocadinho mais objetivo e fundamentar melhor. Diria que houve seis razões.

Na altura, o processo foi, acima de tudo, para permitir o desenvolvimento do processo de averiguações, primeiro, pela análise dos dados disponíveis. Recordo, nesse dia 1 de julho, sábado, que estava em Queluz reunido com o pessoal do gabinete. Desde o furto, tinha pessoal no terreno e estávamos a recolher dados. Estivemos todo o dia a acompanhar as averiguações, já que tinha havido um antecedente. A continuação das averiguações internas que foram acompanhadas pelo gabinete tinha revelado que havia uma degradação significativa das instalações.

De sexta-feira para sábado, o conhecimento dos elementos de informação disponibilizados durante a manhã e a tarde de sábado, designadamente o relatório da parte da guarda, deu-nos a informação de que tinha havido um intervalo de 20 horas entre as rondas, não se fazendo estas por vezes, de que o serviço aos paióis era para dormir, da não desmatação, da falta de manutenção das infraestruturas. Estes elementos conjugados com uma deficiente ação de comando, de que tinha indícios, porque estava a decorrer, no Comando das Forças Terrestres, um processo de averiguações resultante de uma denúncia que tinha recebido e que o Ministério Público tinha entendido ser suficientemente grave para interrogar o Exército — este era um facto que eu também tinha na calha, na altura — diziam-me que algo não estava bem naquela zona.

Portanto, a inexistência de um sistema de sensores e de vigilância, a degradação da vedação exterior, a degradação das torres de vigia, a falta de comunicações por rede fixa, a falta de bolsa e de caixa de primeiros socorros, a falta de limpeza são, Srs. Deputados, problemas facilmente resolúveis pelos comandantes. Se os Srs. Deputados tiverem imagem daquela área — foram lá — verificam que a desmatação está por fazer. Estamos a 30 de junho! Então, o Regimento andava a fazer desmatação por todo o País e não fez desmatação no local?

Devo dizer que, naquela pseudoinspeção de 2012 — não houve inspeção em 2012, aproveito para dizer isto —, a única referência que os inspetores que foram à Escola Prática de Engenharia fizeram foi à desmatação, porque ficaram à porta.

Portanto, já em 2012 havia problemas de desmatação. Imaginem que estão a olhar para aquele espaço dos paióis: do lado esquerdo está a casa do guarda e a área administrativa...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Peço imensa desculpa, posso interrompê-lo só para lhe fazer uma pergunta?

Todos os factos que está a relatar, essa bateria de factos, já ocorriam há bastante tempo e já eram do seu conhecimento há bastante tempo? Porque é que só naquela altura demite estas cinco pessoas? Já agora, porque é que 15 dias depois de todas essas coisas que nos diz, decide renomeá-los? Não há aqui uma espécie de má consciência?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, não eram do meu conhecimento. Ponto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Desculpe! Eu sabia que havia deficiências naquele problema, mas eu não tinha visitado. Andei a visitar as unidades todas, mas não tinha conhecimento desses relatórios, não tinha conhecimento da atitude que o CFT, Comando das Forças Terrestres, tinha tomado, nem o Comando da Logística.

Vamos lá a ver, eu estou no Comando do Exército e tenho preocupações significativas, não conheço os relatórios todos que estavam lá há não sei quanto tempo.

O que ia dizer é que a minha experiência de comandante de unidade, disse-o na comissão e vou repetir aqui entretanto... Eu tinha sido Comandante de Escola Prática de Artilharia em 2014, quando faltou gente, quando foi o final do serviço militar obrigatório. Na altura, fiquei na escola, que é uma unidade do tipo regimento, com 69 soldados, e uma das primeiras medidas — os Srs. Deputados da Comissão de Defesa recordam-se disto — que tomei foi desativar os paióis de Vendas Novas, no polígono de tiro.

Na altura, o pessoal interno disse: «Meu Comandante, não faça isso». E a minha resposta para o Tenente-Coronel que me disse isto foi: «Então, quando não houver pessoal para fazer a guarda, vais lá tu montá-la».

Em 2004, desativei... E tive de pedir ajuda ao Comandante da Região Militar do Sul, porque a cadeia de comando funcional não deu andamento ao processo. Na altura, telefonei ao Comandante da Região Militar do Sul e disse-lhe: «Meu General, não tenho gente para fazer a segurança aos paióis do polígono, tenho de desativar os paióis». E o Comandante da Região Militar do Sul disse: «Vou tratar disso, porque a Direção de Material e Transportes não me resolve o problema». E o certo é que, não demorou cerca de duas horas, estava a receber telefonemas para desativar os paióis!

Desativei os paióis de Vendas Novas, da mesma forma que, devo dizer, como Comandante, fui à noite verificar as condições de segurança.

Recordo-me perfeitamente. Como comandante, era assim. Recordo-me perfeitamente de que, mal estava a chegar aos paióis, já estavam a abrir as portas. Violação de segurança. As condições de habitabilidade dos paióis na altura eram miseráveis.

Por isso é que olho para Tancos e olho para aquelas condições que são resolúveis e digo: «Como é possível?!». E o Chefe de Estado-Maior ou o Comando das Forças Terrestres são obrigados a intervir?! Então, se é preciso substituir uma lâmpada...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Assim, por que é que os renomeou 15 dias depois?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Esse é outro processo. Quer a cadeia de relações ou não?! Esse é outro processo!

Decorreram averiguações, decorreram relatórios, decorreu tudo isso.

Vamos falar dos relatórios, Sr. Deputado. Vamos falar dos processos da inspeção, vamos falar dos relatórios de averiguações que foram feitos. Às tantas, acabamos por falar de tudo isso.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Podemos falar de tudo mas deixe-me recentrar as perguntas, senão dispersamo-nos muito com aquilo que não nos interessa tanto.

A pergunta concreta é esta: por que é que readmitiu cinco operacionais que 15 dias antes tinha exonerado?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Porque as condições que disse na altura no comunicado tinham sido cumpridas. A principal razão que estava no comunicado — embora tendo outras subjacentes, estava a desenvolvê-las — foi a do apuramento de responsabilidades, para não haver

dúvidas sobre o apuramento de responsabilidades. É que tenho certas dúvidas. Às vezes, quando há apuramento de responsabilidades e o Sr. Comandante estiver no sítio, pode acontecer que haja travamento de processos. A minha experiência indica-me isso.

A partir do momento em que tenho os relatórios e os despacho, tenho criadas as condições para voltarem. Entendi que tudo aquilo que me propunha fazer já tinha sido conseguido.

Não estavam em causa as competências dos comandantes, estava em causa aquela ação. Aquela ação, ou inação, de comando foi suficiente para processos disciplinares?! Não foi e, na altura, falei com o assessor jurídico. Com base nos relatórios e com base no parecer jurídico entendi «está nas condições, vamos serenar os ânimos, vamos voltar à situação, vamos renomear os comandantes».

Portanto, é um problema de perceção, é um problema de comando em função dos resultados das averiguações. Agora, relacionar de forma seca sem perceber o que aconteceu nesses 15 dias, é um processo leve.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, pelas suas competências, como CEME, era o principal conselheiro do Ministro da Defesa. Pergunto-lhe se falou com o Ministro da Defesa relativamente a estas demissões que acabaria por decidir naquele dia.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Dei-lhe conhecimento nessa tarde, após a entrevista que dei à SIC. Peço desculpa à SIC, na altura não tinha os dados.

Orador não identificado: — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Nessa tarde, após a entrevista à SIC. Nessa tarde, iria à televisão, poderia explicar tudo o que se passou, e, nessa altura, informei o Sr. Ministro. Disse: «Sr. Ministro, vai acontecer isto assim e assim». Do resto da conversa não digo mais nada. Fui eu que o informei.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Diz que não divulga o resto da conversa?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não. Houve conversa de circunstância, mas fui eu que informei o Sr. Ministro daquilo que ia fazer.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — E o Sr. Ministro não o tentou dissuadir para que essas coisas não acontecessem assim ou foi até favorável a essa decisão?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. Ministro disse: «Se o comando é seu...».

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Resposta estranha.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não, não é uma resposta estranha. O Comandante do Exército era eu, não era o Sr. Ministro, Sr. Deputado!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Eu sei.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Quando foi dos Comandos, é preciso perceber, porque este processo de Tancos, nomeadamente com o problema do Comando das Forças Terrestres, está associado ao problema dos Comandos, eu sabia perfeitamente para onde ia e como ia.

Aqui, quando isto aconteceu, desde o momento do furto, senti uma desorientação total à minha volta. Havia necessidade... E esta foi a razão de fundo. Perante aquela que era a imagem de degradação que estava na altura criada e que, se calhar, incentivou o furto... Esta imagem de degradação e de abandono era culpa dos comandantes! Não tenho dúvidas!

Também digo uma coisa: atenção a isto! Já dissemos que se levantou o problema político, mas devo dizer que falei com o Comandante das Forças Terrestres e disse-lhe: «Vou demitir três comandantes». Não eram cinco, eram três. Disse-lhe: «Vou exonerar o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, porque estava ao serviço; vou exonerar o Comandante da UAGME (Unidade de Apoio Geral de Material do Exército), porque é a Unidade que gere o recheio, do ponto de vista funcional; e vou exonerar o comandante da Unidade de Apoio, porque é coordenador!»

Neste processo, fomos tecnicamente ver tudo o que se passou ali em concreto e houve falhas de coordenação. Portanto, naquela tarde, na sequência daquela reunião do conselho informal no dia dos Comandos do dia 29, fui amadurecendo a situação, fui verificando, fui recolhendo dados, confirmei objetivamente que a situação era local, que o problema era local. Havia problemas a nível central, mas esses iriam ser resolvidos *a posteriori*, seria uma conversa minha com o CFT e com o Comandante da Logística. Decidi atuar daquela forma.

A readmissão ou todos os processos de averiguações que foram feitos... Estava à espera, foi isso que pedi, que confiassem em mim. Para o processo, vamos ver o que é que os processos dizem.

Os Srs. Deputados, na vossa documentação...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, tomou essa decisão sozinho ou com o apoio de alguém?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — A dos comandantes?

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sim, da exoneração.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sozinho.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Totalmente?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sozinho, totalmente. Deixe-me dizer uma coisa aos Srs. Deputados que dizem que mudei de atitude: aquela reunião do Conselho Superior do Exército do dia 29, a reunião informal depois da cerimónia dos Comandos, aquelas propostas...

Esta é uma questão de fundo para perceberem a minha mentalidade. Aquela proposta de iniciar o processo de averiguações e descansar ou sentarmo-nos sobre o processo de averiguações ao Regimento de Engenharia n.º 1 era algo com que não concordei na altura. Não disse nada, só disse «isto vai dar tudo no mesmo», porque esta era a posição dos Comandos inicialmente. Por isso é que relaciono os casos.

Tenho de dizer aqui algo que aconteceu, se permitirem depois, relativamente ao processo dos Comandos, porque quando saí, não iria contemporizar com a situação de esperar sentado, passo o termo, à espera de um processo de averiguações, nem deixaria que se criasse o equívoco quanto à determinação de ir ao fundo da questão. É que a posição proposta fundamentalmente pelo canal de comando CFT era «processo de

averiguações a decorrer no Regimento de Engenharia n.º 1, esperamos tranquilamente e depois logo se vê».

Nada disto. Essa posição era uma posição de conforto. Porquê?! Porque só envolvia o Regimento de Engenharia n.º 1 e, a seguir, deixava de fora a cadeia de comando CFT, porque não o beliscava, deixava de fora o Comando da Logística e deixava de fora os outros comandantes.

E o problema era global, como os Srs. Deputados sabem! Se forem ler, se leram os relatórios de posse de comando como eu os li todos, encontram situações que não estão bem, que não estavam bem na zona! Leiam, por favor, os relatórios de posse de comando. Alguns nem estão despachados. Alguns apontam variações.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, conhecia bem o Tenente-General Faria Menezes?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Desde 1976, da Academia Militar.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Confiava nele?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Se lhe disser, embora o Sr. General...

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não e posso fundamentar?

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Fundamente por favor, a seguir, na resposta.

Se lhe disser — apesar de o Sr. General ter dito aqui que não quer comentar declarações prestadas por outras pessoas inquiridas anteriormente — que alguém já aqui disse que o Sr. General admitiu e confessou por telefone que ia exonerar os comandantes porque tinha pressões políticas, melhor dizendo, pressões superiores, foi assim a expressão, podia comentar nesse sentido?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, tive muitos telefonemas de cima para baixo, laterais, por aí fora.

O Tenente-General Menezes, quando lhe comuniquei que ia exonerar, falei nos três primeiros, sugeriu-me que fossem os cinco para haver justiça e eu disse: «Tens razão, talvez por questão de justiça devam ser cinco». Aceitei a sugestão.

Disse-lhe muita coisa e disse que andamos todos desorientados, que andamos à procura de algo, o Exército não pode ficar tranquilo à espera que se resolva quando o País tinha saído do problema de Pedrogão, 66 mortos; yinha havido a situação já dos Comandos e agora íamos ficar todos tranquilamente à espera?! Disse-lhe: «Desculpa, não vai ser». Há pressões de todo o lado, há pressões de baixo, de cima, laterais, eu próprio estou com problemas de consciência, tenho de fazer alguma coisa!» Não iria aceitar isso! Não iria contemporizar com uma situação de...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Desculpe, o que são pressões de cima?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Quando se fala em «pressões de cima», não são pressões de demitir ou seja aquilo que for. Não é nada disso! É o que o Exército vai fazer! A questão de fundo é a de saber o que é que o Exército vai fazer!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É esta!

Neste momento, o Sr. Deputado Ascendo Simões mostrou uma notícia de Passos Coelho a pedir explicações.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Essa não é de cima!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não é de cima, é de lado!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Isto foi de toda a gente! Mas foi de toda a gente, de todas as estruturas laterais, de cima, de baixo, toda a gente. Havia necessidade...

Srs. Deputados, estamos aqui sentados tranquilamente, mas perante uma situação destas em que cai em cima do Exército um problema e percebo que o problema é global, tenho duas hipóteses: ou me mantenho tranquilo ou, então, tenho de abanar a instituição! E quis abanar a instituição! Peço desculpa, quis abanar. Nunca mais a instituição, nunca mais os comandantes estarão sentados tranquilamente dizendo que não há gente e que não fazem rondas!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, se foi assim, se queria abanar a instituição, por que é que teve necessidade de ir à televisão anunciar que ia demitir estes cinco comandantes?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Tinha de provocar o choque.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Em quem?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — A opinião pública, as pessoas, os portugueses precisavam, estavam a olhar para o Exército, a pensar «o que é que o Exército está a fazer?», a ver a estupefação geral.

O Exército é uma instituição credível e havia que dar uma resposta.

Quando fui primeiro à SIC e disse que não me demitia, porque essa foi a questão de fundo, recebi imensas mensagens de apoio. Mas essas mensagens, para mim, foram algo fintadas, porque disse assim «nem esperam, nem pensam no que vem a seguir, porque não vou aceitar estar quietinho». Para estar quietinho e esperar que outros façam o serviço, não estava cá como Comandante do Exército. Quis ir ao Afeganistão ver como estava o pessoal. Fiz questão de ir à República Centro-Africana resolver questões que o CFT não resolveu. Não estava como Comandante do Exército para ter posições cómodas, portanto, tinha necessidade de abanar a instituição de uma forma, digamos, talvez violenta. Talvez, talvez...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, vou dar um salto para o alegado reaparecimento do material furtado. Falou sobre essa questão com o Ministro da Defesa de então?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — O reaparecimento do material?

Não. Se falei, foi... Falámos com todos. Não teve a ver com... Quando se soube, falámos. Antes não, não faço a mínima ideia! Fui apanhado de surpresa, como fomos todos.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Em que sentido? O que é que combinaram do ponto de vista da mensagem política? É que a estrutura

militar também tem mensagens políticas. O que falaram sobre a mensagem política?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, vai-me perdoar, mas não percebo a pergunta. Tive o cuidado, desde os Comandos...

Vamos lá a ver, temos um relacionamento muito próprio em instrução militar, Exército com a Polícia Judiciária Militar. Eles têm o serviço deles, nós temos o nosso. Não são miscíveis. Entramos na área disciplinar, eles entram na área criminal, e não há contactos. Há colaboração total. «O que é que querem ouvir? Querem receber? Querem fazer?» Colaboração total.

Quanto a ter conversas sobre modalidades de ação, sobre práticas, outra coisa qualquer, nada, nem de longe nem de perto.

Quando surge o material, fiquei surpreendido. Falei com o Sr. Ministro, falei com várias pessoas e disse: «Eh pá, bolas, mas isto está aqui?!». A reação foi de surpresa. Foi agradável, como é lógico, pensando...

Depois, o que vem a seguir, isso é outra história.

Agora, foram comentários normais, comentários como com qualquer outra pessoa, como aconteceu com um camarada de outra área, de outro serviço, o Dr. Ramo. É um comentário perfeitamente inócuo, sobre, no fundo, o caso com os dados que se conhecem na altura.

Não percebo a mensagem...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Nessa conversa não falaram sobre nenhuma estratégia no sentido de pacificar...

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não!

Sr. Deputado, volto a dizer isto muito objetivamente: a minha preocupação — e fui acusado a determinada altura pelos meus pares de ser pouco diplomático —, a minha estratégia no Exército era a de criar energias.

Era, concretamente, muito técnica. Centrei-me na parte técnica do Exército em termos de modernidade. Isto tudo consumia-me e bastante.

Devo dizer, e isto incomodou-me mesmo e incomodava muita gente, que, às vezes, me diziam que eu devia ser mais político, mas eu dizia: «Não, porque eu estou preocupado a resolver os problemas do Exército».

Eu tenho uma matriz de controlo das decisões todos os anos e nesta matriz de controlo das decisões, de todas as decisões que eu tomava havia alguém que as registava e eu pedia meças.

Estas são as de 2016! Ou seja, ao longo do ano eu ia vendo o que é que se tinha feito e o que não se tinha feito, eu controlava todos os OCAD (Órgão Central de Administração e Direção) e perguntava o que é que eles fizeram ou não fizeram. Todos eram ouvidos! Portanto, eu sabia!

Portanto, a minha preocupação era de modernidade no Exército e, acima de tudo, de eficiência e, logicamente, com forças que estavam em aprontamento para o exterior, as minhas preocupações de âmbito político eram praticamente nulas, Sr. Deputado. Portanto, não percebo certas questões.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Alguma vez falou com o ex-Chefe de Gabinete do ex-Ministro da Defesa sobre esta questão de Tancos?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Objetivamente sobre a questão de Tancos... Falei com todos em conversas de circunstância quando nos encontrávamos numa cerimónia; agora, telefonemas diretos ou algo assim, não! Não me recordo! Não houve!

O assunto da exoneração dos comandantes era um assunto meu. Para resolução. Era um assunto meu e do Sr. Ministro, porque tínhamos de resolver os problemas de Tancos. Agora, o resto, as conversas laterais, Sr. Deputado, não me ajudam a resolver o problema, portanto não interessam.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. General, quero terminar, dizendo-lhe que, depois dessas fugas que teve em relatar conversas que teve com o Sr. Ministro, para militar tem sido, e foi hoje aqui, um excelente político

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, muito obrigado, mas penso que não tenho essas qualidades de político.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Peixoto, muito obrigado. Concluiu o tempo que estava atribuído nesta ronda ao Grupo Parlamentar do PSD e agradeço ao Sr. General Rovisco Duarte as respostas e esclarecimentos prestados.

Segue-se, agora, o Grupo parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. General, a sua intervenção inicial foi clara e, quanto a mim, não deixa dúvidas quanto à valia da sua carreira e projeto militares.

Daí que a minha primeira questão seja outra: alguma vez se sentiu pressionado politicamente no exercício das suas funções de Chefe de Estado-Maior do Exército?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não! Nunca!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Já vi que o Sr. General viu, ouvi ou leu os depoimentos dos militares que já vieram a esta Comissão de Inquérito.

O que sentiu perante tanta quebra de solidariedade pessoal e institucional?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Vamos lá ver: eu ouvi só alguns depoimentos, mas fui seguindo pela comunicação social todas as declarações.

E, se me derem tempo para responder, situo essas declarações em quatro grupos: o grupo dos comandantes; o grupo dos inspetores; o grupo dos tenentes-generais; e o meu antecessor, o General Jerónimo.

Quanto aos comandantes não senti quebra de solidariedade. Os coronéis, consoante o assunto que lhes vinha na alma, estavam no terreno e percebo perfeitamente o Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, em Tomar, porque não estava envolvido em nada e talvez tenha sido aquele que se sentiu mais surpreso e ao qual eu tive mais dificuldade em explicar-lhe quando o chamei, porque eu, depois, chamei-os a todos. Os restantes tinham algum envolvimento, maior ou menor, nas suas áreas, porque havia problemas locais.

Aquelas quatro unidades, e vamos centrar-nos na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército tinha, e tem, um trabalho enormíssimo para fazer, que se completou o ano passado, que é o da transferência das oficinas da Ajuda para Benavente. Sofreu obras de milhões de euros e havia que transferir umas antigas oficinas para lá, ou seja, algo que para o erário público eram 300 000 €mês e havia que acelerar esse processo.

Os comandantes da UAGME, quer o último, o Amorim Ribeiro, quer o anterior, tinham feito um trabalho extraordinário e, de facto, com pouca gente e, como eram gestores do recheio, estavam envolvidos.

Se os Srs. Deputados lerem os relatórios, um deles apontava para uma equipa muito pequena a fazer a gestão de cerca de 20 milhões de itens, portanto, havia problemas estruturais que havia que resolver.

O Regimento de Engenharia n.º 1 era de natureza diferente, tinha o seu pessoal de serviço, precisava de uns paióis para atividade operacional das

equipas de desativação de agentes explosivos e tinha de utilizar paióis de dentro.

Mais tarde, o que é que acontece? O Regimento de Engenharia n.º 1 tem necessidades funcionais, mas é responsável pela segurança e tem meios para mitigar muitos dos problemas, de modo que o Coronel João Paulo Almeida está também, de certa forma, com algumas limitações, sobre se era a melhor solução ou não.

O Comandante do Regimento de Paraquedistas tinha dois paióis no interior do Regimento. Se os Srs. Deputados lerem um dos processos de averiguações virão que eu mandei fazer uma nova inspeção a esse Regimento, pelo que não digam que foram inócuas as inspeções. Portanto, o comandante tinha, de facto, alguns problemas.

O Comandante da Unidade de Apoio fazia a coordenação, mas fazer a coordenação não é fazer uma simples escala e mais nada; fazer a coordenação dos serviços é perceber, como eu vim a perceber mais tarde, que uma secção que se envia para fazer o fim de semana, que vai à sexta feira que faz sexta, sábado e domingo, faz um reforço, que é, perde a noite na sexta, se calhar, já não perde a noite no sábado e, muito menos, no domingo.

Portanto, seis pessoas vão para fazer serviço num fim de semana inteirinho – sexta, sábado e domingo – é contra as regras instituídas pelo regulamento Geral de Serviço de Unidades do Exército, dá a ideia de abandono e propicia a fraude, sem dúvidas nenhuma! E essa vim a saber *a posteriori*.

Portanto, os comandantes, de alguma forma, exceto o do Regimento de Infantaria n.º 15, percebiam que tinha de haver alguma ação, percebiam que aquilo funcionava mal. Portanto, eu não senti quebra de solidariedade por parte dos comandantes.

Da parte dos inspetores, estes são escolhidos – e eu fui inspetor-geral do Exército – pela sua seriedade, o que não quer dizer que os outros não

sejam sérios... Mas compreendo o seu papel, não houve quebra de solidariedade, os inspetores levantaram-me aquela questão da inspeção em 2012, que não houve inspeção em 2012, e posso explicar o que se passou em 2012 mas não foi inspeção.

Dos tenentes-generais já voltarei a falar.

Do General Jerónimo, o meu antecessor, eu acredito que ele tomou as decisões que, com certeza, serviam melhor o Exército; agora, só ele é que pode explicar com o estado de alma, com as condições físicas, com a sua maneira de ser...

Relativamente ao General Jerónimo, não creio que haja quebra de solidariedade; há um aspeto que posso já aqui deixar – se quiserem discutir o assunto – que é o problema de Tancos em termos de capacidade de reativar ou não reativar e posso desenvolver esse assunto muito bem, tenho ideias muito definidas sobre o assunto, e acho que foi uma excelente decisão, porque ficou resolvido de forma estruturada.

Quanto aos tenentes-generais, em termos de solidariedade – e esta é a questão de fundo –, se os tenentes-generais não se tivessem demitido não estaríamos aqui hoje. Os tenentes-generais... Há aqui dois e a minha análise relativamente aos dois é muito diferente.

Ao Comandante do Pessoal – e confio nele – as razões que ele invocou são legítimas, a decisão que ele tomou foi com ele, tinha o direito de declarar a passagem à reserva, eu nunca iria exonerá-lo; agora, ele, por questões físicas, por problemas de saúde graves, vinha pedindo há muito tempo para vir para Lisboa – aliás, eu tenho de dizer isto para que não pensem que... E ele foi o mau da fita neste processo todo...

Eu, na altura, disse-lhe objetivamente: «Então, coloque-se em Lisboa. Vai o QMG (Quartel Militar General) para cima. O QMG vai para cima e tu vais para Lisboa.» E ele disse: «Não. Vamos adiando isto» E foi-se adiando, mas houve um problema de fundo e eu – devo dizê-lo aos Srs. Deputados –

tive de lhe retirar competência, tive de desautorizá-lo – isto magoa – e isto teve a ver com os pedidos de passagem à reserva em 2016, que não é um problema de *lana caprina*, como costuma dizer-se.

Com a alteração do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFA) as condições de passagem à reserva em 2016, com a implementação do novo estatuto, alteravam-se radicalmente e perspectivava-se que houvesse muita gente a pedir a passagem à reserva.

Ele, Comandante de Pessoal, tinha começado a autorizar os pedidos de passagem à reserva e quando entrei em funções, em abril, quando me apercebi do problema, disse: «Negativo, não autorizo mais nenhuma passagem à reserva sem perceber o que estava em causa. O Exército está com problemas significativos de pessoal e, agora, vamos ser uns mãos largas e permitir que todo o pessoal passe a reserva? Eu não vou autorizar! Temos de ter a noção dos números. Elabora o critério para que todos saibam no Exército qual o critério de autorização de passagem à reserva, porque o ónus é meu, é do Comandante do Exército.»

Aquilo que aconteceu foi que, por outro lado, havia uma visão substancialmente diferente e, quando o critério foi estabelecido por mim com base em padrões NATO, no final, os pedidos que estavam em cima da mesa de passagem à reserva eram de 398 militares.

Estamos a falar de 398 oficiais e sargentos que queriam passar à reserva no final de 2016 e eu disse: «com esta passagem à reserva o Exército perde capacidade. Eu não autorizo! Portanto, estabelece regras para que o pessoal não tenha dúvidas», porque eu já sabia que a seguir ia para contencioso. E muitos dos que não foram autorizados foram para contencioso, tenho processos em tribunal por causa disto.

Portanto, havia uma razão de fundo com a administração do ramo que tinham posições substancialmente diferentes.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, até parece que o Sr. General Rovisco Duarte, conheci-o hoje pessoalmente, pós-Tancos não acertou uma!... Quer dizer, quem ouvir as declarações aqui dos Srs. Generais parece que não acertou uma, desde a exoneração dos comandantes da unidade à desativação dos paióis, ao falar de mais, à gestão danosa, ao desastre comunicacional...

Acho que merecemos um comentário do Sr. General.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — É preciso perceber o que é que esteve na origem e, agora, tenho de entrar em detalhes e é extremamente importante perceber que só falei num tenente-general, o do CFT.

Desde a minha tomada de posse que eu tinha sentido uma postura crítica por parte do Comandante das Forças Terrestres, naquela cadeia de comando, e aconteceram um conjunto de casos ao longo dos anos, destes dois anos, que fizeram com que eu retirasse a confiança – isto é extremamente importante.

Falo na República Centro Africana. O CFT, o Comandante das Forças Terrestres, esteve no dia 10 de junho junto à primeira força nacional destacada e o relatório operacional que eu recebi foi que havia uns problemazinhos, uns problemas que eram resolúveis.

No final de julho eu recebo um *e-mail* do comandante da força que apontava situações críticas no terreno. A minha decisão foi: eu vou à RCA no avião de reabastecimento da Força Aérea para resolver os problemas e fui com o comandante aéreo, agora Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, à República Centro Africana num C130, no meio da carga, para resolver problemas.

Srs. Deputados, a passagem do primeiro contingente, da primeira força, para a segunda força, o estado de inoperacionalidade das viaturas era

de 40% quando eu lá cheguei... Pergunto: então, onde é que está o Comandante das Forças Terrestres? Onde é que está o Comandante da Logística?

E eu apercebo-me, pelo *e-mail* que me chegou às mãos, que havia situações críticas e fui à República Centro Africana e o Exército, no espaço de um mês, colocou no teatro 36 toneladas de sobressalentes para efeitos de manutenção e a força passou totalmente 100% para a segunda força nacional destacada.

Além disto, o CFT omitiu-me alguns factos graves, que eu não vou aqui referir por razões de segurança militar, mas omitiu-me factos graves, portanto, eu fui perdendo a confiança.

Mas não só; no caso dos Comandos, e aqui tenho de relevar a presunção de inocência dos militares que estão envolvidos no processo do Ministério Público até prova em contrário, eu fui determinista no apuramento das responsabilidades dos Comandos.

Aliás, se me derem tempo, eu demonstro que a posição do CFT foi, no início, foi de atrasar, de refugiar-se no processo de averiguações para ver o que é que se passava. E eu aí — isto é verdade, nunca disse isto a ninguém — ao fim de um mês de ver o processo a mastigar, chamei-o de lado e disse-lhe: «Meu caro, já se perdeu um mês na averiguação de responsabilidades. Eu não aceito, vou chamar o processo a mim». E a resposta foi: «Não, não lho posso dar, desautoriza-me e sou desautorizado em termos de cadeia de Comando». E a resposta foi simples: «O processo tem de avançar rapidamente e tem que se apurar responsabilidades e eu não vou estar à espera. Dou-te uma semana para completares os processos, depois de um mês». E ele completou os processos e foram entregues.

A posição inicial é que só havia uma falha simples mas era arriscado utilizar-se e dizer que só havia uma falha. O resultado final foram três processos disciplinares. Portanto, esta foi mais uma que eu tinha sentido.

Quando me vêm dizer, objetivamente, que o processo de averiguações tinha dado sucesso nos comandos, isso aconteceu porque eu o exigi, chamei-o de lado, a sós, e tomei uma atitude de força. Por isso é que eu digo que foram aqui omitidas situações relevantes. Eu exigi o processo, sob risco de o processo continuar a mastigar.

Houve decisão sobre o Kosovo. Porquê ir para a comunicação social, para as redes sociais, criticar esta saída do Kosovo? Já tinha havido decisão, já tinha sido discutido na Assembleia da NATO, já vinha do antecedente. Porquê dizer que não tinha havido debate? Ele obrigou-me a puxar-lhe as orelhas, ele disse isso, é verdade! Tive de lhe puxar as orelhas. Mas porquê? Protagonismo?

E depois, Srs. Deputados, há aqui razões pessoais. Aliás, tenho a impressão que, de facto, se soube. Há aqui razões pessoais. Por duas vezes, em pleno Conselho, ele exigiu muito tempo antes saber quem seria o Vice-Chefe. Tenho de dizer isto. São razões pessoais.

Eu disse: «Não digo quem é o Vice-Chefe. O Vice-Chefe vai sair em setembro, quando chegar a um mês antes, digo-lhe». E fez pressão: «Então, mas não dizes quem é o Vice-Chefe, não tens confiança em mim?», «Não se trata de confiança. Por questão de respeito pelas pessoas, só vou dizer antes». Ele quis que eu dissesse à frente dos outros Generais quem seria o Vice-Chefe e eu disse que só ia dizer mais tarde. Portanto...

Quando vejo motivos pessoais e transformarem esses motivos pessoais em motivos institucionais, fico um bocado escandalizado com todo este processo.

Depois, falei na denúncia que tinha recebido relativamente a uma Unidade de Tancos, que o Ministério Público tinha feito uma pergunta ao Exército sobre quais tinham sido as diligências. As diligências foram no âmbito do CFT, eu tinha mandado fazer diligências. Não vou entrar em detalhes, mas os resultados não são lisonjeiros para o CFT.

(*Voz impercetível*).

Desculpe, Sr. Deputado, eu provo. Peçam os processos ao Ministério Público e depois, quando eles vierem, analisam os processos. Eu tive de mandar fazer isso. Eu reabri o processo por duas vezes e, neste momento, o processo está na iminência de ser fechado, quase dois anos depois. Ele tinha sido encerrado pelo CFT!

E depois, a cereja em cima do bolo: no dia 30, o Sr. Tenente-General CFT envia-me um *e-mail* — e eu tenho de dizer isto que, se calhar, vai chocar muita gente — do Estado-Maior do Comando das Forças Terrestres, às 2 horas da tarde, que dizia assim: «Junto lhe remeto aquilo que o Estado-Maior, nomeadamente o G-3, o Centro de Segurança Militar, aponta na área da segurança».

Vinha no texto: «Penso que a questão dos carregadores e outros afins são apenas pormenores de um mal menor que tem a ver com a cultura da segurança». E o Sr. Chefe do Estado-Maior dizia assim para o CFT: «Meu General, tal como referi no dia em que me relatou o sucedido, isto era uma tragédia anunciada. Se nada fizermos, rapidamente iremos ter mais dissabores eivados do escrutínio público que de objetivo nada têm. E a desculpa de falta de recursos não desculpa nada, pois temos os suficientes para investir numa cultura de segurança, onde todos temos de ser responsáveis, inclusive o Comando de Pessoal e o Comando de Logística».

A minha reação foi a seguinte: «Concordo com essa abordagem, vamos trabalhar nesse sentido». Dei dados à Inspeção-Geral do Exército, onde também trabalhei como Inspetor, bem como solicitei ao Comando de Logística que me fornecesse outros dados.

E no domingo, dia 2, véspera daquele famoso Conselho onde todos ficaram escandalizados, digo-lhe assim: «Na sequência dos acontecimentos,

agora na posse de mais elementos e depois de muita reflexão, estive a reler cuidadosamente o vosso apontamento, bem como as considerações do Chefe de Estado-Maior do CFT, e preciso saber se as afirmações aí referidas, designadamente ‘pormenores de um mal menor’, ‘tragédia anunciada’ são a posição do CFT e o que está subjacente a tais afirmações.

Interrogo o que o Estado-Maior do CFT sabia sobre o assunto e que ação tomou, sabendo-se que o assunto não é de hoje (...)» — a equipa do CFT já estava em funções acerca de três anos — «(...) A falta de efetivos e a falta de especialização não são desculpas. O Estado-Maior do Exército apresentou um estudo sobre o problema sobre o qual decidiu o ano passado.

Não me parece que estruturalmente seja necessário fazer tábua rasa do que existe, mas sim passar a pente fino todos os procedimentos estabelecidos e competências atribuídas, bem como também a todos os níveis: NEP (norma de execução permanente) desatualizadas, relatórios não avaliados, rotinas de eficácia duvidosa, etc.

A execução e a supervisão falharam, creio, tendo por base as evidências. Advogando o Estado-Maior do CFT a criação de uma cultura de segurança, os efetivos poderão faltar para outras tarefas e sítios, mas nunca na segurança, assim como teria de ser assegurada a formação necessária.

Pretendo respostas antes de amanhã à tarde, altura em que difundirei os despachos, quer à Inspeção-Geral do Exército, quer atribuindo responsabilidades pelos processos de averiguações.

Em termos de Comando, pretendo o vosso relatório sobre o que aconteceu a partir do relatório imediato, a fim de o integrar no relatório final do GAB CEME, do Gabinete do Chefe. Falaremos amanhã na reunião de coordenação no Gabinete às 14 horas, antes da reunião de Comando na Manutenção Militar. De resto, bom fim de semana».

Não obtive resposta, a não ser respostas vagas, ou seja, há uma afirmação clara do Estado-Maior do Comando das Forças Terrestres sobre o

assunto. Falam, e chocou-me, de «tragédia anunciada», «pormenores de mal menor, que tem a ver com a cultura de segurança» e eu digo: «Então, não fazem nada? Sabem disto tudo?».

A correspondência *a posteriori* vem verificar que o Comando da Logística sabia disto. Portanto, quando eu decidi, estava ciente dos problemas do terreno e estava ciente das falhas de dois Comandos. Agora, a resolução é uma resolução própria e específica para cada um deles. Eu tinha de dizer objetivamente, eu não iria temporizar, como já disse, com a situação nem iria deixar no ar de que o Exército ia ser determinista na situação. E aquilo que se conseguiu hoje, resultados, transferências das munições, uma gestão eficiente dos paióis e entre Ramos, os investimentos que foram feitos nas Unidades todas, estão aqui num *dossier* cheio de fotografias das Unidades, sobre aquilo que foi feito, das NEP, da segurança, o que só vem provar que eu tinha razão.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O General Faria de Menezes considera que a exoneração dos Comandantes das Unidades contra o parecer do Conselho do Exército foi um ato inqualificável, um atentado à família militar, que cada Chefe de Estado-Maior do Exército faz as figuras que deseja. Isto está muito para lá da discordância. Não concorda? Quer dar-nos a sua avaliação sobre esta terminologia?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Eu falei um pouco naquilo que foi a postura dos nossos Tenentes-Generais nestes dois anos. Eu senti, como já disse, uma atitude crítica de tudo o que tinha que ver com a tutela a partir da minha tomada de posse, meti água na fervura várias vezes, e entendo que se os Srs. Tenentes-Generais tivessem sido institucionais teriam aceitado ficar, nada disto teria acontecido, e teriam ajudado o Exército a resolver estes problemas.

Os Comandantes perceberam, perceberam muito bem e, pelos vistos, se nós virmos — já falei nisso — os outros Ramos também adotaram procedimentos semelhantes no último ano. Foi, de facto, inédito, mas a situação de gravidade e de imagem requeria medidas enérgicas. Agora, a exploração que aconteceu, logicamente, deu azo a que centrassem a atuação toda, bem como este processo todo, na exoneração dos Comandantes, que é um decisão de comando minha, isolada, refletida.

Como já disse, eu queria chocar, queria ir ao sítio e queria encontrar a forma de resolver o problema estrutural e não queria estar à espera que as coisas fossem... Julgo que aquilo que os nossos Generais dizem são razões pessoais onde eu não iria querer entrar, por questão de respeito pela carreira que eles tiveram até à data, mas também os não dignifica absolutamente nada.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Quanto a esse assunto de exoneração dos Comandantes, o Sr. General teria decidido fazer uma coisa e terá mesmo falado — e bem — a uma televisão o que estava acordado. Pouco depois, dizendo-se pressionado, mudou tudo, exonera os cinco coronéis com carreiras brilhantes, como todos constatamos. Confirma esta versão dos factos? Tinha uma ideia e depois fez outra coisa diferente?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — A minha ideia, desde o furto, era tomar uma atitude que não fosse aquela proposta de esperar pelo processo de averiguações.

Uma resposta, umas afirmações sustentadas no Conselho Superior do Exército são sempre confortáveis. Poderia adoptá-la, mas eu já tinha ideia definida de que a Cadeia de Comando não iria reagir com provas que já me tinha dado. Na primeira entrevista eu dei a ideia que esse era um caminho, mas, quando estava a dar essa entrevista, já tinha começado a interiorizar que

tinha de haver outra resposta. Já tinha ideia pré-definida quando fui à SIC — e peço desculpa talvez por não ter desenvolvido, mas as perguntas também foram muito centradas no processo de demissão — eu já tinha algo definido do que iria dizer.

E a resposta da cadeia de comando — entenda-se CFT, e, logicamente, o Comando de Logística também se sentia confortável — era uma resposta que, como já disse, colocava de lado todo um processo de análise e de desenvolvimento integrado. Portanto, objetivamente, eu já tinha na cabeça tomar uma decisão mais forte.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, o que justifica uma decisão tão drástica e anormal, caso único na história do Exército?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Refere-se à exoneração dos comandantes?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sim.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, eu não gosto de dar exemplos do que os outros ramos já fizeram, mas a demissão do Comandante da Zona Marítima, a demissão do Comandante do Corpo de Alunos, a demissão do Comandante dos Fuzileiros, também são respostas.

Eu tinha necessidade de dizer algo e de marcar, provocar, como já disse, o choque e acabar com alguma cultura, digamos assim, de deixar fazer. Não chamaria lassidão nem desleixo, mas talvez entrasse um pouco nessa área. E a minha experiência e os factos demonstraram-me que os problemas, a imagem percecionada e o que tinha acontecido no terreno era culpa dos comandantes, volto a dizer isto!

Eu fui comandante e ao longo da vida tive vários episódios, que posso relatar, onde Sentinelas não estavam nos postos. Recordo-me como tenente em que fui fazer ronda a uma Unidade, onde não estava nenhum sentinela nos postos. Porquê? Porque nenhum comandante passava rondas.

Estive noutra Unidade, fui ver, fui atrás dos militares que iam fazer serviço. O que foi que encontrei? Degradação total das condições de alojamento. Zanguei-me fortemente!

Já falei na desativação dos Paióis de Vendas Novas e na degradação que aconteceu. Portanto, eu tinha a noção... Então, 20 horas sem fazer ronda, militares que vão dormir, temos lá assadores porque aquilo era campo de férias ou eram piqueniques, temos vedação que não é limpa, temos buracos na vedação... Desculpe, uma rede de concertina, uns cavalos de friso resolviam o problema. Esticar uma rede de concertina demora 1 hora.

Telefones que não existiam. Desculpem, estender linha telefónica WD1-TT, que me recordo dos meus tempos de subalterno, estender linha telefónica para os telefones demora meia hora, nem tanto. Substituir lâmpadas dos projetores de iluminação, é vir uma grua, A Engenharia tem muitas gruas, colocava lá a grua e substituía as lâmpadas todas. Substituíram os vidros? É preciso uma ordem do Comandante da Brigada para substituir os vidros? Ou do Chefe de Estado-Maior do Exército? São condições locais. E a Unidade de coordena a segurança não leu os relatórios? Se leu os relatórios é tudo de resolução ao seu nível e chuta para cima... E os comandantes são figuras sagradas, são intocáveis, não fazem nada!

São competentes, são, sim, senhor, mas falharam! Agora, eles limitaram-se a cumprir os argumentos da inspeção, que, depois, propuseram o arquivamento do processo, na parte final pois o processo não foi todo arquivado, e propuseram que não se procedesse a processos disciplinares.

Não havendo processos disciplinares a forma que encontrei, também para tranquilizar depois da demissão dos dois tenentes-generais, foi dizer:

vamos serenar os ânimos, vamos tentar encontrar aqui algo que seja melhor, porque se eu exonero definitivamente os comandantes isto é ainda é pior.

Portanto, eu procurei uma solução, de alguma forma, já atenuadora ou mitigadora da pressão que já estava a existir.

Agora, a situação foi inédita, uma vez que nunca tinha havido furtos nesta dimensão com tantas unidades envolvidas. Esta foi a realidade!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Então, a decisão deveu-se a esses factos que o Sr. General acabou de relatar e não a qualquer tipo de pressão política.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Unicamente a estes factos e nunca a pressão política, porque o poder político não soube o que eu ia fazer.

No comunicado eu disse: «Para não haver entraves à investigação.» A experiência indica-me — e este é outro caso — que as instituições fecham-se e se todos os papéis de uma investigação passam pelo comandante este tem tendência a exercer algum filtro.

Portanto, para os proteger e para não haver dúvidas, essa foi outra das razões. Na altura, a base da razão foi a perceção, a imagem da degradação que estava instalada era objetivamente da responsabilidade dos comandantes.

Agora, politicamente, só souberam quando eu telefonei.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Eu quis acentuar essa questão, porquanto o Sr. General Calçada suspeita que V. Ex.^a sofreu interferências políticas durante sábado, 1 de julho de 2017, mudou muito o seu comportamento, tomou iniciativas estranhas para quem o conhecia há mais de 40 anos.

Quer comentar estas declarações?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Posso comentar, mas já disse objetivamente: o Tenente-General Calçada sempre atuou lado a lado com o Tenente-General Menezes desde o primeiro instante em que eu tomei posse.

Há motivações pessoais e houve razões profissionais para tomar essa atitude, de certeza absoluta. Mas se ele me conhecia, conhecia-me mal e isso é nitidamente conversa de retórica, porque ele sabe que eu não sou um osso fácil; eu sou um osso duro de roer! Não sou casmurro, mas sou teimoso, sou abnegado, por aí fora e ele conhece-me desde os tempos da Academia Militar, porque, ao longo desses quatro anos e ao longo da vida, tivemos muitos casos de confronto de ideias e até de atitudes.

Portanto, ele sabe perfeitamente isso e sabe que eu não aguento certas coisas nem compactuo com certas coisas.

Aliás, estou a recordar-me de um caso concreto – e não vou entrar em detalhes – no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde eu tive de dar um murro na mesa para pôr ordem, porque não queriam fazer aquilo que estava determinado, que era um processo estruturante e decisivo.

Se o General meter a mão na consciência percebe perfeitamente que não é bem assim, mas...

Portanto, eu não me revejo em nada nessas declarações.

Se, de facto, estavam lá pela instituição, diziam que não concordavam, tomavam a atitude que bem entendessem, mas não da forma como o fizeram.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Como avaliou, enquanto Chefe do Estado-Maior do Exército, as palavras de surpresa do ex-Presidente do PSD e ex-Primeiro-Ministro Passos Coelho por não ter havido até então, sábado 1 de julho, três dias após o furto, demissões na hierarquia militar?

Coincidência: nesse dia V. Ex.^a exonera os cinco comandantes de unidade.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não teve nada a ver com o assunto.

Eu refleti, analisei e tomei uma decisão puramente no âmbito das minhas competências, tomei uma decisão puramente militar.

Como já disse, todos os telefonemas, que vinham de todo o lado sobre o que é que íamos fazer, toda a comunicação social, ávida, e muito bem, de pormenores, isso, para mim, era-me perfeitamente indiferente.

O problema era estrutural, como falei, era sistémico e havia que agarrá-lo de forma determinada e eu não me sentia bem se, do ponto de vista do comando do Exército, se não tivesse feito alguma coisa para mudar a situação; o resto são meramente comentários de circunstância, conforme as pessoas.

Mas não me influenciaram absolutamente nada – volto a dizer. Sabia que de fazer algo, como já disse, no caso dos Comandos, eu fui muito determinado, porque sabia que havia um problema de sistema de informação clínica, eu sabia que havia um problema nos referenciais, sabia que havia algo que tinha de ser acompanhado dentro daquele processo de investigação do Ministério Público, havia apuramento de responsabilidades militares, de certeza, eu tinha essa noção, com base nos dados que tinha no terreno.

Portanto, nessas linhas de fazer algo, eu sabia que essa linha de processos não podia ser; tinha de ser algo mais profundo, ou seja, ou aproveitava estas circunstâncias ou, então, continuávamos tranquilos e a fazer relatórios que, como o próprio CFT diz, «ninguém lia, ninguém ligava!»

Eu quis marcar a posição, claramente, de passarem a assumir responsabilidades. E estou convencido que doravante não haverá ninguém

que vá escrever a mesma coisa e que não olhe para os relatórios como deve de ser.

Tenho a certeza que se fez doutrina à minha custa, porque...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, a reintegração dos mesmos comandantes 15 dias depois terá sido bem entendida pela generalidade do Exército? Ou terá sido vista como um número mediático para consumo da opinião pública, como um «está tudo bem»?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — No interior do Exército sabiam que nem tudo estava bem, sabiam que tinha havido falhas, porque desde o primeiro instante as reuniões de comando foram muito claras sobre o assunto.

Nesse dia 3 eu tive uma reunião de comando na Manutenção Militar e, entre os 27 pontos que constavam para serem tratados da reunião, Tancos estava à cabeça. Os comandantes estavam ali todos e eu disse-lhes objetivamente o que eu tinha feito e qual foi o meu racional... Portanto, eu nunca escondi à cadeia de comando o que é que tinha feito, as razões e aquilo que estava mal.

Agora, se foi percecionada para o exterior de outra forma, ou se foi manobra de comunicação, ou se foi para ganhar tempo... Foi tudo junto, mas, acima de tudo, foi uma vontade forte e determinada de corrigir a situação de que o Exército não fosse o mesmo a partir daí. Havia necessidade de ir fundo e os comandantes, volto a dizer, tiveram culpa nessa base.

Sobre a reintegração quero dizer o seguinte: quando eu fiz os despachos sobre os processos e quando os generais desencadearam, os processos não foram processos de cinco dias úteis, ou de 10 dias úteis; foram processos até terminar, uma missão militar, uma tarefa concreta: «vão até ao fundo e quero que vocês vão até ao fundo» e foi o que eles fizeram,

trabalharam no fim de semana, iam-me dizendo algo e se virem os relatórios que estão aqui eles comprovam que as coisas não estavam bem.

No entanto, quando a Inspeção-Geral do Exército surge com a proposta para não abrir processos disciplinares, então eu aceito essa proposta, vamos voltar aos comandantes, os comandantes já perceberam, vão fazer novos relatórios de comando – e eu aconselho os Srs. Deputados a lerem os relatórios de comando dos coronéis que voltaram a assumir o comando e o que é que eles escreveram –, que são substancialmente diferentes, ou seja, quando os reassumi eles já tinham apreendido a lição.

Aliás, a situação mais delicada talvez fosse a do Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1, porque, de facto, era o que estava de guarda, era o tinha dois paióis, tal como o Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, que foi nomeado mais tarde para o curso, mas esse é outro processo.

Portanto, foi como já disse: analisar os resultados, as propostas e as recomendações das inspeções e trabalhar nessa base, já não de controlo de danos, e, agora, vamos em frente para corrigir isto. Foi este o processo.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, alguma vez ponderou nesses dias quentes de junho e julho de 2017 pedir a demissão de CEME?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sobre o problema da demissão do CEME falou-se sempre em várias conversas de circunstância; agora, na minha cabeça, apresentá-la formalmente, como já disse, não. Porquê? Porque eu assumo as responsabilidades daquela que é a minha ação de comando, daquilo que é dos meus antecessores, ou daquela que é a minha inação, mas não tinha havido inação de comando da minha parte relativamente às decisões dos meus antecessores.

Eu tinha-me apercebido, como inspetor, que havia problemas nesta área da segurança e são várias as provas – aliás, eu tinha tomado posições de

força com o meu antecessor sobre algumas matérias, sobre as quais não vou agora entrar em detalhe, e isto tem a ver com a forma como se gerem os *dossiers*.

O meu primeiro despacho, o 74, aquele que já mencionei, surge depois de uma reunião no Comando de Pessoal, no Porto, onde eu detetei que duas direções, as direções responsáveis pelos sistemas de vigilância e pelas infraestruturas, não coordenavam entre si no âmbito das empreitadas. Porque é que isto acontecia? A engenharia fazia as obras, depois não havia nem mobiliário, nem havia comunicações e, depois, tinha de se voltar a partir para meter cablagens para o sistema de vigilância, etc.

Ora, o meu Despacho n.º 74, de junho de 2016, foi no sentido de dizer: «acabou a conversa. No âmbito das empreitadas de obras públicas, as direções entendam-se e quem assume é a Direção de Infraestruturas, acabou. E, depois, há que fazer todo o processo de implementação dos sistemas de vigilância de forma estruturada».

Como eu tinha estado na Inspeção-Geral do Exército, aproveitando o facto de ter um coronel que vinha da GNR fazer um ano e que tinha montado um sistema de vigilância na Guarda Nacional Republicana, eu propus, e disse ao meu Chefe de Gabinete para fazer a proposta que eu levaria ao General CEME, fazer uma inspeção aos programas e sistemas nesta área, porque esta área tem de ser trabalhada no Exército de forma estruturada, porque como está cada unidade faz o seu...

Aliás, eu tinha sentido isso quando era Comandante de Instrução e Doutrina, em Évora, porque, como houve redução de pessoal, eu quis montar um sistema de vigilância, estive lá até me vir embora e não consegui... Isto quando eu disse que tinha dinheiro e fazia aquilo... As direções não se entendiam.

Ora, todo esse processo culmina nessa Diretiva n.º 129, onde está dito, claramente, quem assume o quê, sistemas de vigilância, etc. etc.

Portanto, o meu comando foi marcado por uma vontade forte de mexer nestas áreas. Então, eu estou há pouco tempo, há um ano, a resolver situações que vêm do antecedente, como falei, um pouco de inação de comando, sustentado também por falta de investimentos, por falta de verbas, de recursos, por falta de tudo e mais alguma coisa, e colocava-se a questão de, para aquilo que era um furto simples, apresentar a demissão? Aquilo foi um furto!

As razões que levaram os ladrões a fazê-lo, isso compete ao Ministério Público. Agora, foi um furto! As responsabilidades disciplinares foram trabalhadas e chegou-se à conclusão que não fizeram as rondas, deram ordens para não fazer rondas, etc.

Agora, eu, assumindo frontalmente como inspetor, como Comandante de Instrução e Doutrina, procurando dar a volta à situação, que se arrasta há 210 anos, surge a situação, estoira-me nos braços, eu agora... Isto é com vocês!?

Houve outra razão – e podem pensar que isto é arrogância, não é arrogância nem vai ser falsa modéstia: quando foi do Curso dos Comandos – e volto a bater no problema dos Comandos – ninguém sabia o que havia de fazer.

Os meus pares no Conselho Superior do Exército não apresentaram propostas concretas e, neste caso, também, o Conselho Superior do Exército não apresentou propostas concretas. Eu estive sozinho – e isto é muito pessoal – no problema dos Comandos e estive sozinho no problema de Tancos.

Toda a gente dizia. «O que é que se vai fazer? O que é que se vai fazer?» Propostas? A única proposta que surge é o processo de averiguações, que é uma situação de conforto para os outros, para ele próprio e para os outros, e eu não compactuava com isso.

Eu percebi que naquele caso, fundamentalmente, a cadeia de comando das Forças Terrestres, tinha de ser determinista. O Exército tinha de dar a volta e isto foi o que me motivou. Se fiz mal ou bem... Estou bem com a minha consciência, tenho a certeza de que fiz bem a minha parte.

Estou convencido de que o esvaziamento dos paióis de Tancos, que foi da minha iniciativa, foi o resultado do meu conhecimento do processo e do que era a gestão dos paióis de Tancos. Porquê? O Exército tinha recebido uma conta de cerca de 160 000 € para pagamento dos paióis que ocupava no Marco do Grilo, que eram antigos paióis NATO que a Marinha dos Estados Unidos e de Inglaterra tinham libertado em 1992 e 1993. O Exército pagava 160 000 € por utilizar uma série de paióis no Marco do Grilo.

Quando recebi a conta, mandei-a ao Estado-Maior... Isto foi um mês antes. Curioso! Há coisas... Um mês antes recebi a conta e mandei-a ao Estado-Maior pedindo que estudassem o assunto. Porque é que o Exército, se tens paióis disponíveis, está a pagar outros paióis? Porque é que tem de pagar 160 000 €? Disse: «Estudem o assunto!»

As conclusões do Estado-Maior, que foram apresentadas, repito, um mês antes — mandei a decisão cerca de dois meses antes —, foi que não havia capacidade nos paióis existentes. Mas quando surgiu o furto de Tancos, numa conversa que tive com o Sr. Almirante Silva Ribeiro ele disse-me: «Rovisco Duarte, vê lá se precisas de alguma coisa? Paióis, capacidade...»

De repente fez-se luz e eu disse: «Espera aí, visto que o Estado-Maior diz que não podemos libertar aquilo, se calhar, pode fazer-se ao contrário!»

Srs. Deputados, disse a um coronel que estava demitido, que é um exemplo, de facto, de dedicação e competência, o Coronel Amorim Ribeiro, que era o comandante da UAGME, telefonei-lhe e disse-lhe: «Amorim Ribeiro, faz-me o estudo para saber se os paióis podem ser esvaziados ou não, se temos capacidade ou não para os esvaziar!»

Ao fim de poucas horas deu-me o estudo sumário e disse-me: «Meu General, penso que sim». Ao que respondi: «Mas não quero que penses que sim, quero certezas! Porque se for essa a posição, quero comunicá-la e tomar a decisão.»

Quando me deu os dados objetivos, no sentido de que era exequível, falei com o Sr. Ministro da Defesa e disse: «Sr. Ministro, temos hipóteses de resolver o problema de forma estruturada, esvaziando os paióis de Tancos. Basculam-se os investimentos para Santa Margarida, porque Santa Margarida nunca será abandonado, não se investe mais, rentabiliza-se tudo o que são capacidades conjuntas dos ramos e, em termos de eficiência poupam-se milhões de euros e poupa-se pessoal.»

O Sr. Ministro concordou e foi esta a decisão. Portanto, tenho a certeza, aliás, duvido que quem estava cá para me substituir, se tenho apresentado a demissão, tivesse tido este discernimento. Vão-me dizer que é arrogância. Talvez seja, mas conhecia, do Estado-Maior, os processos profundamente. E conhecer profundamente os processos do Estado-Maior não é fazer trabalho de secretaria. Estive envolvido na extinção das regiões militares. Passaram na minha divisão as diretivas da transformação do Exército em 2006.

Portanto, tinha uma experiência larga e sabia o que era uma gestão de eficiência e foi isso que me levou a dizer: «Então vamos procurar outra solução!» E por isso é que agora também fico um bocado surpreendido quando dizem que os paióis podem ser reativados. Quando vejo essas afirmações, inclusive do meu antecessor, digo: «O quê?!»

Então se investirmos nas munições obsoletas, libertamos cerca de 15% da capacidade. O dinheiro que se vai investir, hipoteticamente, em novos paióis, invistam na alienação e desmilitarização de equipamentos e libertam 15% da capacidade existente em paióis.

Este é um problema de gestão de eficiência, um problema de gestão conjunta de meios e dos dinheiros do País. Portanto, fico surpreso pela ligeireza das afirmações de responsáveis, pelo nível de ignorância. Se calhar é porque estes dois Tenentes-Generais nunca passaram pelo Estado-Maior e não sabem o que é o trabalho de Estado-Maior e, depois, vêm denegri-lo. Não sabem o que é fazer propostas fundamentadas, ir ao terreno e fazer uma proposta com a certeza de que, quando o chefe assina aquela diretiva ou aquele despacho, é o seu posicionamento e nada pode falhar, porque é o seu trabalho de fundo a preparar a decisão.

Por isso fico surpreendido neste processo todo. Quando surgiu o problema da demissão e creio que isso foi colocado na Comissão de Defesa eu disse: «Não me passa pela cabeça!» Estávamos num processo de resolução, mas sobre esse processo de resolução, como o CFT dizia que quem estava no processo era a geração, desculpem, mas tiveram três anos para o fazer. Porque é que não o fizeram?

Tive o cuidado... Quando era inspetor, e volto a dizer, um dos processos quando fui chefe e que propus ao meu antecessor... Quando fui chefe, recebi um processo que teve a ver justamente com os Açores — e, um bocadinho à margem, apresento o meu respeito à Deputada Berta Cabral. Recebi esse processo do Estado-Maior com uma proposta de decisão que era estruturada. Um mês antes, tinha entregado esse mesmo processo ao meu antecessor e tinha dito algo deste género: «Posso ser um inspetor normal e dizer que concordo com as propostas dos oficiais averiguantes, inspetores. Mas não concordo sem irem ao terreno. O que está aí proposto é mais do mesmo!»

Os Açores, tal como a Madeira, regiões autónomas, precisam de uma abordagem integrada, que se vá ao local, porque há missões imorais que estão a ser pedidas.

Tinha estado em Ponta Delgada, nos Arrifes e no paiol da Pelangana, quando era inspetor, e tinha-me apercebido do que eram missões imorais, porque os relatórios de inspeção eram negativos. Disse: «Não podem exigir que as Unidades tenham aquele nível de operacionalidade, de tarefas e por aí fora, sem lhes darem gente! Não têm gente!»

O que é que acontece? Fiz um despacho. O General Jerónimo, na altura, meu antecessor, disse que sim, concordou, mas depois recebi esse processo do Estado-Maior, trabalhado para implementação de uma solução estruturada em que ignoraram tudo aquilo que tinha feito e o que o próprio Chefe do Estado-Maior tinha decidido.

Desculpem, mas mandei uma rabecada. O despacho foi violento para o Estado-Maior do Exército, chamei-lhes incompetentes e disse: «Não é nada disso. Vocês têm de ir apanhar o avião! Vão ao sítio e vejam o que são as capacidades, o que é o apoio militar de emergência, o que é a defesa!»

Isto porque a defesa de invasão dos arquipélagos... Já foi a II Guerra! Vamos pensar na operação *Alacrity* ou outra do género que sabemos: houve uma invasão, os americanos quiseram ocupar aquilo e houve movimentação na Base das Lajes. Todo esse processo foi em plena II Guerra Mundial. E os ingleses também quiseram e as negociações que foram feitas são muito interessantes.

Mas a guerra industrial já acabou e a realidade é outra! Disse-lhes: «Vocês têm de ir ao sítio!» E assim foi.

O Estado-Maior trabalhou o processo, demorou três meses, mas aquilo que foi implementado foi completamente diferente e a mesma coisa aconteceu com a Madeira. Correu bem, mas isto é a prova...

Quer dizer, as pessoas estão na sua competência e vão aos sítios para cortar fitas, para mordomias... Desculpem, mas essa não foi a minha posição. Era mais confortável refugiar-me no parecer do Conselho Superior do Exército e se tivesse de ser demitido era. Se fosse esse o caso.

Mas não era a minha postura, nem foi a minha postura! Por isso é que falei no controlo de decisões. Muita gente ficou incomodada quando perguntei: «Como está o processo? Quero lá ir!»

Já depois de ter saído, houve um comandante de Regimento que me disse: «Meu General, agora pode ir à Unidade que já está corrigido tudo aquilo!» E eu perguntei: «É preciso lá ir?!»

O Comandante do Pessoal estava na Escola dos Serviços, tinha 70 formadores à espera de serem formados e dizia-me que não tinha um formador! E voltei-me para ele e perguntei-lhe: «Desculpa, sabes isto? Eu não sabia disto». Mas estava há um mês sem formador e disse-me: «Mas não tenho formador!» Ao que respondi: «Desculpa, não tens formador? Então a figura de diligência serve para quê?! Mandas avançar um sargento-ajudante... Basta um sargento-ajudante de uma Unidade qualquer, de Braga, do Porto e tens um formador que amanhã está cá!» E no dia a seguir estava lá o formador.

Ele tinha competências para isso! Agora é isto que as pessoas depois...

Peço desculpa pela emotividade, mas custou-me ver a forma algo ligeira como responsáveis institucionais que não analisaram os problemas e tomaram decisões fazem afirmações que não são em proveito institucional, são mais, por vezes, em proveito pessoal ou, então, para encontrarem justificações para o injustificável.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Em conclusão, Sr. General, pelo que posso depreender das suas palavras, não defendia minimamente a ideia que nos foi trazida por alguns Srs. Generais de que a posição forte do Ministério da Defesa e da chefia do Estado-Maior do Exército devia passar pela demissão simultâneo do Sr. Ministro, do CEME e de vários generais em posição de comando.

Já estou a ver que o Sr. General não acompanhava esta ideia...

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não, não! De todo, Srs. Deputados.

No meu telemóvel, depois de dar a entrevista à RTP, recebi muitas mensagens de todos os setores a dizer: «Meu General, agora é que é! Muito bem! Vamos a isso! Isto fazia falta!» De generais! No ativo, na reserva e na reforma!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Já me apercebi que o Sr. General conhecia a vulnerabilidade dos paióis de Tancos. Chegavam ao CEME sinais de alarme sobre a situação dos paióis?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Os sinais de alarme que chegavam eram fundamentalmente sobre a necessidade de investimentos. «Precisa-se de investimentos, precisa-se de investimentos!»

Sabia da situação do SICAVE, não sabia que estava naquele estado. O SICAVE é o sistema de informação, vigilância, etc.

Sabia que havia que dar prioridade a Tancos e a minha preocupação foi pressionar desde o primeiro instante para se dar prioridade a Tancos.

Tando assim é que as primeiras verbas que aparecem, que é um despacho do Tenente-General QMG (Quartel Mestre General) de setembro, para dois investimentos nos Paióis Nacionais de Tancos, resultam de excessos de adjudicações abaixo do valor a que, na altura, tinha sido lançado no mercado, e foram canalizadas. Mas a minha pressão sobre as direções, sobre os comandos para se olhar para Tancos tinha sido desde o primeiro instante.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Porque não decidiu a sua desativação e concentração em infraestruturas mais seguras como fez depois

do furto? Será que essa decisão foi para fingir que se estavam a fazer coisas, depois de Tancos, como afirmou aqui o Sr. General Serafino?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não percebo. Importa-se de repetir, Sr. Deputado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Porque não decidiu a desativação e a concentração em infraestruturas mais seguras como fez depois do furto? Na questão dos paióis de Tancos... O material que se encontrava lá, porque é que não... Porque é que não o fez antes?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Porque é que não fiz antes?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Porque é que foi reativo e não ativo?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, essa é uma boa pergunta, porque não conhecia a situação objetiva, como já disse, daquele estado de degradação. Fui a muitos sítios e andava permanentemente em vários sítios, mas não me tinham apresentado aquela gravidade.

O racional que estava em cima da mesa era o de que Tancos era seguro. A própria inspeção, ou seja, a inspeção que foi feita ao Regimento de Engenharia, de que tive o cuidado de ler o relatório, a inspeção que foi feita à Escola Prática de Engenharia em 2012, dizia que os paióis de Tancos eram seguros.

Percebo que havia uma situação complicada... Vamos ver, não soube a gravidade da situação, senão, quando fui confrontado nesse dia 30, nesse sábado, com os dados do terreno. E foi aí que disse: «Bolas!»

Tinha sido comandante e tinha sentido esse problema e a minha reação, perante aquilo que já tinha sentido, foi à vista! Portanto, não sabia a gravidade da situação no terreno, porque essas questões são de resolução de comandantes!

Aqueles factos que lá estão, e já falei na desmatação, nas luzes, nos fios, na bolsa de primeiros socorros, etc., são problemas resolúveis, locais, do comandante.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, porque é que nunca foram os paióis de Tancos uma prioridade no âmbito do SICAVE, face ao estado obsoleto da videovigilância? Como explica a atuação reativa do CEME ao decidir um processo de averiguações ao SICAVE, mas só depois do furto?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — O famoso SICAVE é um processo... Já expliquei que cada Unidade sentia que havia necessidade de proceder à implementação de sistemas de captação de imagens.

A Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército, que dependia do Vice-Chefe, inicialmente, em 2012, dependia do Comando das Forças Terrestres — atenção a isso —, ou seja, esta Direção de Comunicações andou a saltar de comando para comando, apercebendo-se de que havia que fazer algo no Exército de forma estruturada, que havia que pôr ordem, digamos assim, nos procedimentos, esboçou um sistema.

Portanto, esse sistema SICAVE não existia, foi apenas trabalhado a nível da Direção como um caminho, fundamentalmente. Só apareceu de forma estruturada, com competências concretas, com responsabilidades, com o meu despacho, com a minha diretiva 129. Antes, era apenas uma gestão de direção.

Não poderia imaginar iniciar algo, se já tinha feito, como já disse, uma inspeção do programa de processos de sistemas quando era inspetor, e quando estava a fazer essa inspeção, estava a trabalhar com o Estado-Maior para ver o problema da segurança nas Unidades para integrar tudo...

... de segurança nas unidades, que é para integrar tudo e essa Diretiva n.º 129, foi uma diretiva que já tinha sido trabalhada, um pouco na linha da minha ação como inspetor, com o Estado-Maior.

Foi, então, nessa Diretiva que surge, pela primeira vez, e estamos a falar de setembro de 2016, o SICAVE – prioridade aos Paióis Nacionais de Tancos. Os Paióis Nacionais de Tancos aparecem como prioritários numa diretiva, num despacho formal do CEME, na Diretiva n.º 129, que é muito completa, ríspida, muito assertiva e que os Srs. Deputados podem ler. Antes não havia SICAVE, havia um esboço, uma linha...

Tanto que, quando eu pedia à Direção de Comunicações para me fazerem um relatório sobre o SICAVE, a resposta do diretor foi: «Ó meu General, isto SICAVE não é bem um sistema, isto é uma linha de ação, que é necessário trabalhar». Isto porque já tínhamos visto que a escassez de recursos humanos e as possibilidades que os sistemas de vigilância conferem podem ser medidas complementares e dissuasoras relativamente à segurança das unidades».

Portanto, ele surge onde praticamente não existe. Surge nessa fase comigo, portanto antes... O SICAVE não era algo que estava antes.

Quando eu ordeno esse despacho para fazer a averiguação e o SICAVE, foi para ter a certeza do caminho que estava a ser seguido. Eu tinha dúvidas, porque nessa altura surgem dúvidas todas e mais algumas, e eu disparei dizendo: «vamos fazer aqui uma ampla bateria de inspeções para perceber cobrindo as áreas todas».

Nas inspeções que foram feitas, já agora devo dizer que talvez se devesse ter ido às escalas de serviço. Foi algo que não me apercebi; só mais

tarde em 2017. Só percebi mais tarde que as escalas de serviço... Quando eu falei há pouco que as unidades mandavam oito militares – seis, mais um mais um, portanto um sargente, um cabo e seis praças – para fazer o fim de semana eu tinha de confirmar isto e isto não está confirmado, mas, entretanto, eu saí...

O esforço que era exigido sobre os soldados que faziam as escalas de serviço, possivelmente, potenciou esta situação de desleixo relativamente à segurança. E, cruzando isto, depois, com informações que vieram a público no âmbito do Ministério Público sobre quem assaltou, quem não assaltou ou quem furtou ou quem não furtou, e os pormenores que aparecem por fuga de informação, eu, hoje, sou tentado a dizer que gostaria de ver – esclarecendo isto muito bem – quais é que eram as escalas de serviço e se eram cumpridos os procedimentos previstos no Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército.

Porque o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército diz que um militar que faça serviço num dia tem de ter uma folga de três dias. Ora bem, se ele fazia serviço na sexta ele não podia fazer serviço no sábado nem no domingo... Se ele fazia serviço na segunda só entrava de serviço na sexta feira! Tinha de folgar segunda, terça e quarta! Se os soldados são lá colocados para fazerem o fim de semana todo, isto é uma falha! E isto é falha das escalas... Não venham dizer que é falha do sargento-adjunto que faz as escalas na secretaria...! Mas em de haver orientações do comandante!

Quando eu desativo os paióis em Vendas Novas eu estava a perder soldados em regime de contrato, porque os soldados perdiam noites, as escalas eram apertadas e eu disse: «Desculpem, tem de se desativar os paióis, porque os soldados vão-se todos embora... E nós temos de respeitar o Regulamento». Esta foi a minha orientação.

Ali, eu tenho dúvidas sobre se este Regulamento estaria a ser cumprido e este era um trabalho da unidade de apoio. A taxa de esforço sobre o pessoal

das unidades é um trabalho do coordenador, bem como as condições de alojamento, as condições de alimentação que estão instaladas naquela área...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, se me dá licença...

Tancos provocou uma crise dentro do Exército. Ou será Tancos o pretexto para pôr a nu disputas antigas entre generais por causas pessoais ou de carreiras?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Jogando com as probabilidades, direi que 90% são disputas pessoais de gestão de carreiras e 10% foi surpresa e choque do que foi as instalações terem sido atingidas daquela forma, o que deixou toda a gente extremamente chateada e por isso é que eu digo que se os tenentes-generais não tivessem saído nada deste burburinho tinha acontecido.

Agora, a gestão de carreira foi um facto. Não foi por acaso que eu falei na pressão que eu tinha vindo a sentir para eu dizer quem seria o Vice-Chefe de Estado-Maior do Exército...! E não é por acaso que, ao longo dos tempos, havia uma postura crítica relativamente à tutela por parte destes dois tenentes-generais – tenho de dizer isto. Não venham dizer que não é verdade; foi verdade! E sabem perfeitamente que eu digo: «Calma». Muitas vezes eu disse: «Calma, vamos lá resolver isso».

Eu tive de jogar com diplomacia, se tenho pouca tive de jogar com ela... Agora, neste caso concreto, eu não quis saber de ninguém; eu quis dar a machadada no Exército em termos de resolver um problema estrutural e fui determinista. Esta questão caiu-me em cima, tive estas fugas... Passaram à reserva, fica o problema resolvido.

O único problema que ainda ficou por resolver foi o do Comandante de Regimento de Comandos, mas eu também posso explicar o que é que aconteceu, porque o Comandante de Regimento de Comandos também foi

fortemente insultado e objeto de várias acusações sobre o que tinha acontecido.

Com a saída dos nossos tenentes-generais...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, ficámos curiosos e era talvez melhor explicar isso.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Eu, há pouco, referi que fui assertivo relativamente ao apuramento de responsabilidades e exigi não só celeridade como rigor e transparência nos processos disciplinares, na linha interna, pois na linha externa é com o Ministério Público.

Os dados que fui obtendo, na altura, do CFT não eram os mais corretos e aconteceram uma série de incidentes, ao longo dos tempos, que não me agradaram absolutamente nada e que revelam que a serenidade que se exigia no Regimento de Comandos não tinha sido atingida com o Comandante que está em funções e que deu origem a...

O Comandante, que eu também exonerei mais tarde, tinha sido nomeado por mim depois de duas audiências. O Comandante tinha interposto uma ação contra o Exército por questão de valorização de mérito. Eu chamei-o a primeira vez quando o CFT me propôs esta nomeação – e isto tem a ver com a gestão do ramo – e disse-lhe objetivamente: «Que sinal é que eu dou para a instituição, se há um comandante que tem o Exército em tribunal?» E a resposta foi: «Eu retiro a ação se resolverem o problema e se me nomearem!» Eu disse: «Eu não aceito chantagens!»

Mais tarde, numa segunda audiência, porque eu não tinha opções, não havia outro coronel com curso, eu não tinha opções só tinha tenentes-coronéis, chamei-o e disse-lhe: «Eu vou resolver alguns problemas, mas tens de serenar o Regimento», porque o pessoal vai estar sujeito a uma pressão

enorme, por isso é que eu falei no problema do pessoal que estava momento em processos no Ministério Público.

Eu disse: «Pessoal, o ambiente no Regimento vai ter de ser sereno. O pessoal está na República Centro Africana e tem de haver apoio ao pessoal.»

Se os Srs. Deputados forem ver o teor das afirmações públicas que foram proferidas, sucessivamente, pelo Comandante, verão que elas são, muitas vezes, acusações ao Exército por não ter apoiado os militares – o que é falso!; são discursos de trinta e tal minutos, em que eu uma vez tive de dizer objetivamente: «Meça o discurso de intervenção», porque com discursos de meia hora e de mais de meia hora o pessoal começa a cair na formatura... Para quê? Com mensagens...

Esse Comandante, em determinada altura, no início do 128.º Curso de Comandos, quando eu tinha dito que não queria ninguém nesse curso que estivesse envolvido no 127.º, eu, já desconfiado, verifiquei que muitos dos formadores que iniciaram o 128.º tinham estado envolvidos no curso anterior. Tinham-me dito que não e eu confirmei, fui lá confirmar. Resultado: tiveram de ser todos substituídos a dois ou três dias do início do curso. Tinham-me dito que não!

Aquilo que aparece na comunicação social sobre o fundador da Associação de Comandos, Vítor Ribeiro. Eu não fui informado da visita do Sr. Presidente ao Vítor Ribeiro. Eu não sabia o que se passava, nem tinha de ser informado, nem tinha de acompanhar ninguém... Agora, eu não tive conhecimento disso!

E também não fiz censura nenhuma; o que eu pedi ao gabinete sistematicamente, porque me custou ver isto quando não era chefe, foi que as intervenções fossem coordenadas para evitar repetições.

O que eu pedi aos Comandantes e a todos os que intervinham nas locuções foi, para facilitar a dignidade em termos de cerimonial militar, o seguinte: não façam intervenções longas, estipulem cerca de 10 minutos, que

é para facilitar e mandem para o gabinete os discursos que é para coordenação.

Um diretor da arma ou um comandante não pode estar a dizer o que fez e o que não fez ao longo do ano, porque o Regulamento Geral de Serviço Militar do Exército é muito clarinho sobre qual é a locução do comandante, tudo isto está escrito, e, depois, vir a seguir o chefe e... Ou seja, o comandante não pode fazer um conjunto de afirmações, discursos públicos e, a seguir, vir o Chefe de Estado-Maior do Exército dizer a mesma coisa... Isto passa uma imagem de descoordenação, de... enfim, pouco brilho, pouca dignidade.

E o que aconteceu nesse dia para o Comandante do Regimento de Comandos foi que o chefe de gabinete perguntou-me: «Meu General, está aqui o discurso do Comandante do Regimento de Comandos mas tem ali umas frases, umas coisas que são políticas...». Eu disse: «Eu não quero saber! Cada um assume as suas responsabilidades! Vejam é se é curto. Coordenem isso!»

A cadeira de comando atuou e alertou o Comandante, que retirou esse parágrafo, e eu, por questão de decoro, não vou – e tenho o processo comigo – dizer o que foi cortado, mas que é político é, era forte e daria origem a um processo disciplinar.

Portanto, muito objetivamente: eu tinha de mudar o Comandante por várias razões, nomeadamente pela falta de seriedade, porque estava, sistematicamente, diria, a atizar os Comandos contra o comando do exército; estava, continuamente, a fazer preleções longas em várias cerimónias, nomeadamente na entrega de estandarte e na receção de estandarte; afirmava que o Exército não tinha apoiado – e tinha a ver com a proteção jurídica e o Exército não podia apoiar enquanto não se mudou o estatuto, porque isso foi confirmado com o Chefe de Estado-Maior dos ramos; foi esta história dos cursos...

O Coronel vinha do comando anterior, portanto ele sabia perfeitamente o ambiente. Nenhum novo comandante tinha de entrar, o novo comandante foi nomeado para o curso agora, como os Srs. Deputados sabem. Portanto, eu tinha de rodar, digamos assim.

Nesta situação, em termos de Comandos, eu assisti na opinião pública e na comunicação a notícias falsas, estrondosamente falsas, e eu demonstrei publicamente... Pediram-me várias vezes para ir à comunicação social e eu disse: «Eh pá, não quero! Desculpe! Vamos acreditar. Não quero! Na altura própria há de fazer-se! Não vou para a comunicação social... Desculpem. Isto já está muito quente, não vale a pena». A minha posição foi sempre de serenidade.

Perguntaram-se se, eventualmente, eu queria fazer desmentidos e eu disse: «Não faço! Não vamos desmentir cada notícia que passa...» Foi esta a razão. Não havia confianças, não havia...

Portanto, quando eu assisto, depois, às manifestações de exoneração e de apoio, as pessoas não sabem da missa a metade.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Concorda com o Sr. General Jerónimo e com a sua teoria de que o furto só aconteceu, porque o pilha galinhas já estava dentro do galinheiro? Já tinha sido assim nos Comandos e na PSP?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, não sei.

Eu não concordo com essa afirmação, porque, no dia 6 de julho, quando fui à Comissão de Defesa Nacional eu disse que devia ter havido conivência interna e acredito que tenha havido conivência interna, porque os indícios apontam nesse sentido. Agora, se estava lá dentro?! Eu não acredito!

Agora convivência interna, sim, é extremamente fácil, porque a imagem que passou – e volto outra vez aos comandantes – do serviço nos Paióis de Tancos era de abandono, era de desleixo. Esta era a imagem que havia e que passava cá para fora!

Portanto, é muito possível, quando se começam a ler as crónicas do que se sabe... Não me revejo nessas afirmações; agora que deve ter havido convivência deve ser, porque aqueles paióis foram selecionados. Por que é que não foram outros? Eu disse isto na Comissão de Defesa Nacional logo no início. Então, vão aqueles dois...? Têm 18 paióis e vão àqueles dois, que são os dois que têm munições de armas ligeiras, que têm uma série de cargas e materiais que estavam para utilização em instrução, para destruição e por aí fora...

Portanto, tem de ter havido convivência interna. Quanto ao pilha galinhas se estava lá dentro ou não, não sei.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Então não acha que é coincidência a mais o Regimento de Engenharia n.º 1 estar metido em tudo? Eram os efetivos do serviço da guarda, os paióis assaltados e no dia 28 de junho era força sua que estava de serviço.

O que quis dizer o Sr. General, em entrevista à SIC, que o paiol do furto foi escolhido a dedo?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Disse que o paiol tinha sido escolhido a dedo porque quando analisei o conteúdo dos paióis, inclinei-me — e isto é pessoal — para o furto das munições de 9 mm. Porque são aquelas que são vendáveis no mercado.

As munições quer para atiradores de arma de guerra, e fui atirador federado, participei em campeonatos militares e civis com arma de guerra, vendem-se no mercado. Penso eu.

O facto de haver ali munições de arma ligeira, de 9 mm, de pistola, julgo que foi o motivo, porque nos outros paióis a qualidade de carga não me dizia nada em termos de apetecibilidade, de negócio.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Por isso a gente do Regimento de Engenharia n.º 1 sabia o que lá estava dentro do paiol.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — O pessoal do Regimento de Engenharia n.º 1 sabia o que estava dentro do paiol, porque o paiol era gerido por eles.

Esta é uma questão que se gerou ali e que levou a uma situação que tinha de ser corrigida. A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército fazia a gestão centralizada, ou seja, o sistema central GRW (Gestão de Reabastecimento para Windows) era gerido por esta Unidade.

Mas havia outros paióis, dentro da Unidade, que não era ela que geria, mas o Regimento de Paraquedistas, que nunca utilizou, e o Regimento de Engenharia. Ora bem, quem era responsável pela segurança eram três Unidades que entravam com pessoal lá dentro para carregar.

As equipas de EOD, de inativação de engenhos explosivos, como também demonstrei numa audição da Comissão de Defesa Nacional, têm muita atividade durante o ano. É uma atividade de muito risco, é uma atividade muito séria, aliás, na República Centro Africana estão a ser sistematicamente utilizados. Portanto, estas equipas estão constantemente a entrar e a sair com carga, o que significa que aqueles paióis estão constantemente a abrir e a fechar portas para lá entrarem.

Havia ali uma gestão do Regimento de Engenharia n.º 1. Por outro lado, é um facto, e disse-o na minha intervenção inicial, que a Engenharia sempre considerou aqueles paióis um pouco como seus. Não foi por acaso

que, quando decidi o encerramento dos paióis, uma boa parte da Engenharia ficou zangada comigo!

Srs. Deputados, houve uma parte da Engenharia que não concordou absolutamente nada comigo, porque aquilo tinha sido uma «obra-prima». Porquê? Porque eles eram os principais utilizadores. As outras Unidades só iam buscar munições, eventualmente, quando precisavam, mas a Engenharia entrava ali todos os dias e não tinha, para esta atividade de explosivos, os paióis do Regimento no seu quartel.

Onde havia paióis era no Regimento de Paraquedistas que tinha e tem um paiol e um paiolim, onde tive de intervir mais tarde e também posso contar essa.

A Engenharia considerava aquele espaço sempre como seu e a razão que levou ao Exército em determinada altura a atribuir-lhe o pelotão de segurança foi para que tomasse conta daqueles paióis.

O Exército desde 1998 basculou... Era o Depósito Geral de Material do Exército, dependente da Direção de Material ou um Regimento, inicialmente, a Escola Prática de Engenharia, depois Regimento, ou a Brigada. Ao longo dos tempos, o Exército sempre basculou, nestes 20 anos, a melhor solução do ponto de vista da segurança.

Portanto, a Engenharia sempre teve um papel primordial, porque era o utilizador concreto de um dos paióis por não ter capacidade interna.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, até hoje, tudo o que é importante em Tancos está por esclarecer. Tancos resume-se a relatórios e inspeções, punição de um sargento, de um cabo ou de um praça. Não há mais responsabilidades na hierarquia de comando, Sr. General?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, quisemos ir a fundo em termos de apuramento das responsabilidades e os

processos que foram abertos foram concluídos, respeitando os prazos legais e tudo isso.

Quando fui a Viseu, porque estava preocupado com a missão do Afeganistão, que era de tropa normal, e disse que os processos estavam encerrados, era a linha disciplinar do Exército, porque não havia mais nada a fazer nessa fase.

Se a linha criminal, de investigação, revelar novos dados, não tenho dúvidas nenhuma de que o Chefe do Estado-Maior do Exército vá reabrir os processos. Os processos reabrem-se sempre.

Perante os dados que tinha na altura e que tenho nesta fase, na linha disciplinar do Exército não havia mais nada a fazer. A não ser que apareçam dados novos e se aparecerem vamos reabrir o processo, de certeza absoluta. Estou convencido de que o atual CEM fá-lo-á de certeza.

Se houve soldados que mentiram ou sargentos que deram mais ordens ou que foram coniventes de outra natureza ou que o alferes ou o capitão não passaram ronda e estava comprometido, vamos reabrir os processos.

Mas, nesta fase, penso que os processos estão encerrados.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, dá ideia que a readmissão dos comandantes das Unidades estabelece como que um corte na escala de responsabilidades: de coronel para cima não havia responsáveis ou culpados. Concorda com esta análise?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não. A demissão dos comandantes fez-se sentir objetivamente: foi uma ação do Estado-Maior do Exército a dizer: vocês têm de...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A sua readmissão!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — A readmissão foi o resultado também dos processos. Não havendo razões para abrir processos disciplinares, aceitei as propostas e readmiti. Foi este o processo. Fora dos comandantes, o problema dos comandos das Forças Terrestres e da Logística seria resolvido de outra forma, porque, mais tarde, vim a saber, e falei nessas duas notas, que sabendo do problema e nada terem feito... Ao nível do CFT foi clarinho, para mim, não poderia nunca ser Vice-Chefe.

Portanto, havia consequências dentro da cadeia de comando, para cima, mas não iria abrir, porque não tinha factos concretos que revelassem infração aos deveres militares e esta era a questão que se colocava. Não havendo conhecimento de factos imputáveis no âmbito do Regulamento de Disciplina Militar, decidi encerrar o processo.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, vou colocar uma questão que já foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Peixoto. O Sr. General, na despedida de CEME, refere que sai devido a circunstâncias políticas. Quer explicitar que circunstâncias políticas são estas? Até que ponto elas se cruzam com as razões pessoais que evoca na sua carta de demissão oficial?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Normalmente, as cartas dirigidas pelos antigos Chefes, e eu sabia disto, quando apresentam demissões ao Presidente da República refletem normalmente quase uma fórmula. São razões pessoais não vale a pena estar a detalhar objetivamente. Não vale a pena estar a empolar a situação.

Mas, internamente é algo um bocadinho mais detalhado e tem sido por todos os Chefes. Se tiverem o cuidado de verificar qual foi o posicionamento dos diversos Chefes que se demitiram, e foram vários ao longo... Eu fui o 50.º, salvo erro, mas dos 49 anteriores houve muitos que se demitiram e as cartas, o tipo de carta, etc....

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — A carta do General Loureiro dos Santos é muito elucidativa!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Li essa carta, como também tive de ler outras, e falei pessoalmente, muitas vezes, ao longo dos anos, com o nosso General Loureiro dos Santos, de quem era amigo, e fizemos confidências...

Mas as circunstâncias políticas são estas: fundamentalmente, em termos de utilidade, pensei que tinha entrado nas batalhas, era um espírito de equipa que tínhamos desenvolvido e havia mudanças na equipa, estávamos no processo da Lei de Programação Militar que influenciou muito. Eu sabia que seria muito melhor para o Exército se viesse outro a seguir e outra equipa.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, demitiu-se ano e meio após Tancos, poucos dias depois da saída do Ministro da Defesa. Isso que leitura pode ter? Que em Tancos as responsabilidades militares são uma consequência das responsabilidades políticas?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, na minha primeira audição sobre este assunto, disse que o assunto era puramente militar. Fui muito pressionado, não vou esconder isto também, repito, fui muito pressionado...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas então porque é que esperou a demissão do Sr. Ministro para apresentar a sua exoneração?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Porque já falei: houve uma mudança com a saída do Sr. Ministro.

Vamos ver, foi... vou esclarecer uma coisa: saí cerca de uma semana depois e estava em cima da mesa, pelo menos, no âmbito de discussão pública, o problema da recuperação das armas. Nitidamente, não tinha nada a ver com esse assunto. Ia esperar uma, duas ou três semanas até à primeira conversa que acontecesse com o novo Ministro.

Iria esperar porque era um problema de equipa. Ou seja, eu confio, volto a dizer, confio nas equipas de trabalho e não tenho pruridos nenhuns no relacionamento político-militar, nem tenho queixas contra ninguém do ponto de vista do militar para o político. Não me movem absolutamente nada queixas dessa natureza e por aí fora, desde que cada um saiba a sua posição institucional.

Portanto, foi *timing* pessoal, muito simplesmente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Não há coincidências!

Sr. General, qual é a explicação que tem, ou seja, como pôde ter chegado às mãos de um jornal espanhol a listagem do material desaparecido três dias depois, quando em Portugal nem a Assembleia da República ainda a conhecia?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, escandalizou-me. Fiquei preocupado e logicamente houve fugas de informação e isso é grave. Não deviam ter acontecido, porque não é aceitável.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Fuga de informação de que serviço?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não faço ideia! Do Estado-Maior, do meu gabinete não foi de certeza. Confio inteiramente no meu pessoal, sei o que fizeram, o que não fizeram. Do Estado-Maior do Exército, do gabinete não foi de certeza, porque há dados de que, como, mais tarde, muitos militares vieram dizer, não sabiam o que se passava.

A informação foi tornada confidencial, secreta e foi trabalhada nesse âmbito dentro do princípio da classificação que é a necessidade de conhecimento. Só sabe, quem tem necessidade de saber, de resto, mais ninguém sabe.

Não houve partilha de informação, nem em círculos mais próximos, nem nada. Foi dentro do pessoal que estava comigo! Depois, fora daí, é completamente diferente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O Sr. General entende que neste lastimável episódio há duas verdades, uma civil e política e outra militar? Ou a verdade é só uma, a verdade doa a quem doer?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — A verdade é só uma! Ou seja, houve um furto que tem de ser esclarecido na linha criminal. As responsabilidades no âmbito disciplinar estão apuradas.

Em relação ao resto, se os generais concordam, se não concordam, se estão desmotivados, se não estão desmotivados, é um problema de comando do ramo. É um problema que a mim, dentro das minhas competências, dentro da legitimidade e da legalidade, me compete dirimir, atuar. Mas frases feitas são sempre frases feitas e, depois, colocamo-los no contexto que queiramos.

Não gosto muito de frases feitas! Sou um homem de ação, objetivamente, e não iria compactuar no apuramento de responsabilidades. O caminho que estava a ver era um caminho de conforto, mas não era para mim! Era conforto dentro da cadeia de comando do CFT, particularmente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Que avaliação fez o Chefe do Estado-Maior do Exército das palavras do Ministro da Defesa a 10 de setembro de 2017 quando disse que, no limite, pode não ter havido furto, que o material podia até já não existir por absurdo? Era uma explicação possível, vinda de dentro do Exército ou uma mera divagação do Sr. Ministro?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, o Sr. Ministro é que vai ter de esclarecer isso, com certeza.

Tive pessoas no meu gabinete que pensaram que aquilo tivesse sido uma manobra de outro tipo! Mas o material desapareceu. O material foi furtado.

Mas temos de perceber o contexto em que o Sr. Ministro proferiu aquelas afirmações. Com certeza, o contexto há de ditar o sentido das palavras. Agora, que o material foi furtado... acredito no meu pessoal! Mas vamos lá a ver, os comentários serão de cada um.

Posso acrescentar um bocadinho mais, os Srs. Deputados têm os dados, têm uma nota, que pediram ao Exército, salvo erro... É um pedido do Regimento de Engenharia n.º 1 relativamente aos chamados MEAF (Munições, Explosivos e Artifícios de Fogo).

É um facto que senti o problema do controle das cargas ao nível local, e disse isto na Comissão de Defesa, também. Ao nível local, havia alguma margem de manobra e alguma margem de gestão, local, e só os comandantes é que podem dizer objetivamente a forma como o faziam. Não vamos esconder este facto!

Na véspera, dois ou três dias antes, de dar a conferência de imprensa para demonstrar o esforço enormíssimo que o Exército fez para esvaziar os paióis — foi um esforço enormíssimo, a seguir ao tempo quente — senti-me extremamente inseguro e desconfortável por saber que havia ali caixas que

tinham sido devolvidas no resultado das equipas EOD (*explosive ordnance disposal*), que não tinham registado. Isso deu origem a mais um processo, como sabem, mas levantou muitas questões sobre, verdadeiramente, o controle local.

Uma Unidade — e eu passei por essa experiência — que não tem paiol ou paiolim, mas que tem encargos operacionais, tem, de alguma forma... Por vezes é tentada a encontrar soluções fora das regras de segurança.

Há um relatório de posse de comando, de um comandante, que diz que os materiais, as munições à carga, a maior parte delas, não está à carga oficial. Os Srs. Deputados leem os relatórios.

Portanto, o que é que quero dizer com isto? Quando meti as mãos no fogo e disse que a gestão centralizada, tudo o que foi retirado de Tancos para ir para Santa Margarida, Marco do Grilo, bateu certo... a gestão centralizada está correta, a gestão local é com os comandantes. Acredito naquilo que eles me dizem, mas... por isso, é que mandei fazer uma segunda inspeção ao Regimento de Paraquedistas, porque uma das inspeções revelou grave desorganização dos artigos da classe 5. Os da classe 5 são esses!

Fui, pessoalmente, ao Regimento de Paraquedistas, por duas vezes, batalhar para a solução. E a solução que foi encontrada, finalmente — e chateei-me, por duas vezes, no local —, foi a seguinte: um paiol é para o Regimento de Engenharia e o paiolim é para o Regimento de Paraquedistas... fora. Porque a história das unidades, em que cada um tem o seu, e o Regimento de Engenharia n.º 1 querer 300 000 euros para construir um paiol para ter a contratação orgânica, para combate, dos EOD, não fazia sentido com um paiol praticamente vazio ao lado.

É mais um exemplo de gestão em que tive de me envolver no sítio, e fui lá duas vezes. Entrei dentro dos paióis e do paiolim para verificar o que é que lá estava, e por duas vezes tentaram demover-me da solução de cada um para si, porque eram precisos! Eu disse: «Desculpem-me, mas EOD para

quantos dias? Vamos fazer a desmilitarização de todo o País ou são para cargas que são encontradas, para munições, para *airbags*, para outras situações por todo o País, e surgem muitas ao longo do ano?».

Significa que a dotação mínima aceitável pode ser perfeitamente revista e o resto, com planeamento, vão a Santa Margarida. Foi a solução e pouparam-se 300 000 euros no Regimento de Engenharia n.º 1.

A gestão... não estou acusar os comandantes, só estou a dizer isto porque fui comandante e sei perfeitamente que quando se fazem sessões de tiro ou quando se faz a instrução há, por vezes, a tendência para ter menos atenção à segurança; já que — como acontece muitas vezes — no dia seguinte temos sessão outra vez, então, guarda-se o material na arrecadação de armamento, em vez de ir para o paiol, porque às 8 horas da manhã vai ser preciso outra vez. Isto é uma quebra de segurança e não se controla. É cada comandante... e mesmo cada comandante, com gestor do seu paiol e gestor logístico!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. General, dá-me ideia que o Sr. Ministro não terá inventado. Alguém terá sugerido que isso podia ter acontecido!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Há várias teorias nesse sentido, mas, das conversas que tive com o Sr. Ministro, o Sr. Ministro sabia que tinham sido furtadas e que havia... mas coloco isso num determinado contexto e acho que as palavras foram mal interpretadas, mas o Sr. Ministro há de explicá-las com certeza, não eu.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Apresento a minha última questão: o que queria o Chefe do Estado-Maior do Exército dizer quando, em 19 de janeiro de 2018, afirmou que Tancos era um assunto encerrado?

Como compatibiliza com o novo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), que, na sua tomada de posse, disse ser preciso, no caso de Tancos, ir mais fundo e ir mais longe?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Temos de situar as palavras no contexto ou no âmbito das competências de quem as profere.

O que é que quero dizer com isto?

Para as competências que tenho, estava o processo encerrado e não iria proceder a mais diligências a não ser que houvesse dados novos.

O CEMGFA situa-se noutros fóruns, em que não se situa o Chefe do Estado-Maior do Exército. Inclusivamente, troquei impressões com outras entidades, no âmbito da segurança interna, e o Exército não tem assento, apesar de ter uma malha significativa e de saber o que se passa em todo o País, com base nos relatórios de comando, e de fazer reuniões periódicas com o estado de segurança, com o moral do pessoal, com tudo isso... Não encontro formas de passar essa informação de forma significativa, constante, estruturada, porque não tenho assento noutros fóruns, onde está a Autoridade Nacional de Segurança, onde está a Autoridade Marítima, onde está a Autoridade Aérea, e por aí fora. O Exército não tem, apesar de ter uma malha significativa e de estar em ligação com a população.

Portanto, há dados que não posso relacionar, agora, o CEMGFA tem, com certeza, outros dados. Por isso é que na minha intervenção inicial fiz referência a que pode ser que o trabalho desta Comissão desperte verdadeiramente a necessidade de rever a ligação funcional da segurança, que não só a segurança militar. Eu disse isto e era aí que o estava a pensar.

Senti-me, de facto, mal quando fui confrontado com declarações *a posteriori* de que havia indícios de que havia um assalto a Tancos. Então, não me dizem nada?! Isto foi escandaloso! Isto, no Exército, foi um escândalo e revirou-nos assim um bocadinho... deu-nos volta à cabeça.

Ou seja, menosprezaram esta intenção. Este era um assunto relevante para olhar e dizer: está aqui um indício relativamente a Tancos.

Quando estamos em operações, e isto acontece na República Centro Africana, há dados no terreno que nos levam a saber se as forças opositoras... que armamento é que têm, forma de atuar, um conjunto de coisas que depois se traduzem no grau de ameaça, no estado de segurança e por aí fora.

Não foi agradável saber disto *a posteriori* — e alguns dos Srs. Deputados fizeram-me essa pergunta na Comissão de Defesa Nacional, da primeira vez — e confesso que fiz sentir essa realidade, também. Não é agradável haver esses indícios e o Exército não saber absolutamente de nada.

Sr. Deputado, penso que fui claro.

Sr. Santinho Pacheco (PS): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. Deputado Carlos Peixoto faz-me sinal, não é, obviamente, para voltar a inquirir durante 8 minutos, presumo que seja para uma interpelação...

O Sr. **Carlos Peixoto (PSD):** — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Peixoto (PSD):** — Sr. Presidente, como há pouco salientei, o General Faria de Menezes afirmou na sua audição, e está gravado, que o General Rovisco Duarte lhe disse, por telefone, que sofreu pressões superiores. Referia-se, naturalmente, a pressões do poder político.

O Sr. General Rovisco Duarte não confirmou essas pressões, acabando de dizer, na primeira resposta à pergunta que lhe foi feita pelo Sr. Deputado Santinho Pacheco, que não as sofreu.

Perante estes depoimentos contraditórios, sendo evidente e notória a importância que a eventual existência de pressões, ou não, tem para esta Comissão, o PSD quer, das duas uma: anunciar hoje, para ser discutido amanhã, no início desta Comissão; ou discutir já, apresentando um requerimento no sentido de se fazer uma acareação entre o Sr. General Rovisco Duarte e o Sr. General Faria de Menezes.

Este requerimento é feito nos termos do artigo 13.º, n.º 1, do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, apelando também à prática parlamentar, nomeadamente à Comissão de Camarate, onde ela já ocorreu. Só está a ser anunciado agora porque entendemos que é cortês e diplomático, é correto, fazer este requerimento e anunciá-lo à frente do Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Peixoto, a Mesa solicitava que, entretanto, formalizasse o requerimento, até porque, como sabe, amanhã há uma reunião prévia à reunião plenária desta Comissão para tratar de agendamentos e, portanto, essa questão pode, eventualmente, colocar-se.

Prosseguia agora a audição, com as perguntas do Sr. Deputado João Vasconcelos, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. General Rovisco Duarte.

Esta audição já vai longa e o Sr. General já deu aqui algumas respostas bastante elucidativas. De qualquer modo, iria voltar a algumas delas, tendo em conta que não fiquei devidamente esclarecido.

Na altura dos acontecimentos de Tancos, o Sr. General referiu que as responsabilidades eram todas militares. Curiosamente, muitos oficiais generais que aqui vieram frisaram que os políticos também tinham a sua quota de responsabilidade.

Eu também disse ao Sr. General, na altura, que o que aconteceu tinha a ver com erros estruturais e sistémicas inadmissíveis, que só poderiam ser assacados ao comando, que havia cumplicidade interna, que houve desleixo e falta de supervisão e que o roubo não se deveu a falta de efetivos.

O que eu queria saber era se o Sr. General mantém, hoje, tudo o que disse na altura, pedindo-lhe que precisasse um pouco melhor, em termos de erros estruturais e sistémicos. E pergunto que comando era esse, ou seja, se eram só os comandos das unidades militares ou se poderia ter ido um pouco mais além, aos comandos de outros oficiais generais, por exemplo.

Eram efetivamente estas as questões que queria colocar agora ao Sr. General.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, os erros estruturais, os erros sistémicos, de que falei prendem-se com o sistema de gestão de munições e com a gestão de todo aquele espaço, no âmbito das infraestruturas.

Como referi na leitura inicial, ao longo destes 20 anos, a gestão no âmbito da segurança foi cometida, ora numa unidade, ora noutra.

Por outro lado, em termos de gestão de cargas, em termos de sistema de gestão de munições, no âmbito do sistema de gestão de material, a unidade gestora não tinha o controlo de todos os intervenientes; portanto, o espaço de que era gestora era partilhado por outras unidades.

Depois, se verificarmos — e, de início, isso foi evidente numa inspeção —, havia uma secção muito pequena, com três civis e dois ou três

militares, salvo erro, que fazia a gestão e o controle de cerca de 19 milhões e tal, quase 20 milhões, de itens.

Portanto, a gestão do sistema de gestão como um todo, em termos das MEAF, precisava de ser revista. Houve falhas, ou seja, o investimento que foi feito ao longo dos anos na gestão do sistema não foi o mais adequado.

O ponto de vista estrutural dos erros das infraestruturas também tem a ver, justamente, com isso. Os investimentos que foram feitos nas infraestruturas... preocuparam-se, por vezes, em ver se havia verbas disponíveis para atuar sobre aquilo que era mais relevante nos edifícios. Portanto, não houve uma visão integrada em termos de estrutura diretora de comando.

Isto é muito importante, porquê? A Direção de Infraestruturas do Exército tem os seus planos de obras para o ano seguinte e, se formos ver esses planos de obras, Tancos nunca aparece como prioritário. Tancos aparece para as agendas.

Ora, a Direção de Infraestruturas é dependente do Comando da logística; e a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, responsável pelos temas de vigilância, dependia, antes de 2012, do Comando das Forças Terrestres. Ou seja, temos o comando da Logística, com uma direção aqui dependurada que gere as infraestruturas e temos o comandante das Forças Terrestres com uma direção que gere os sistemas de vigilância.

Do ponto de vista infraestrutural, isto não bate, não joga. Esta Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, em 2012, passou para a dependência do vice-chefe, ou seja, há aqui esta direção que andou de um lado para outro, que fazia estudos, o tal SICAVE, que, por força dos processos transformacionais do Exército – e por isso é que é extremamente importante a situação de 2016 em que acabam as regiões militares, que é uma organização territorial, e passa para uma organização funcional – isto gerou uns anos de quem está no meio o que faz e o que não faz...

Isto é importante em termos de gestão de verbas e em termos de planeamento. Não é muito fácil de entender mas era fundamentalmente isto e por isso é que quando, mais tarde, começo a fazer a análise da correspondência processada, daí estas duas notas, eu vejo em 2015 a Brigada a colocar o problema do Comando das Forças Terrestres o Comando das Forças Terrestres é caixa de correio, com muitos assuntos que ele pode resolver, para o Comando da Logística, o Comando da Logística diz: «Eu já conheço este problema, é minha intenção resolver o problema e por aí fora...». Mas fica-se por aí, isto em agosto de 2015!

Um ano depois, novembro de 2016, nova reiteração, repete-se a cena: «está bem, já conheço o problema...» E fica-se por aí. Por isso é que eu disse no início que a gestão é um problema local, porque há coisas que são resolúveis no local, mas há problemas ao nível da gestão dos dois órgãos centrais, que tinham obrigação de colocar o problema e dizer assim: «temos ali um problema de segurança grave, vamos a isto!» Mas não houve essa clarividência, ou essa perceção, ou aquilo que for...

Portanto, isto não é camuflável, não é ocultável! Isto é real! Houve erros, de facto, estruturais, houve erros de sistema, porque o investimento...

Mas também há outras razões para isto: a adoção do Sistema Integrado de Gestão e a adoção de aplicativos para fazer a gestão de munições com este peso tem os seus anos de implementação e não houve investimento significativo nem em pessoal nem em meios. Daí a razão de o Sistema Integrado de Gestão nestes moldes ter sido um dos meus ultimatums, que, só no final de 2018, é que estaria implementado e relativamente ao qual eu assumi que, em 2017, o implementava, batalhei mas disseram-me: «Meu General, não vale a pena insistir, porque não temos gente não conseguimos implementá-lo. É preciso formação muito longa, é preciso muitas bases de dados...» E depois havia o sistema da catalogação... Estamos a falar de munições, estamos a falar de 20 milhões de itens.

Portanto, além de ser no terreno muito pesado e de requerer problemas de segurança, em termos de gestão é algo que tem de obedecer a padrões NATO e, quando se passa de um sistema para outro sistema, as bases de dados não... Ora, isto representa problemas significativos de compatibilidade, de integração das bases de dados, que é um problema técnico. Eu passei por este problema, conheço-o, porque, há muitos anos, tive uma reunião no Comando da Logística para desbloquear uma situação, porque ele estava enrolado. Eu fui insultado, mas depois deram-me razão – enfim, mais uma!

Por isso é que os recursos atribuídos e a situação que tinha sido criada em Tancos, mesmo do ponto de vista político... De facto, houve restrições significativas de recursos ao longo dos anos; agora, a instituição não soube, de alguma forma, olhar para aquilo que tinha disponível e estabelecer prioridades. Não soube, não quis, esteve amorfa, o que lhe queriam chamar.

Também não faz sentido estar a investir fortemente... Uma das decisões que tomei, logo no início do meu mandato, foi a de não extinguir o Regimento de Engenharia n.º 5 em Espinho. Porquê? Porque tinha sido decidido no plano 2020 que o Regimento de Engenharia ia para Chaves. O que é que isso exigia? No mínimo, um quartel novo, umas instalações novas, no mínimo meio milhão de euros em Chaves, mais não sei quê... Era, para um quartel que estava disponível, mais uns milhões que se iam investir em infraestruturas militares num quartel que é muito bom, que é um dos melhores quartéis que temos, e, depois, ia pegar naquele pessoal todo de engenharia que estava deslocado, aqueles agregados familiares, e iam colocá-los todos em Chaves e o pessoal de Chaves ia saltar todo para outros sítios, para Vila Real, e por aí fora.

E qual é a razão disso? Quando houver mexidas façam-no com dinheiro com racionalidade e eu tive o cuidado de telefonar aos meus

antecessores e dizer: «Desculpem, mas não vou fazer isso». Falei com o Sr. Ministro e ele concordou e disse: «Sr. General, concordo!»

Dou-lhe outra razão: a Sr.^a Deputada conhece perfeitamente o problema em Ponta Delgada. Em Ponta Delgada aquilo que se estava a investir nos Arrifes era numas condições péssimas que vinham desde a II Guerra Mundial. Há condições em São Lourenço... Eu iniciei esse processo e devem estar, neste momento, a fazer obras em São Lourenço, nomeadamente nas infraestruturas, mas queriam investir não sei quanto em Arrifes e a seguir temos os quartéis todos vazios...

Há erros de planeamento e o Exército, talvez, um pouco por boa vontade, assumia determinadas responsabilidades para determinadas alterações de dispositivo que deviam ter sido bem ponderadas, se calhar.

Dou um exemplo em Mafra: Escola das Armas em Mafra. Foi decidido! No papel é uma boa decisão. Foi fortemente contestada por três Chefe de Estado-Maior, General Loureiro dos Santos, General Espírito Santos e General Pinto Ramalho.

O que é que se verifica? Lá está, é funcional e isso tudo... Mas são milhões investidos em Mafra, porque Mafra é um convento. Tem-se estado a investir sistematicamente ao longo dos anos, já desde 2013, já lá vão seis anos, e vão continuar a investir muito.

Portanto, isto à custa de falta de investimento noutros sítios.

E outra razão – e eu estou grato a este Sr. Ministro anterior: quando foi a alienação do Prédio Militar n.º 164, os cerca de seis milhões de euros, eu entreguei-lhe um projeto de investimento e disse: «Sr. Ministro, isto era absolutamente necessário para modernizarmos as messes militares» e ele e o seu Secretário de Estado aceitaram. Nós temos um plano, entreguei-lhe esse plano, e as indemnizações estão em curso. São seis milhões de euros com o resultado da alienação.

Portanto, estes erros de Tancos são, não diria, alguma anestesia, mas houve um não olhar para Tancos de forma prioritária. Esta foi a realidade. Nem na componente de gestão interna, de cargas, de sistemas de gestão de munições, nem na componente infraestrutural. E, então, nós continuamos a investir em Tancos.

Relativamente a Santa Margarida, que foi uma das grandes opções quando foi o esvaziamento de Tancos, colocaram-me a questão: então, por que é que não se esvazia Santa Margarida e se utiliza Tancos? Eu disse: «Desculpem, Santa Margarida é o único campo militar em Portugal onde se podem fazer fogos reais». Quando há manobras NATO, deixam-se as munições em Santa Margarida; ninguém pense que vão andar às voltas, a atravessar pontes, ou outra coisa proibida, para ir para Tancos ou para outro sítio qualquer.

Santa Margarida, por ter uma grande brigada, por ser, de facto, um campo militar com grandes capacidades, tinha de ser sempre mantido. A opção era sempre Santa Margarida! Se entenderem que não; então, entendam que não, mas, enquanto Chefe, eu não deixei ir. Portanto, havia razão para falar nestas diferenças.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Muito obrigado, Sr. General.

Então, podemos concluir que esse comando, que o Sr. General referiu na altura, é um comando de nível superior? Quando diz que os erros só poderiam ser assacados ao comando, é a esse comando de nível superior que se refere?

O Sr. General Frederico José Rovisco Duarte: — Sim, os erros estruturais ao nível de investimentos são dos dois comandos ou dois OCAD: o CFT, que não é um OCAD é um Comando das Forças Terrestres, o

Comando da Logística, e um pouco o Comando de Pessoal, por causa da falta de pessoal, mas, enfim, de controlar a situação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Quanto às responsabilidades, disse o Sr. General que, na altura, eram todas militares, mantém o que disse hoje, discordando de alguns tenentes-generais, que aqui vieram e que frisaram que as responsabilidades eram militares mas também eram dos políticos?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — É muito fácil dizer que são responsabilidades políticas.

Vamos lá ver: quando a instituição militar sofre alguns cortes, e quando eu falei nisto na condição militar referia-me uma série de casos, é verdade que a instituição militar sofre e a culpa é política, em muitos casos, disso não tenho dúvidas nenhuma. O Chefe de Estado-Maior do Exército tem limitações graves na gestão de pessoal. Por exemplo, a promoção dos novos tenentes-generais e dos oficiais generais está sujeita à lei e só no final do ano é que foi aprovada, e isto...

Portanto, a partir de 2011, houve uma série de restrições significativas que são de natureza política e tudo isto contribuiu...

Agora, no caso de Tancos ter havido o furto e dizer-se que é responsabilidade política, não é! Não é, porque é uma falha de segurança de quem estava a guardar aquilo e as condições locais eram condições que eram, de certa maneira, imputáveis ao comandante e que o comando do Exército – entenda-se a cadeira de comando – tinha obrigação de, dentro daquilo que foram os alertas sucessivos, ter encontrado formas mitigadoras de atenuar a situação, porque, para muitas das falhas, que são de pouco valor monetário, o Comando das Forças Terrestres e o Comando da Logística tinham verba suficiente e os Comandantes tinham alguma autonomia para proceder a essas intervenções. É questão de se sentarem e de falarem! Mas não o fizeram! Por

isso não podemos estar a pensar de uma forma fácil e confortável que é um problema político, porque retiraram os efetivos, retiraram... Não!

Agora, quando se demora muito tempo para aprovar um novo regime de contrato, isso é responsabilidade política, quando, e mostro os investimentos que foram feitos, há uma redução significativa dos investimentos a partir de 2011 – aliás, eu pedi os dados à Direção de Finanças – e quando só se começa a repor investimentos no Exército a partir de 2016, então, aqui há responsabilidades políticas objetivas!

Eu pedi o gráfico à Direção de Finanças — e posso entregá-lo depois se assim o entenderem — onde o Sr. Deputado poderá ver os investimentos feitos no Exército resultado das contenções financeiras... Mas exigia-se também ao Exército um certo esforço financeiro em resultado do memorando da troica.

Não vou aqui estar a perdoar-me ninguém nem a cruxificar quem quer que seja... Mas sobre Tancos, em concreto, a culpa do foi Exército como um todo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, considera que os cortes que se verificaram nos orçamentos da Defesa, por exemplo, a partir de 2011 e, mais concretamente, os relativos à reforma da Defesa 2020 contribuíram, efetivamente, para aumentar as dificuldades, nomeadamente em termos de prioridades?

Por exemplo, na defesa, de 2010 para 2011, foram menos 185 milhões; em 2012, foram menos 260 milhões; em 2013, foram mais 80 milhões; em 2014, foram menos 9 milhões; em 2016, foram menos 50 milhões.

Considera que, efetivamente, estas reduções, estes cortes, potenciaram o facto de não se terem orientado as prioridades, neste caso das infraestruturas, para os Países Nacionais de Tancos?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Os cortes, sem dúvida nenhuma que potenciaram. Os cortes que foram infringidos ao Exército potenciaram, de certeza absoluta, esta situação.

Mas não só os cortes, toda a perda de autonomia dos Chefes de Estado-Maior foi outra situação, porque ele perdia... A tal Lei dos Compromissos, no fundo todo um conjunto de mecanismos de contenção financeira. Sem dúvida nenhuma!

Isto no plano dos investimentos, e já referi que os investimentos foram decrescendo significativamente e só se começa a inverter esta tendência em 2016 e fundamento estas declarações com base nos dados da minha, na altura, Direção de Finanças.

Agora, se esses cortes não tivessem existido, tenho muitas dúvidas que essas verbas tivessem sido aplicadas no problema de Tancos, porque não há indícios nos diversos planos de atividades de que Tancos era prioritário.

Por isso é que eu bato muito nesta minha análise: a perceção que existia e que, de certa maneira, deve ter incentivado quem cometeu o furto, foi, um pouco, da falha de comando e da falha de supervisão no terreno.

Quando esses comandantes falam, sucessivamente, e dizem que há ali problemas graves e os dois comandos não se entendem, não decidem agarrar o assunto, há falhas, por isso é que...

Agora, que há, de facto, como referi na minha intervenção inicial, condicionantes políticas que conduzem a isto, indiscutivelmente também há e o problema da gestão de recursos humanos é um facto.

Quando eu fui à Comissão de Defesa Nacional e falei com os Srs. Deputados, recordam-se, quem esteve na Comissão de Defesa Nacional, que eu apresentei um *slide* – e vou fazê-lo de novo –, que apresentei muitas vezes em visita às unidades, sobre a situação dos efetivos relativamente à qual eu dizia que não estava em pânico, mas estava fortemente preocupado.

E muitos dos Srs. Deputados da Comissão de Defesa Nacional e na visita que fizeram às unidades, a Lamego, aos Comandos, conhecem este *slide*, que eu apresentei várias vezes aos Srs. Deputados, e eu agora vou ser não direi agressivo mas vou ser assertivo: o que é que eu pedia para corrigir a situação? Eu dizia que não estava em pânico, mas estava fortemente preocupado.

O que é que eu dizia? A curva era inevitável que ia cair, como se está a verificar e cada vez mais – e posso depois distribuir o *slide*. Eu falava no contrato de longa duração, falava no vencimento competitivo e falava na qualidade dos alojamentos.

Eram os três que propunha e são os três que concorrem para a retenção de efetivos: contrato, alojamentos e vencimento.

Isto tem sido comum. Pedi ajuda sistematicamente aos Srs. Deputados. A tendência é decrescente, os sinais no terreno são estes: não vai haver efetivos e cada vez mais os comandantes vão estar preocupados. Já tinha sentido isso, como disse, em 2004. Os comandantes cada vez vão ter mais dificuldades. Quem esteve em Tancos, rebentou-lhe o problema.

Mas pergunto, Srs. Deputados da Comissão de Defesa — não vou ser acusatório mas vou interrogar, se bem me permitem — que iniciativas tomaram para forçar o poder político a rever a situação.

Portanto, não venham dizer, muito objetivamente, que não há responsabilidades políticas!

Mas era fácil para os meus antecessores. Agora, não quero misturar as coisas, porque o que está aqui em causa é Tancos. A imagem que foi dada, o que aconteceu no terreno, não podia haver desculpas de falta de efetivos e de falta de dinheiro.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, podemos concluir também que a redução de efetivos poderá ter potenciado o próprio roubo em si.

Outra questão que queria colocar ao Sr. General é se alguma vez considerou que estivesse em causa a segurança do País com os acontecimentos de Tancos.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não, não considerei, fundamentalmente pelos indícios, por alguns factos que foram dados a conhecer, pela tipologia do material furtado, pela quantidade. Não foi algo elaborado, porque se tivesse havido algo bem orquestrado com um conhecimento do terreno, com pesquisas mais a sério, tinham encontrado outras soluções, possivelmente.

Aquele paiol, como disse, o que estava lá dentro... Estamos a falar de munições, de cargas, de lotes antitanques, aqueles LAW (*light anti-tank weapon*) que tinham sido colocados lá porque tinham dado falhas significativas quando foi o aprontamento para o Afeganistão. Como havia muitas falhas, fez-se o teste e não garantiam o nível de eficácia que se pretendia num teatro de operações no Afeganistão, não atingiam os critérios de certificação, no fundo, de fidelidade.

Como tal, mesmo os outros materiais, por exemplo, as lâminas, segundo o que o pessoal de engenharia me disse mais tarde, aquela tipologia de lâminas era para corte, não era para demolições. Além disso, nem sequer levaram detonadores.

Portanto, há aí várias falhas, indícios técnicos. Notou-se que foi um furto potenciado, mas não estava em causa a segurança do País de certeza absoluta. Penso eu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, segundo veio a público, a Polícia Judiciária Militar foi informada em março de 2017 que havia a possibilidade de ocorrer um assalto a uma infraestrutura militar.

O Sr. General alguma vez foi informado oficialmente desta possibilidade e tomou algumas medidas?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Nunca fui informado sobre nada, nunca tivemos conhecimento sobre essa situação.

Essa situação, só tomei conhecimento no dia 4, aquando da visita do Sr. Presidente da República a Tancos. Não digo mais sobre isto, peço desculpa por invocar aqui o nome, mas só tive conhecimento nessa altura.

Fiquei estupefacto, portanto, não sabia de nada. Fiquei logicamente chateado, preocupado, e essa é a razão pela qual entendo que o Exército não pode ser colocado ao nível dos serviços de sistema de segurança, não pode deixar de estar presente em vários organismos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Numa audição anterior, o General Pina Monteiro, relativamente à exoneração dos comandantes e referindo-se ao Sr. General, disse que foi uma decisão «singular, solitária e controversa, mas uma decisão convicta». De facto, é uma expressão interessante.

Também tivemos outras audições com outros oficiais gerais que reprovaram vivamente essas exonerações, como já aqui falámos. Foram consideradas um «atentado à vida familiar», «o momento mais vergonhoso da minha vida» e foi dito: «Não queria ficar sob o comando de um general que fez isto a cinco comandantes».

Sr. General, se fosse hoje, voltaria a tomar as mesmas decisões sobre estas exonerações?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Voltaria a refletir, voltaria a ponderar, analisaria os dados que tinha em cima da mesa e, se fosse para o bem da instituição militar, voltaria a fazê-lo.

Foi, de facto, uma decisão singular, porque não havia memória desta situação. Foi, de facto, solitária. Foi, de facto, controversa, mas controversa para algumas pessoas. Para aqueles que me mandaram SMS a apoiar-me, não foi controversa. E quando, por vezes, dizerem publicamente que não me apoiavam ou que não tomavam a mesma atitude... Já ouvi as duas versões: telefonemas que me fizeram a dizer que concordavam e publicamente disseram que não concordavam. E não vou dizer mais nada.

Por isso, acho muito bem que haja aqui uma acareação... Não estou a nomear ninguém, mas as pessoas, muitas vezes, tomam as posições mais confortáveis. Não diria «nacional porreirismo», mas quando alguém está debaixo de fogo ou quando alguém está no chão, há quem o ajude a levantar-se e há quem lhe meta o pé em cima. Tive as duas qualidades de pessoas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, Sr. General, como referiu, teve manifestações de apoio e manifestações de desagrado relativamente a essas posições.

Por outro lado, sentiu que a partir da demissão dos seus comandantes, do pessoal das Forças Terrestres, o Exército ficou dividido? Ou já havia alguma divisão no próprio Exército antes desses acontecimentos?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não creio que o Exército tivesse ficado dividido.

Ou seja, não são manifestações de apoio a um comandante dos Comandos, ou não são críticas nas redes sociais...

Falei com os comandantes que foram exonerados. Nas reuniões de comando que fiz logo de seguida expliquei muito bem, dei a cara e disse-lhes aquilo que estava a fazer e aquilo que se pretendia.

A prática veio revelar que alguns que não acreditavam começaram a acreditar quando começaram a aparecer resultados.

Falei na messe militar de Lagos. A manutenção militar foi extinta e correu muito bem, ninguém deu por isso. Nem conflitos sociais nem nada.

A Lei de Programação Militar foi feita objetivamente, uma força significativa nessa lei, e as viaturas 4x4, depois de muitos anos e de muitas insistências, vão começar a chegar, em princípio, este verão. Arma ligeira, como os Srs. Deputados já sabem, foi assinado o contrato depois de duas falsas partidas. Sistemas de UAV (*Unmanned Aerial Vehicles*) foram assinados, já terminou a formação. Sistemas de comando e controlo, com a NCIA (*NATO Communications and Information Agency*), estão aí.

Ou seja, quem acredita na determinação, quem acredita no rigor e quem defende a instituição sabia que o caminho era este. Agora, quem por razões pessoais ou outras não quer perceber isto, não vale a pena, nem sequer vale a pena cá estar, e evitava fazer toda esta contestação, porque não serviu para nada, como se viu.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, se não tivesse havido exonerações de comandantes, as averiguações não teriam decorrido de forma isenta e transparente?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Refleti muito sobre esse problema, Sr. Deputado, mas a experiência, volto a dizer, indica-me que as organizações se protegem. Com os comandantes, noutra local, há sempre algum papel que não é mostrado, há sempre alguma ação que é desencadeada quando os inspetores não estão. Para proteção de todos, para transparência e

para vincar bem a determinação do Comando do Exército, decidi dessa forma.

Não estou a dizer que os comandantes são incompetentes, nada disso. São competentes. Só por essas razões que já expliquei é que era necessário garantir que a transparência fosse total e que a intenção do Comandante do Exército fosse determinada sobre isso.

A minha experiência indica-me — não fui eu que os fiz — que o Chefe do Estado-Maior do Exército recebe muitos processos e manda abrir muitos processos por denúncias. A experiência indica-me que tenho de voltar a reabrir os processos e indica-me que a instituição, por vezes... Nem todos somos 100% honestos e a instituição militar, naturalmente, defende a instituição e defende os seus.

O assunto era demasiado sério, demasiado profundo e demasiado estruturante para haver dúvida naquilo que fosse. Foi isso que motivou de forma solitária... Um dia disse: «Não, vamos ter de ir até ao fim e vai ser assim. Vai doer? Vamos ver».

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas, Sr. General, parece haver aqui alguma contradição. O Sr. General, em primeiro lugar, diz que exonerou os comandantes, dizendo no decurso desta audição que havia desleixo, falta de supervisão, responsabilidade dos comandantes, mas não deu em nada, porque 15 dias depois são readmitidos e não há qualquer processo disciplinar. Penso que alguns até foram promovidos.

Não acha que há uma certa contradição nestas decisões?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, poderá parecer para a opinião pública que há contradições, mas se os Srs. Deputados forem aos processos que foram abertos, se lerem as conclusões dos meus despachos, verificam que havia medidas que iriam ser implementadas.

Não encontrei factos disciplinares, como um dos relatórios propõe para arquivar, para não abrir processos disciplinares. O relatório do inspetor do processo de averiguações na área de segurança física e intrusão é aquele que diz que, na parte final, termino com três «arquive-se», mas, depois de muitas considerações e depois de ordens concretas para ação, o inspetor diz-me: «Face ao exposto, propõe-se o arquivamento do presente processo de averiguações sem procedimentos subsequentes por se considerar que foi cumprido por parte das Unidades o plano de segurança e a determinação quanto ao objetivo e atribuição da força de segurança».

Isto é um problema depois dos pesos e das medidas.

Também fui acusado de as punições que foram aplicadas pelo comandante terem sido leves. O pessoal confunde aquilo que são as punições, uma infração disciplinar, e aquilo que é um crime, que é o roubo, e fui acusado de as punições terem sido brandas. A mesma coisa se passa com os Comandos. Uma coisa é o processo disciplinar, outra coisa é o processo de averiguações.

As razões de não ter mandado... Ponderei muito sobre isso: se mandasse abrir processos disciplinares a todos os comandantes, concluindo pela causa ou não, depois de ter falado também com o assessor jurídico, não havendo falhas disciplinares, o processo não seria verdadeiramente conclusivo do ponto de vista de deteção e apuramento de responsabilidade disciplinar, porque não era claro quem é que tinha de fazer o quê.

A forma como a NEP estava redigida e a forma como as ordens tinham sido difundidas, nomeadamente a nível dos comandos superiores, elas não eram claras na atribuição taxativa de dizer assim: «Não cumpreste esta ordem». Não foi nesse sentido.

Portanto, tinha duas hipóteses: ou persistia e mantinha-os todos afastados, e não havia razões para tal porque, quando os afastei, disse-lhes objetivamente que confiava na ação deles mas que eles tinham de ser

afastados porque temos de ir até ao fim, ou readmitia-os e era um problema de controlo de danos, porque os assuntos tinham sido conseguidos.

Ou seja, o que estava em causa era o apuramento de responsabilidades, quer no âmbito da gestão... E isso estava no processo criminal.

Pode ter dado essa ideia, de aparente falta de senso ou de contradição, não sei, mas foi a minha decisão, foi o meu juízo puramente militar, dentro das minhas competências.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na mesma altura, o Sr. Tenente-General Antunes Calçada foi à apresentação de um livro chamado *O Beijo da Quissonde*.

Esta apresentação esteve para ocorrer na Academia Militar.

O Sr. General pode dizer-nos quais foram os motivos pelos quais proibiu a apresentação do livro nessa instituição?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Já referi aqui que temos de ter em atenção a presunção de inocência do pessoal que está, neste momento, no processo dos comandos.

O comando do Exército, ao longo de alguns meses, quer publicamente, quer nas redes sociais, tinha sido acusado, objetivamente, de não proteger e de não fazer nada pelos Comandos. Ou seja, tive várias propostas em cima na mesa para interferir no processo e eu recusei-as. A minha resposta foi sempre: «Acredito na justiça».

No caso concreto da apresentação desse livro, este oficial tinha organizado ou propunha-se organizar uma revolta de entrega das espadas. Eram três, segundo ele disse na comunicação social. Mas, ora bem, a Academia Militar, como todos dizem, é, de facto, a nossa escola de formação. E eu respeito a Academia Militar, não me envergonho da

Academia Militar, defendo-a forte e feio, e o comandante atual sabe o que é que eu fiz.

Mas quando sou co-informado, dois ou três dias antes, que este oficial iria apresentar o livro depois de me atacar, de atacar o comandante do Exército violentamente, depois de lançar algumas calúnias quanto ao problema dos Comandos, Srs. Deputados, então, é na escola de formação dos oficiais, que se pauta por um regime comportamental, científico e físico, mas comportamental, acima de tudo, assente na ética, é lá que um oficial vai fazer isso? Eu não vi, na altura, condições, nem as reconheci nesse ato, que se tivessem atingido os critérios exigidos para a Academia Militar.

Eu defendi a apresentação de muitos livros, patrocinei todos os livros possíveis e mais alguns, sempre que colocaram a questão ao Exército defendi-a, incentivei pessoal a escrever, mas contestar aquilo que é o comando do Exército e apresentar um livro na Academia Militar quando era contra os princípios que se defendiam? Srs. Deputados, desculpem-me, mas eu não podia aceitar.

Perguntei, taxativamente, ao comandante da Academia: «Sabias disto?» Ele respondeu: «Eu sabia, mas eu não vou estar». Perguntei-lhe: «E como é que é?» «Eu não concordo», continuou ele.

«Não vais estar, mas não disseste nada!» E puxei as orelhas ao comandante da Academia: «Então vocês dizem-me isto a dois dias? Vocês estão a colocar-me na linha de fogo! Se tinha sido coordenado, se tivesse sido feito, tinha sido feito na cadeia de comando».

Agora, eu não poderia aceitar aquela situação de revolta, porque aquilo que me motivava não eram as minhas decisões pessoais de carreira ou de outra coisa qualquer. Já defendi que a posição que me motivou desde o princípio foi a instituição militar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na apresentação deste livro, foi utilizada a expressão, e cito, «sabujo para cima e um cão para baixo», havendo quem dissesse que esta expressão era dirigida ao Sr. General.

Sentiu-se atingido por estas referências, na altura?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não, da mesma forma que não me senti atingido quando disseram que eu era submisso.

Então, pode haver melhor exemplo de insubmissão do que quando, a propósito da Lei de Programação Militar, depois de um processo, eu vou aos fóruns todos bater-me contra essa decisão?

Já disse: tenho excelentes relações, depois deste tempo de comando, com o Sr. Ministro da Defesa, porque fomos sempre frontais e não fui submisso, nem críticas dessa natureza.

Agora, não podemos ser ingénuos a ponto de não perceber que a crítica me era dirigida a mim.

Porque, volto a dizer isto, foi constante, desde abril de 2016 uma postura de contestação à tutela por parte destes nossos dois Tenentes-Generais, particularmente do CFT. Foi evidente.

E vai haver aqui acareações e espero por elas. E vão explicar-me o que é que foi a pressão que senti e de que lado... Pressão de fazer alguma coisa, digo já isto — podem já pré alertar quem está a defender esta acareação —, era a pressão de algo que tinha de ser feito. Nunca pressão sobre quem quer que seja ou sobre o quer que fosse.

Havia pressão de todo o lado, de baixo, inclusive. Houve generais na reforma que disseram, objetivamente: «Tens é de demitir o fulano tal». Estamos a falar de generais! Portanto, a pressão era de todo o lado do ponto de vista de fazer algo. E este foi o meu problema e a minha decisão, solitária.

Portanto, eu entendi essa referência como sendo para mim, mas não a aceito, essa, nem aceito outras, porque camaradas que providenciaram, que trabalharam comigo, ao longo da vida.

Uma vez tive uma informação desfavorável — tive um 2.0, perdão, 3.0 — e fui chamado à direção da Arma de Artilharia. E fiquei surpreendido, porque o comandante que me tinha dado uma informação desfavorável, pois 3.0 era considerado uma informação desfavorável — embora inicialmente tenham escrito 2.0 depois passaram-na para 3.0 —, e o Diretor Honorário de Arma mostrou-me e disse-me: «O teu comandante deu-te esta informação». Ele não me tinha dito nada. E eu disse: «Bolas, então porque é que aconteceu isto?» E confrontei-o, perguntando o que é que tinha acontecido?

Em termos de integridade de carácter eu não aceito humilhações. E, numa reunião do comandante com oficiais, em que se estava a discutir o estatuto e não me agradou a forma como estavam a ser insultados os oficiais, levantei o dedo e perguntei: «Meu comandante, dá-me licença? Preciso de saber se o comandante autoriza quem não estiver de acordo com esta sessão que saia.» Respondeu-me: «Sim, sim, quem não estiver interessado que saia.» Continuei: «Então, com licença, eu saio.»

Tive atitudes ao longo da minha vida. No Regimento, era segundo comandante no Regimento — posso chamar testemunhas —, em Leiria, cheguei ao pé do comandante, e estava o oficial de logística presente, disse-lhe: «Meu comandante, eu não estou cá a fazer nada.» Perguntou-me: «Então, o que é que dizes?!» Respondi: «Porque eu não tenho trabalho. Eu sou o segundo comandante e a única coisa que faço é ver o relatório do oficial de dia. O meu comandante está cheio de papéis, passa o tempo no gabinete. Eu sei o que se passa na Unidade, porque tenho muito tempo para a Unidade. O senhor não sabe. Portanto, não estou aqui a fazer nada.» Contrapôs-me: «Ah, mas tu és o Chefe de Estado-Maior.» Respondi-lhe: «É, sou Chefe de Estado-Maior do Regimento, tenho aqui uma convocação para o Estado-

Maior de amanhã, mas, se concordar, depois de amanhã desta convocação vou dizer ao Estado-Maior e vou pedir mudança de Unidade.»

Portanto, não me venham falar em submissão, nem me venham falar em cães para baixo e cães para cima.

Sr. Deputado, ao longo da minha vida, não foi assim. Diria mais, não foi assim que cheguei a CEME. Não foi assim...

Quando um oficial general, meu subordinado, esteve na iminência de lhe ser aberto um processo disciplinar. Eu disse-lhe: «Vais modificar isto, para não ser processo disciplinar, mas vais levar uma repreensão.» E, depois, fomos falar. E, a seguir, de facto, não lhe abriram um processo disciplinar. E, a seguir, disse assim: «Agora é comigo!» E eu fiz duas folhas e cheguei ao pé do meu antecessor, o Chefe de Estado-Maior do Exército, e disse: «Eu não aceito que se degrade a capacidade militar desta forma. Está aqui aquilo que penso sobre o assunto...» Foram feitas reuniões com o Vice-Chefe, etc. e aquilo voltou tudo à estaca zero.

Portanto, ao longo da vida, eu não tenho sido fácil em termos de comando, por isso, coragem moral não me falta para dizer objetivamente a um político: «Sr. Ministro, preciso de tréguas.» Disse ao Sr. Ministro, a determinada altura, «preciso de tréguas.» Ele sabia o que estava em cima da mesa, era algo importantíssimo e conseguimos. Entendemo-nos e conseguimos.

Agora, eu não partilhava, porque eu não tinha confiança — esta é a questão de fundo — com o comandante das Forças Terrestres, a partir do momento... Sempre comecei a ficar desconfiado, por estas posturas. Portanto, eu não tinha confiança, como tal não entrava em confidências. Fazia o mínimo, porque já sabia que dali o fito que estava em curso era Vice-Chefe. Mas eu não queria nomeá-lo para Vice-Chefe e ele percebeu isso.

Portanto, objetivamente, são razões pessoais — isto entristece-me. Eu tinha aceitado perfeitamente, se não tivesse sido eu o Chefe. Já tinha ido com

o Sr. Ministro anterior, já tinha ido à audição com o Sr. Ministro Aguiar Branco, tinha sido escolhido Chefe. «Porreiro!» Disse para o General Jerónimo «Vamos a isso, estamos aqui para apoiar» e apoiei-o, em tudo e mais alguma coisa.

Mas eu senti, e isto sente-se — 40 anos, como alguém disse, desde 1976, dá para conhecer as pessoas — e dá para conhecer as pessoas, nesta fase, particularmente, quando há expectativas de carreira. E no caso do comandante do pessoal, tinha havido estas divergências fortes. E no Instituto de Altos Estudos Militares houve uma muito forte que eu não conto, desculpe, mas não conto. E mandei um murro na mesa! Foi forte!

Portanto, 40 anos na mesma escola dão-nos conhecimento suficiente. Colocar este conhecimento ao serviço da instituição e da minha forma de ser, depois, ao ajuizar... É da consciência de cada um.

Parafraseando alguém, olho para os meus filhos, olho-me ao espelho com muita tranquilidade, com serenidade e, acima de tudo, orgulhoso daquilo que fiz neste dois anos e meio no Exército.

Estou orgulhoso quando vejo a arma ligeira a ser substituída; quando vejo a extinção da Manutenção Militar, aquilo que se pagava e aquilo que pagou, os milhões que poupámos; vi as infraestruturas que foram feitas em Lamego, quando se andou a arrastar mais de uma década; vi o processo que começou em São Gonçalo, em Ponta Delgada; vi as viaturas de 4 x 4 que estão aí a chegar. Mas isso saiu-me do pelo, passe o termo. Eu fui à NSPA ver como estavam os processos. E tive lá os diretores a garantir-me que os processos não falhavam.

Fui ao Afeganistão ver as instalações logísticas. Fui à República Centro-Africana resolver problemas que não foram resolvidos. Portanto, tenho a plena consciência.

Se os Srs. Deputados tiverem paciência para me ouvir, vou só ler um *e-mail* que me escreveu o Comandante da Força e que recebi em Acra, no

Gana, quando estava a redigir um *e-mail* para resolver outros problemas graves, enquanto estávamos à espera que os pilotos repousassem para fazer o voo de regresso no C-130.

Este *e-mail* deixou-me profundamente orgulhoso porque foi duro, foi muito duro.

Pausa,

Revela um pouco a linha de contestação que vinha sendo seguida e que, às vezes, eu diria que era estúpida.

Recebi-o do comandante da força na RCA — peço desculpa, não falei com ele, mas isto é audição, temos de ser claros —, dia 30 de julho às 10 horas e 23 minutos, sobre a visita do General Chefe à República Centro-Africana. O comandante escrevia: «Depois de falar com a tropa em profundidade, importa salientar que a visita de sua Ex.^a, o General CEME, foi muito importante no sentido de mostrar aos militares que o nosso General está ciente das contingências e está ao lado dos militares. E que, no meio de uma situação complicada para todos, não teve dúvidas em transmitir pessoalmente o que se passou e que tudo fará para minimizar os constrangimentos. O sentimento generalizado foi o de que a Força não está sozinha e que o comando do Exército está muito atento e ao lado dos militares. A imagem que passou da visita, e isto foram palavras de muitos militares, foi uma imagem muito forte de seriedade, de proximidade e de preocupação com os homens. O discurso no refeitório...» — porque antes tinha falado à tropa em formatura, à noite, e antes tinha falado com o Tenente-General Bala Keitá e com o comandante da força da EUTM (*European Union Training Mission*), o general espanhol.

Aliás, abro aqui um parêntesis, o General Bala Keitá, veio cá porque o convidei para vir cá visitar o Exército nesta hora, neste dia. Foi uma estratégia para o aproximar da nossa tropa. Não apareceu cá por outra forma.

«O discurso no refeitório, no final, marcou muito o pessoal dos Comandos, essencialmente graduados, pois veio desmistificar uma imagem que às vezes se tenta passar, erradamente, de que o General Chefe vê os Comandos como uma fonte de problemas.»

No final desse discurso, muitos foram os graduados Comandos que me expressaram contentamento e expectativa pelas palavras ali expressas: «Obrigado, foi uma visita muito importante para a Força».

Eu não tinha de andar a alardear por todo o lado o que fazia como comandante do Exército. Os problemas existiam, vamos atacá-los! Se a estratégia de comunicação falhou, falhou, mas, como já tenho dito, só é importante quem está presente. Quem está fora, se souber ajudar, muito bem; se não souber ajudar, pode ir para onde quiser. Esta tem a sido a minha postura ao longo da vida.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, falou há pouco do tal movimento das espadas, na entrega das espadas. Certamente, o Sr. General terá reprovado esse movimento. Pergunto-lhe se isso se devia apenas ao caso de Tancos ou também a outros acontecimentos. Parece que havia também outros acontecimentos, nomeadamente a questão dos Comandos, eventualmente o Colégio Militar, a questão do Kosovo, o das nomeações. Queria perguntar ao Sr. General se este movimento, de facto, tinha uma situação de clima, de uma certa tensão, uma certa «conflitualidade» e se tinha a possibilidade de se ampliar caso não tivesse havido as tais demissões.

Esta é a questão que queria colocar-lhe.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, respeito a carreira profissional das pessoas e, com certeza, devem ter feito coisas importantes, devem ter desempenhado as suas funções e os seus cargos com competência e, com certeza, os louvores e as folhas de informações expressam essa realidade.

Mas há que perceber que os destinos da instituição militar e de uma instituição fortemente hierarquizada, como o Exército, competem fundamentalmente a um Chefe do Estado-Maior do Exército, e provoca muitos arrepios quando as decisões não agradam. Eu tinha, de certa maneira, afrontado muitas situações.

Já falei no caso dos Comandos, que o processo — e vou coibir-me de ler algumas passagens — estava parado, tranquilamente, à espera do processo de averiguações e indiciava-se o processo a um sargento, quando eu já tinha dados do terreno que me diziam que não era nada disso, afirmações do género de que tinha havido apoio médico, inexcédível, etc., etc., etc.. Vou coibir-me de ler o que aqui tenho e que me foi enviado por um brando Sr. Tenente Coronel CFT.

Portanto, quando se alinham... O processo dos Comandos: admiro os Comandos e eles fizeram um trabalho extraordinário, é verdade, e talvez ninguém os defenda mais do que eu. Eu defendo-os, sem dúvida, mas não compactuo com ilegalidades, não compactuo com manobras de ilação.

Quando surge o problema dos dois incidentes fui visitar o militar, o segundo, o Dylan da Silva, o primeiro homem, que estava no Centro Hospitalar de Barreiro-Montijo e que estava no Serviço de Cuidados Intensivos. O pessoal médico foi extraordinário. E fiquei fortemente apreensivo.

De seguida, tive uma segunda visita, quando o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro da Defesa Nacional foram ao Curry Cabral visitar o segundo militar. Aí eu senti na pele as acusações de familiares do militar

que lá estava, porque eu era o único fardado. Os familiares, na sua dor, que, de facto, é verdade, todos sentimos dor, não venham agora... Eu senti-a profundamente.

Mas em relação aos Comandos, temos de perceber que algo correu mal e temos de deixar a justiça trabalhar; outra coisa é a instituição Comandos e o que ela vale. Creio que o poder político nunca colocou em causa os Comandos — e isto foi objeto de conversas entre mim e o Sr. Ministro —, nunca se colocou em causa o valor dos Comandos, o que se colocou em causa foi a justiça. Eu tive conversas delicadas com o Sr. Tenente General CFT sobre esta matéria, não vou aqui revelá-las porque já revelei muito, mas houve conversas muito, muito fortes ao telefone.

Portanto, Srs. Deputados, tenho razões objetivas para dizer que a postura, neste caso concreto dos dois tenentes generais, não foi uma postura isenta nem institucional. Não foi. Já falei, no conjunto, de indícios e de factos que foram surgindo ao longo dos tempos.

Vou dar outro exemplo. Estava a preparar-se — já o disse, mas vou detalhar melhor —, na Escola Preparatória de Quadros, em Mafra, o início do 128.º curso e eu perguntei: «Então, quem foi envolvido no 128.º curso não tomou parte no curso anterior, certo? Ninguém do 127.º?». E a resposta foi: «Não, não, ninguém está envolvido». Mas eu não acreditei e, acompanhado de um oficial, fomos a Mafra, às seis horas da tarde. O comandante recebeu uma indicação para não deixar sair ninguém às seis da tarde. Surpresa, quando, com o pessoal todo, perguntei: «Vocês já são tipos experientes, uma boa parte de vós já esteve nos outros, quem é que já esteve no curso anterior?» E mais de metade levantou o braço.

Ou seja, a cadeia de comando tinha-me dito que aquele pessoal, o pessoal envolvido no 127.º curso não iria participar do 128.º e o que verifiquei no terreno, três ou quatro dias antes, é que mais de metade deles estava envolvido. Esta é a realidade e foi apenas uma.

Então, sabendo-se da determinação das Nações Unidas, que desde 1 de janeiro de 2016 dizia que qualquer pessoal que estivesse envolvido em processo de averiguações não poderia ser nomeado para missões nas Nações Unidas, vão nomear o Regimento de Comandos com o beneplácito do CFT, vão nomear uma série de pessoal, de instrutores, para as Forças Nacionais Destacadas na República Centro Africana, sabendo que...?!

Eu sou confrontado quando me dizem assim: «Temos aqui uma série de gente que está nomeada e que vai partir daqui a um mês ou mês e meio e não está.... E isto não obedece aos critérios das Nações Unidas». E eu digo assim: «O quê? Então, vocês, agora, a um mês, é que me dizem isso? Então, vocês não viram isso antes, desde 1 de janeiro, e por aí fora?» E a resposta foi objetiva: «Não, agora temos de ver, porque não sei o quê...».

E eu disse: «Desculpem, nem pensem nisso! Eu não vou fazer ou assinar qualquer documento para as Nações Unidas dizendo, para já, mentindo, dizendo que não há pessoal que está nestes critérios ou então mentindo, dizendo eu que todos têm um certificado e ninguém tem um processo pendente. Não, há uma série deles com processo pendente!» Foi por isso que eu lhes disse: «Meus amigos, a decisão é que não vai ninguém, substituam-nos». Caiu o Carmo e a Trindade!

Resultado: disse à Inspeção Geral do Exército, que tem de certificar a Força: «Eu não nomeio a Força, não dou a Força como certificada enquanto a Inspeção não o disser».

Eles trabalharam e chegaram à conclusão que, no fim do mês, teriam um grupo que iria ser fortemente prejudicado, tinha sido afetada a operacionalidade, e esse grupo demoraria um mês a ser reconstituído. Essa foi a razão pela qual ficaram um mês a mais no teatro e disse: «Então, adia-se a rendição de um mês, mas não vai ninguém, não vamos ter um problema!». Porque o contingente da República Democrática do Congo, o batalhão, tinha recebido ordem de marcha de repatriamento.

Os Srs. Deputados já viram o que seria? Ou seja, onde é que está o rigor da nomeação de pessoal, por parte do Regimento, conhecendo estas regras e fazendo isto, entalando, entalando, não, dizendo ao Chefe do Estado-Maior do Exército, uns dias antes: «Temos aqui um problema»? Ok, vamos resolvê-lo, mas dentro da legalidade. E foi isso que foi feito.

Querem que eu tivesse confiança, ao longo deste tempo? Eu acreditei nos Comandos e acredito nos Comandos, mas queria tranquilidade, porque, desde o princípio, disse que o processo dos Comandos, quando aconteceu, em 2016, foi apenas o início. Quando chegar à fase de julgamento vai haver mais complicações e os Comandos têm de estar serenos e ter confiança. O Estatuto não permitia a proteção jurídica? Trabalhámos a proteção jurídica e até aí houve muitas falsidades. Quando disseram que o Exército não conferia proteção jurídica, isso é falso, assim como foi falso um oficial que foi para África e tinha processo e eu disse: «Atenção, que eu não o nomeio, porque ele, qualquer dia, vai ser chamado a depor». E ele foi nomeado, não por mim, e comprometeu-se a vir. Ele é que tinha de pagar as ajudas de custo porque foi condicionado, ele é que tinha de pagar a viagem, e depois veio dizer, publicamente, que o Exército é que o obrigava.

Alguns Srs. Jornalistas são pouco corretos na informação, ou então há passagem de informações falsas. Mas eu apanhei de tudo, apanhei falsidades atrás de falsidades, mas tinha esperança e pensei: os jovens precisam de serenidade, quando chegar a fase de julgamento precisam de confiança e é isso que eu exijo do comandante. Por isso é que eu falei do comandante, há bocadinho, e era isso que não acontecia, porque na praça pública acirravam-se os ânimos, sistematicamente.

Srs. Deputados, este é um problema de pessoas, de legalidade e caráter, mas não queria entrar muito por aí.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, agradeço-lhe a resposta, foi muito concreto e elucidativo nas respostas que aqui deu sobre vários acontecimentos, é um facto, e daí, talvez, muitos oficiais não gostarem, enfim, terem uma certa relutância em relação ao Sr. General.

A questão dos Comandos foi um ato gravíssimo, efetivamente. Claro que até prova em contrário todos são considerados inocentes, mas é necessário apurar as responsabilidades, tendo em conta que faleceram dois jovens, houve vários soldados feridos e tem vindo a público que até os guiões da prova foram falsificados, pelo menos foi isso que veio a público, e é necessário, de facto, apurar a responsabilidade. E quando se tenta mexer em algo que vai mal, naturalmente que terá essa animosidade por parte de algumas pessoas.

Só queria fazer-lhe uma última pergunta, para terminar. Houve cumplicidade interna, que o Sr. General até já referiu, relativamente aos acontecimentos de Tancos, ao roubo. O Sr. General admite a possibilidade de essa cumplicidade interna assumir contornos muito mais fortes para além de um furriel? Ou seja, até que ponto haverá possibilidade, ou não, do tal plano para o assalto aos Paíóis Nacionais de Tancos não ter sido arquitetado por outras pessoas para além de uma pessoa que veio a público, um simples fuzileiro? Será que poderemos ir mais além do que o que veio a público na comunicação social? O Sr. General admite essa possibilidade?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, no âmbito das hipóteses, tudo está em aberto, mas não me parece. Sinceramente, não me inclino para essa interpretação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos. Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sr. Deputado Telmo Correia, nos mesmos termos, faça favor.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, muito obrigado pela sua presença e pelos já longos esclarecimentos que nos deu ao longo destas mais ou menos quatro horas de audição.

Queria pegar no que, para mim, confesso que com alguma surpresa, para não dizer estupefação, é um dos pontos de destaque do seu depoimento e pergunto-lhe se assim é ou se percebi mal.

O Sr. General diz que se demitiu basicamente porque não concordava com a Lei de Programação Militar; que, além disso, há um bocadinho de solidariedade com o Ministro, com quem teria, enfim, não quero qualificar, mas um bom relacionamento, uma empatia ou o que seja, com quem estava a trabalhar e, aparentemente, bem; e que a sua demissão não teve nada a ver com Tancos.

Foi isto que nos disse e que quer confirmar e reafirmar?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sim, sim. Portanto, tem a ver não forçosamente só com a Lei de Programação Militar, mas reputo-a de extremamente importante, porque eu tinha ficado insatisfeito com o cronograma financeiro e, no fundo, na soma desses elementos, é, como já disse, um problema da equipa. Eu sentia que, em termos de utilidade para o Exército — e aqui é o meu sentido institucional —, era mais proveitoso, em termos de discussões futuras, em termos de desenvolvimento do Exército, que a nova equipa avançasse. Portanto, é uma soma de várias situações, em que a LPM foi preponderante, como já disse.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, o facto de a sua demissão ter ocorrido praticamente na altura da saída do Ministro Azeredo Lopes, depois de um documento que teria sido comunicado ao gabinete do mesmo, depois de nós sabermos do encobrimento e do conhecimento ou não

que o poder político tinha desta matéria, é uma mera coincidência, porque, no fundo, a razão tinha a ver com a Lei de Programação Militar?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não só com a Lei de Programação Militar mas também com todo o processo de equipa, que seria continuado e de que havia necessidade.

Quando chega uma nova equipa ministerial, logicamente, há um novo espírito de trabalho e, em termos de utilidade e de sentido institucional não me competia. Mas não teve nada que ver com o furto de Tancos, nada disso.

Da minha parte não teve. Não sei se teve de mais alguém, mas da minha parte, não.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pois, Sr. General, para nós, obviamente, e penso que para a generalidade das pessoas, é uma surpresa, porque ninguém deixaria de associar a sua demissão à questão de Tancos, como é evidente. Mas é a sua opinião, não lhe posso pedir outra.

Voltando atrás, e começando no princípio, o Sr. General teve a função de Inspetor-Geral do Exército. Pergunto-lhe se, nesse período — e o Sr. General já disse aqui várias vezes que os comandantes sabiam, que várias pessoas sabiam —, existiu ou não, e segundo o Sr. Major-General Nunes da Fonseca, terá existido, uma inspeção aos paióis de Tancos. Houve inspeção? Não houve inspeção?

É verdade aquilo que nos disse o Sr. Major-General? É verdade aquilo que está, pelo contrário, no documento que nos foi entregue, com a designação factos e documentos? Houve ou não houve inspeção? Houve ou não houve conhecimento da sua parte?

Até porque o Sr. General diz «este não sabia, o outro não sabia, este devia saber, o outro não tratou...», mas pergunto-lhe: o que é que o Sr. General Rovisco Duarte sabia em concreto?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, os dados que tinha e quando foi da procura de elementos que explicassem esta situação, vasculhei e pedi à Inspeção-Geral do Exército que desse todos os dados.

Analisei o relatório parcelar, apoio da Inspeção-Geral do Exército, do Chefe de Estado-Maior do Exército, no âmbito da segurança do material de guerra, nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército (UEO). Esse relatório foi despachado em 10 de setembro de 2012, pelo Sr. General Pina Monteiro, e diz: «concordo com o proposto ao Exmo. Tenente General Vice-Chefe para coordenar com os OCAD a gradual implementação das medidas preconizadas». Se olharmos para esse relatório, ele refere que: «esta inspeção tem conhecimento de vários estudos de diferentes entidades,...» — estamos a falar de 2012 — «... que estão a decorrer em paralelo, com vista à diminuição do modelo normalizado de videovigilância», e tal.

O despacho, de 12 de abril de 2013, num segundo relatório feito pelos inspetores é um relatório parcelar, apoio da Inspeção-Geral do Exército ao Chefe de Estado-Maior do Exército, no âmbito da segurança do material de guerra nas UEO (Unidades de Estabelecimentos e Órgãos do Exército), segunda fase, diz que foi feita uma inspeção à Escola Prática de Engenharia, dia 11 de junho de 2012, não foi feita ao Depósito Geral de Material de Guerra. Há várias recomendações e nenhuma delas refere, especificamente, Tancos.

Tive o cuidado de falar, embora a Escola Prática de Engenharia tivesse os tais paióis dentro de Tancos, com o inspetor que realizou esta inspeção e perguntar-lhe: afinal, houve inspeção ou não houve inspeção? Ele diz: «Estávamos, como os dados provam, preocupados e orientados para as arrecadações do material de guerra», porque havia vários problemas. Quando foram à Escola Prática de Engenharia, esta tinha paióis e eles não entraram

dentro dos paióis. Apenas comentaram o facto de a vegetação já ser densa. O resto, zero! Portanto, não houve, de facto, em concreto, uma inspeção aos paióis nacionais de Tancos, em 2012.

O que acontece é que, quer ao nosso Sr. Major-General, o inspetor atual, quer ao anterior, alguém lhes deve ter dito — e eles, porque me arranjaram os processos, sabiam que tinham lá ido. Eles andavam, de facto... Havia um esforço diabólico — diabólico não, significativo — do Exército, não estou a classificar e a atribuir culpas a ninguém.

Havia um esforço significativo, no Exército, por parte do nosso General Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, para correções estruturais e para conferir condições de segurança nas arrecadações de material de guerra das unidades. Havia um esforço. Tinha acontecido o problema do roubo das armas nos Comandos, portanto...

É preciso ter essas... Esse esforço não se orientou especificamente para — e não há dados objetivos sobre isso — os paióis nacionais de Tancos. Portanto, não se pode falar de inspeção, verdadeiramente.

Fui ver se localizava, objetivamente, o que dizia o relatório...

Pausa.

Não tenho comigo o relatório da inspeção, mas fui lê-los. E falam na vegetação, a recomendação é de que tem de se cortar a vegetação. Ora, obrigado. Estávamos, nessa altura, mais uma vez... Ou seja, a vegetação, pelos vistos, vinha desde 2012, até 2016, mais objetivamente, até 2017.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, antes do seu tempo temos uma inspeção que foi inconclusiva, e que se ficou na vegetação, e no seu tempo, enquanto Inspetor-Geral, não houve inspeção?

É isso, não é?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, encerrei o comando de instrução e doutrina em Évora. Fui para lá com uma espécie de carta de missão. Em 2015 fui nomeado inspetor e tinha havido uma alteração das missões e competências nos diversos órgãos.

A Inspeção-Geral do Exército, nessa altura, tinha de trabalhar com um novo figurino e tinha de receber as chamadas inspeções técnicas, feitas pelos OCAD. No processo de racionalização de efetivos do Exército, que ocorreu em 2012, o comando da logística e o comando de pessoal deixaram de poder fazer inspeções técnicas, as inspeções dos OCAD.

Ou seja, a segurança militar estava no Comando das Forças Terrestres, a quem competia fazer a inspeção, e em junho de 2015, perdeu essa competência. Essa competência passa para a Inspeção-Geral do Exército. A Inspeção-Geral do Exército tem meia dúzia de pessoas. E fui eu que comecei, com o pessoal que tinha, a trabalhar, a reorganizar a Inspeção-Geral do Exército.

Uma das primeiras preocupações foi o chamado regulamento de inspeções, que é a publicação administrativa e que foi completamente revista. A partir daí foi procurar estabelecer um controlo.

Uma segunda medida foi... Não posso andar à deriva, o inspetor não pode andar à procura dos processos que estão dispersos por vários sítios, tem de ter um registo de inspeções. Um registo de inspeções informático não existia. Portanto, a minha segunda preocupação foi arranjar uma equipa de engenheiros da direção de comunicações e proceder a um trabalho de elaboração de um aplicativo que permitisse fazer o registo de inspeções, que é o SIRCIGE (Sistema de Registo e Controlo da Inspeção Geral do Exército), o que demorou vários meses.

Depois, a preocupação foi fazer o estudo com o pessoal, perceber quais são as competências técnicas, nomeadamente a segurança militar, num novo figurino da inspeção.

Nesse novo figurino da inspeção, fiz reuniões e nomeei coronéis para fazerem reuniões com o CFT sobre segurança militar ou o que era essa área. Tivemos dúvidas. Posso fornecer ao Sr. Deputado provas concretas do estudo de reflexão que fiz sobre o assunto.

Ou seja, o Comando das Forças Terrestres tinha deixado de realizar inspeções técnicas no âmbito da segurança militar. Essas inspeções técnicas passaram para a Inspeção-Geral do Exército, mas a Inspeção-Geral do Exército trabalha para o General Chefe, não trabalha para os OCAD. Tinha de se discriminar muito bem o que é que significava esse novo figurino.

Esse trabalho, nesse ano em que estive na inspeção, foi um trabalho fundamentalmente de reorganização. E foi por isso que, lendo muito e estando a ver os processos, fizemos um estudo, no primeiro dia da inspeção, para ver quais eram as unidades que iam ser inspecionadas.

Qual foi o objetivo? No dia 7 de outubro, dia da inspeção, elaborar um plano de inspeções para esse dia, ter o plano de atividades para o ano seguinte. Portanto, foi um processo estruturante. Andei à procura de processos de inspeções e não sabia onde andavam. A própria gestão de dados, as unidades orgânicas onde a inspeção se situava, eram vistas por outros órgãos do Exército. E houve um processo de reestruturação profundíssimo, dedicado, que levou, aliás, um coronel, a determinada altura, a entrar-me no gabinete, numa sexta-feira à tarde, e a dizer: «Meu General, estou consigo.» Mas o que queria ele dizer com isto? Que estava, estava.

Houve um trabalho, ora bem... E quando me apercebo da situação... Ainda senti na pele, no comando de instrução e doutrina, o problema dos sistemas de vigilância, porque, já disse, cheguei a Évora para comandar o comando de instrução e doutrina, que sabia que ia fechar, e a motivação não

era muita, tive ali várias queixas no início. E uma das queixas foi falta de pessoal para a segurança. Perguntei: «o que é que aconselham?» Responderam: «escala única.» Então é escala única. E retirou-se... Fez-se ali alguns dias com este sistema. E verifiquei, no comando de instrução e doutrina, que, passado aquele tempo, já tinha encerrado o comando, de forma *soft*, discreta, eficiente, e não tinham resolvido este problema do sistema de vigilância.

Foi por isso que quando na inspeção veio ter comigo um coronel vindo da Guarda Nacional Republicana, de que falei há pouco, lhe disse: «cá está o momento próprio para analisarmos este problema de forma estruturada». E é aí que surge uma proposta concreta, que passei ao meu chefe de gabinete, a quem disse: «Faz-me isso, para levar ao General Chefe, que é uma inspeção de projeto, processo, programas e sistemas».

É essa inspeção que vai dar, como disse há pouco, origem à diretiva do SICAVE, trabalhando com o Estado-Maior. Portanto, a minha tarefa principal, quando chego à inspeção... Percebi que havia problemas delicados, na área da segurança, mas não era porque conhecesse concretamente todos os relatórios. É impossível!

Para já, a minha preocupação foi a mesma que me levou, quando foi o esvaziamento, a soluções estruturadas. Não é controlo de danos para depois, a seguir, estar tudo na mesma. Peguei na Inspeção-Geral do Exército para lhe dar corpo efetivo para o que era o braço direito do Chefe do Estado-Maior.

Portanto, não havia, concretamente... Nessa altura, como inspetor, tinha a noção das unidades que tinham sido inspecionadas e posso fazer-lhe chegar essa grelha, das unidades que não tinham sido inspecionadas há mais tempo. Concretamente, não tinha indicação da situação de desaire que estava em Tancos, mas sabia que havia problemas concretos para começar a investir ali, para começar a ver, por aí fora. Sabia que havia.

Havia um processo que começou comigo na inspeção e que continuou, como sempre, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Podia ter sido mais conciso, mas percebo.

Passando à questão do furto, Sr. General, tivemos uma série de furtos — o Sr. General falou disso, ao longo das suas declarações — na Carregueira, nos Comandos, na PSP, no estrangeiro também, em Estugarda, na Eslováquia... Uma série de furtos.

Por outro lado, há uma reunião da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorista), em que o Sr. General não esteve presente, mas em que esteve o CEMGFA, em que terá sido referida a existência de uma viatura, que teria feito fotografias, designadamente à entrada da porta de armas, em Tancos. Isso terá sido referido como uma informação de segurança e como informação preocupante.

O Sr. General teria referido que não havia informação oficial, que era particular e não podia dizer nada. Pergunto se nos pode dizer alguma coisa sobre isto, se isto levou ou não a alguma ponderação do risco e o que é que nos pode dizer, porque no fundo é o objeto desta Comissão. Independentemente dos inquéritos judiciais, como e em que circunstâncias ocorre este furto? No seu ponto de vista, isto é uma coisa demorada, com cumplicidade interna?

É uma ação rápida, que levou rapidamente a retirar o material militar dos paióis? O que nos pode dizer sobre o risco de segurança e sobre o furto em concreto?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, não tive conhecimento dessa situação e nas reuniões que fazia com o pessoal, no

âmbito da segurança, os incidentes relacionados com a segurança eram sempre analisados e retirávamos algumas ilações.

Os incidentes registados sobre segurança são intrusões nas unidades x , na abordagem a um sentinela. Os indícios que existiam no Exército e que me tinham sido transmitidos não indiciavam absolutamente nada sobre Tancos.

Portanto, se falam em viaturas, desconheço, absolutamente, isso.

Quanto à forma como foi feito o furto, só podemos especular com base na comunicação social. Não posso dizer absolutamente nada, porque não sei. O que sei é da comunicação social e dos processos que foram feitos, os processos disciplinares que os Srs. Deputados conhecem, porque pediram os processos. Sabem que o Comandante mandou instaurar vários processos, desde o oficial de dia, desde a carga, ao sargento que não mandou fazer, ao soldado que mentiu... Não posso avançar mais do que isso, o resto é comunicação social e são especulações e fugas de informação aos processos do Ministério Público. Portanto, verdadeiramente não sei, gostaria de saber, porque também estou curioso.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, já falou, há pouco, da divulgação da lista do material e não lhe vou perguntar sobre a sua posição na altura e se havia uma caixa a mais e munições a menos. O que tivemos foi a divulgação da lista num jornal espanhol.

O Sr. General já disse que tinha ficado obviamente constrangido com isso, humilhado, mesmo, mas pergunto-lhe se isso teve alguma consequência. Houve algum tipo de averiguações sobre isso? Foram determinadas averiguações? Conseguiu saber-se alguma coisa sobre porque é que isso aconteceu e como é que esta lista foi parar a este jornal espanhol?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — As averiguações no ramo foram feitas de forma informal. Sabia quem tinha tido acesso a essa lista. Fora do ramo, não é comigo.

A Polícia Judiciária Militar estava no terreno. A partir do momento em que esta é a posição de fundo, a Polícia Judiciária entra e perguntamos: «O que é que precisam?» Ajudamos no que for preciso, se não precisam de nada, não é connosco!

Fui informado, comuniquei, dentro da cadeia operacional. Portanto, não sei quem fez a fuga e quem não fez. Ficámos chateados, como é lógico, foi grave, mas isso acontece em todos os outros processos em que há fugas.

No caso concreto, em que poderia ser, eventualmente, interna, no Estado-Maior do Exército, como aconteceu com outros documentos e que, às vezes, de ano e ano ou de três em três, surgem uns casos, isso não se verificou. Portanto, o Estado-Maior não foi informado. Foi num círculo muito restrito, portanto não sei, não faço ideia.

Não foram feitas mais do que essas averiguações. Não havia necessidade de as fazer, porque internamente sabíamos quem tinha acesso. Tinha as pessoas, era o gabinete que estava no terreno, que me disseram, o resto não reporta a mim. A Polícia Judiciária Militar não reportava ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Sabia do que tinha acontecido, porque a Polícia Judiciária Militar foi chamada e o caso foi entregue. Sabia o que se passava em termos de lista, mas não... dentro do Exército não havia necessidade de fazer mais averiguações.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, com isso está a dizer-nos que terá partido de outro ramo essa fuga? É isso?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não. Estou a partir do circuito. A partir do momento em que ela é metida noutra circuito, não vou, logicamente, desenvolver, porque não sei o que foi feito.

Mas há um canal próprio que é o do Ministério Público e que é o que está no terreno e que soube a lista.

Não vou fazer acusações sobre ninguém, Sr. Deputado. Mas, do ponto de vista do Exército, fui informado da lista...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Então, do ponto de vista do Exército, desculpe interrompê-lo, houve uma averiguação informal. É isso?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sim, tive de tentar saber quem é que esteve naquilo, quem teve conhecimento. Não mais do que isso.

A partir do momento em que alguém está no terreno e que não reporta a mim... Não vou fazer mais perguntas. É clarinho, sempre. Já tinha acontecido isso com os Comandos. A partir do momento em que a Polícia Judiciária está no terreno, vamos colaborar. Querem processos? Têm processos. Querem os relatórios de o pessoal reprovar nos cursos? Damos esses relatórios.

Façam é algumas... Já agora, no caso dos Comandos, devo dizer que quando fui confrontado com essa situação, sabendo que no ano anterior tinha havido uma série de hospitalizados, pedi esses processos e analisei-os. Mas, neste caso, não senti necessidade, nem eu nem o assessor jurídico, nem a cadeia de comando.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, passando a uma questão central da sua audição que é a das exonerações e das demissões dos comandantes, temos sobre essa matéria, tenho de lhe dizer porque me parece

bastante evidente, ao longo do tempo, várias explicações para essas exonerações.

Temos as suas declarações, quando esteve em Tancos com o Sr. Presidente da República, dizendo que houve desleixo e responsabilizando os comandantes. Depois, temos outra teoria de que as exonerações seriam por uma questão de transparência, conhecimento e de não envolvimento nesta mesma matéria. Temos a teoria que ouvimos aqui a vários responsáveis de que era uma estratégia de comunicação.

Hoje, ouvimos uma quarta ideia sobre este assunto: era uma intenção sua de abanar a estrutura. Pergunto-lhe, Sr. General, em que é que ficamos? O que é que determinou, destas várias possibilidades, aquelas exonerações? Qual foi a sua opção, uma vez que, ainda para mais, nos diz que é uma opção solitária?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, já fui muito claro: foram várias as razões.

Não ia colocar num comunicado para a comunicação social uma série de acusações quando não sabia o resultado das inspeções. Foi um conjunto de afirmações. Foram seis razões que ia, há bocado, desenvolver, mas, depois, entenderam por bem que não as desenvolvesse. Mas foram seis razões e essas constam objetivamente, porque houve desleixo no terreno. Mas não sei se poderia, mais tarde, imputar responsabilidades objetivas e dizer: «Não cortaste a vegetação, portanto a culpa é tua!»

Mas, depois, não cortar a vegetação é uma responsabilidade disciplinar?! É uma ação de comando. Mas vale a pena estar a abrir um processo disciplinar porque não foi cortada a vegetação, quando o desgraçado tinha os meios empenhados em São Mamede, em São Jacinto e noutros sítios?!

Depois, faz sentido saber de quem era a responsabilidade de reparar o vidro? Era da UAGME, mas a UAGME não tinha meios para chegar lá acima e tinha de se coordenar com o Regimento de Engenharia n.º 1 para ir buscar a grua.

Sr. Deputado, é todo um conjunto de situações em que agora é fácil encontrar, talvez, algumas contradições, mas também disse objetivamente que isto foi experiência pessoal. Sabia, daquilo que passei nas minhas funções anteriores, que havia, de facto, situações que podiam ter sido corrigidas. E a cadeia de comando poderia ter encontrado facilmente, se entendessem que aquilo era grave, se tivessem olhado para os relatórios como devia ser, deviam ter coordenado, eles próprios, porque tinham meios para isso. Tinham dinheiro e meios para isso!

Estamos a falar de coisinhas simples que nos chocam, porque são coisas simples mas que vieram todas elas convergindo para um estado geral de gravidade e de laxismo!

Não ia encontrar no processo e não estava seguro de que nos processos disciplinares ia encontrar falhas graves para manter a exoneração dos comandantes. Agora também lhe digo que, é verdade, o que encontrei para a comunicação social, de facto, que também é muito significativo foi: «Vamos fazer isto com transparência!».

A determinação do CEME, do Chefe do Estado-Maior, era ir até ao fundo e abanar a estrutura. Foi uma soma de situações, não há dúvidas.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, mais soma, menos soma, há uma coisa que nos parece muito evidente: há uma contradição que já foi apontada e que é muito óbvia pois se, de facto, houve desleixo e o Sr. General chegou a dizer a certo momento que os comandantes eram competentes, à partida já é uma contradição em si mesma — digo eu! Neste

grau de responsabilidade militar, ainda por cima, ou se é competente ou se é desleixado, não se pode ser as duas coisas ao mesmo tempo!

Depois, os comandantes são demitidos, a seguir, são renomeados e há, inclusivamente, no caso do Regimento de Engenharia n.º 1, a proposta do seu comandante para um curso de promoção a general! O que me parece absolutamente contraditório com a decisão anterior e com a decisão de demissão, Sr. General. Não sei... Parece-me.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Parece, mas não é.

Quem está no terreno e tem de decidir, tem de decidir com base nesses dados e nessa situação. É fácil estar sentado e ponderar isso.

Mas também me foi proposto, pelo comando, que louvasse e condecorasse o comandante do Regimento de Comandos. Também me foi proposto pela cadeia de comando que louvasse e condecorasse o comandante do Regimento de Comandos!

A nomeação dos coronéis... Porque tudo junto pode dar a ideia de que há algumas contradições. Poderá haver, repito, poderá haver. Não nego que haja.

Mas a nomeação para o curso, começando por aí, é uma proposta da cadeia do Diretor Honorário da Arma e do Presidente do Conselho da Arma, mais concretamente deste último. É uma proposta que é analisada em Conselho Superior do Exército.

Tive esse dilema no Conselho Superior do Exército quando surgiram essas propostas. Em relação ao comandante do RI 15 (Regimento de Infantaria n.º 15), não tive dúvidas, mas sobre o comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 tive esse dilema. Mas, perante as propostas concretas e a unanimidade do Conselho Superior do Exército, aceitei, até porque não é clara, nem é direta a promoção a oficial general.

Os Srs. Deputados sabem que dos que vão fazer o curso, alguns caem. O Cor. João Paulo Almeida, que é um excelente oficial, mas que, pelos vistos, estava no sítio errado e não avaliou algumas coisas, com certeza, tem esse problema, mas isso é algo que o novo Chefe, quando for a altura das promoções... Ele que decida se aquilo que aconteceu é justificativo ou não. Porque nem todos os que vão ao curso são promovidos, é preciso que tenhamos a noção disso.

Não promovi alguns oficiais, aliás, não fiz a proposta de alguns oficiais que já foram ao curso em anos anteriores.

Na dúvida, dei-lhes o benefício. Já tinha chegado... Porque eles, de facto, também acabaram por sentir na pele esta minha decisão. Sabia disso da família. Como alguém disse aqui, não é agradável, na televisão, estarem acusados de fazer isto. Não é agradável! Como não é agradável para a minha família sentir sistematicamente todo esse processo de que fui alvo.

A minha mulher chorou bastante com o sentimento dos Comandos, dos seus familiares... Estive na receção, quando vieram os familiares de França, e senti também essa dor.

Portanto, temos de ter noção de que somos militares, no caso concreto dos comandantes, para o melhor e para o pior. Há factos, há situações sobre as quais a determinada altura tem de se ajuizar se essa é a melhor solução e se se dá o benefício da dúvida e depois logo se vê. Essa foi a minha decisão relativamente aos dois comandantes.

Se se portarem bem no curso e se o novo Chefe do Estado-Maior entender que ele é promovível e que aquilo foi um percalço e que eu estava errado, promova-o! Mas não é a mim que me vai competir. Seria a mim, quando fosse a altura, mas já não sou, nem nunca seria já, como é lógico, porque ainda vai demorar muito tempo.

Sr. Deputado, deixe-me dizer outra coisa: ainda sobre os comandantes, faz sentido... Vamos pensar na eficiência, os comandantes têm de gerir e

comandar Unidades, o pessoal, os meios, tudo isso. Faz sentido baterem-se por um paiol que custa, depois de concluído, cerca de meio milhão de euros, para ter lá, não vou dizer, x kg de petardos, lâminas e outras coisas, quando uma Unidade ao lado tem o espaço disponível?

Tive de me chatear com oficiais gerais e com o comandante sobre isto, porque entendiam que para a sua função era importante. E disse-lhes: «Sais do quartel e vais ao lado, está a 300 m!»

Já tinha decidido este problema na Póvoa de Varzim quando utilizava os paiolins de Braga, do Regimento de Cavalaria n.º 6. É um problema de recursos e os comandantes, como disse no princípio, têm razão para estarem chateados comigo. Têm razão, mas disse-lhes que objetivamente era para bem do Exército. Não pode haver situações desta natureza futuramente e comigo não ia haver de certeza.

A linha que estava a seguir e já mostrei os mapas de controlo de decisões era nesse sentido.

Tive de me chatear fortemente, mais tarde, no Estado-Maior do Exército quanto pedi ao CFT, Comando das Forças Terrestres, que me indicasse as Unidades para implementar sistemas de vigilância e, numa reunião onde estavam mais de uma dezena de oficiais presentes, a única proposta que recebi, três dias depois, foi para fazer nova reunião uma semana depois!

Claro que comigo estoirou! É lógico! Dei-lhe um ultimato: sexta-feira, queria a relação. O que me chegou não foi nada disso...

Depois, quando foi para implementar, fui direto, mas diziam-me que não era possível implementar nesse ano, porque havia os sistemas de aquisição de dados ainda das 16 Unidades nesse mesmo ano. Diziam que não era possível quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista dos procedimentos legais.

Mas eu disse: «Desculpem, mas não vai ser assim. Vai ser assim, é legal e é tudo legal». E foi implementado.

Portanto, a minha experiência, objetivamente, de comandante, ao longo da vida, mostrava-me que os comandantes estão nisso para o melhor e para o pior. Um comandante decidiu punir-me, depois corrigiu-se... Decidiu aquilo, mas não protestei. Disse: «Pelos vistos, sou muito indisciplinado...»

Mas confio noutras situações. Os comandantes só tinham de sair das Unidades e ponderar muito bem e ver a situação em que estava. Isto era válido para o escalão acima. Não era para estarem...

Como disse, neste processo, o Ministério Público perguntou ao Exército sobre o que estava a decorrer numa Unidade de Tancos! Os casos eram suficientemente graves para que o Ministério Público perguntasse ao Exército o que fez sobre o assunto.

E eu disse à assessoria jurídica: «Enviem ao Ministério Público tudo o que temos sobre o assunto, bem como o meu despacho, para tirarem averiguações. E a perspetiva foi a de que queriam fechar aquilo logo de seguida. Negativo. Foi até ao fim. E tanto foi até ao fim que está na iminência de ser fechado agora não sei com que decisão.

Sr. Deputado, poderá parecer que foi uma decisão solitária, incongruente, etc. Ninguém esteve nesta situação senão eu. É confortável para um oficial general que está em funções dizer que não tinha feito isto.

Mas volto a dizer isto com alguma tristeza. Eu perguntava: o que é que vamos fazer? Respondiam: «O chefe que saiba, o chefe que diga».

Os comandos, perante a situação que tinha criado... Fui eu que me apercebi que isto tinha de ir a fundo com uma inspeção técnica extraordinária aos referenciais e ao sistema de informação clínica. Tinha de ir ao fundo. Foi quando liguei ao Sr. Ministro e dei ordens ao gabinete para prepararem o despacho, que, como estavam a demorar, fui eu que o escrevi.

Quando telefonei ao Sr. Ministro, disse: «Sr. Ministro, vai ser feita uma inspeção extraordinária porque isto tem de ser assim. Já se anda a adiar há muito tempo».

O problema dos comandos até agora foi sempre um problema dos comandos, mas este é um problema do Exército. E a abordagem foi essa. Esta situação foi exatamente a mesma em termos de procedimentos. Este é um problema estrutural do Exército e tem de haver aqui uma mensagem forte.

Se isto é estratégia comunicacional, sim, também é porque mostra inequivocamente que o Comandante do Exército quer ir até ao fim. Já falei no caso dos comandos, quando exige uma semana para me darem o processo.

De facto, foi desleixo — está mais do que provado que foi falta de supervisão ou de desleixo, como queiram chamar — e aquela situação de abandono aparente foi o que incentivou, provavelmente, a atreverem-se aos furtos. Não venham dizer que não é! Uma torre de vigia com vidros partidos e lâmpadas de substituição... Srs. Deputados, há uma desmatação, há um estender um cabo, qualquer secção de transmissões demora um quarto de hora a pegar num rolo de fio WD-1/TT, como já falei, para esticar e montar um telefone.

Se os soldados estavam sobrecarga, se eram poucos, se as condições de serviço não eram as melhores, então, isso é o comandante... Agora, se isso, no final, depois das averiguações todas — e detetamos muitas situações que havia a corrigir, conforme os relatórios que eu homologuei, e fiz aqui vários despachos muito ponderados a refletir sobre o assunto para corrigir a situação de forma determinada. Se a decisão de os readmitir foi aparentemente incongruente, talvez tenha sido do ponto de vista disciplinar, mas não vi melhor solução para repor a situação em termos de estabilidade no Exército, porque já tinha sido fortemente abalada.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, a verdade é que nenhum dos comandantes terá ouvido da sua boca que era uma questão de desleixo. Eles nunca referiram isso aqui. Mas um deles foi proposto para general. Enfim, cada um sabe da sua chefia. Eu não proporia para general um funcionário meu desleixado. Mas cada um sabe de si.

Passando à frente, pergunto-lhe: mudou de opinião entre as entrevistas que deu à SIC e à RTP no dia em que anunciou essa mesma decisão de exoneração? É que as entrevistas parecem não ir exatamente no mesmo sentido.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — As entrevistas não vão no mesmo sentido, Sr. Deputado. Já disse isto. Vamos lá ver, eu já tinha em mente uma decisão, mas não sabia qual era. Tinha em mente que tinha de fazer algo, tal como aconteceu com os comandos. Eu sabia o rumo, sabia que tinha de tomar uma decisão e tinha de tomá-la por mim próprio, solitária.

Recordo-me perfeitamente de que, quando fui à SIC, fui queimar tempo. Já era previsível que tivesse de ir às televisões. Nesse dia, estive reunido com o meu pessoal. Não estava nem na praia nem de férias, passei a tarde inteira reunido com o meu pessoal do gabinete, com os dados que fui recolhendo. E foi-se consolidando esta ideia.

Na SIC, na altura, recordo-me perfeitamente que talvez a grande pergunta, a mais importante, que me foi colocada foi se apresentava a demissão ou não. E aguentei a entrevista para tomar a decisão nessa tarde. Foi isso que me motivou. Portanto, é possível que haja alguma aparente mudança de atitude, mas ela faz parte do processamento de dados da minha mente na altura.

Iam chegando as informações — eu tinha um coronel no terreno e no gabinete — e houve pessoas que me disseram que o pessoal ia para lá dormir, os soldados, que tinha havido 20 horas sem ronda, que não havia condições

para tomarem banho, que o estado da vegetação e da limpeza era aquilo que se via, porque não mandei fazer nada até à visita que depois se fez. Fui apreendendo a situação e fui considerando a necessidade de uma intervenção mais forte.

É natural, perfeitamente natural. É uma ação de comando do Comandante do Exército e, como dizia na altura, e o Tenente-General CFT recorda-se disso, tem de haver uma ação. E, quando eles dizem que somos uma direção-geral, é verdade. Eu disse-lhes que o Exército não é uma direção-geral, o Exército não é a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) como no processo que aconteceu dos incêndios de Pedrógão.

O Exército tem de ter uma linha e foi essa linha que procurei na reunião de Conselho e que não surgia. E foi por isso que telefonei a todos os Comandantes nessa tarde — foram muitos telefonemas — a dizer-lhes que tinha de haver uma decisão, que tinham de acreditar em mim para bem do Exército e que eu ia anunciar que iam ser exonerados.

O Tenente-General AGE (Ajudante-General do Exército) só não soube e veio dizer publicamente que tinha sido avisado meia hora antes porque não estava disponível. E eu, no Conselho Superior do Exército, disse-lhe: «Calçada, desculpa lá, estás a acusar-me de só teres sabido meia hora antes mas tu não me atendeste os telefonemas». Respondeu: «Ah pois não, estava no centro comercial». Onde é que está a seriedade? Estava no centro comercial, não me atendeu o telefone... Quando o Tenente-General me perguntou se eu já tinha falado com o Calçada, eu disse: «Ele não me atendeu durante esta tarde toda». Depois, atendeu mas ainda foi dizer: «Ah, só fui avisado meia hora antes». Então, que tivesse levado o telefone!

Tem de se perceber verdadeiramente as reais intenções e as motivações subjacentes a esta contestação dos comandantes, que parece ser o centro desta questão toda.

Foi uma decisão minha, solitária, e, quando a tomei, comuniquei à tutela. Já fui pressionado no sentido de ter recebido telefonemas de várias pessoas, familiares, que me perguntaram: mas não houve nada? Desculpem, se me conhecem bem, sabem que eu nunca aceitaria qualquer pressão. Eu sabia que o Exército tinha de ter um rumo para arrumar a situação. Se nós analisarmos os papéis todos que estão para atrás, isto não é forma de atuar no Exército. Não pode ser tudo para o CFT e para o combatente vai tudo e, depois, quem está na retaguarda, como se diz, dorme em tendas de campanha e outras coisas do género. Não pode ser! Desculpem! Tem de haver aqui algo e na minha intervenção no Exército digo isso. Só falei aqui de uma frase, mas eu disse que ia fazer um controlo rigoroso.

Portanto, quem me conhece muito bem sabia que eu não ia estar com paninhos quentes para resolver problemas. Pode haver para a opinião pública, que não está por dentro...

Quando, mais tarde, expliquei a alguns deles estas coisas que tornei públicas agora, disseram-me: «Meu General, não sabíamos nada disso, agora compreendemos muitas atitudes que foram sendo tomadas». Eles não sabiam nada disso, nem tinham de saber. Têm de confiar.

Não me esqueço que um Chefe do Estado-Maior do Exército — e eu trabalhava no Estado-Maior na altura — tomou uma atitude e eu recordo-me de haver oficiais generais que o criticaram fortemente, mas não apresentaram demissões.

Mais tarde, um mês depois, recordo-me de um deles ter um desabafo comigo e de me ter dito assim: «Que grande lição levei do Chefe do Estado-Maior do Exército. Eu não acreditei nele e agora acredito». Agora é que eu percebi que não tinha os dados todos e por isso não fazia a mínima ideia do que se passava. Esta lição ficou-me na memória. Para mim, ou confiam ou não confiam.

Houve decisões de emprego de força no exterior, situações complicadas, em que o Chefe do Estado-Maior tomou posições em relação às quais disse «que grande chefe», mas antes eu tinha dito «já vai estragar isto tudo e tal!».

Não vou entrar aqui em mais detalhes, mas que estes dois tenentes-generais não me deem lições de moral. É uma questão direta.

Transformaram esta questão da exoneração dos comandantes no cerne desta discussão de Tancos e não é de maneira nenhuma, é uma decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército para mudar as coisas em termos de postura do ramo.

Cada comandante tem de assumir a sua responsabilidade, tem de saber onde é que o seu pessoal vai ser empregue. Havia comandantes que não conheciam Tancos, não conheciam os paióis. Havia comandantes que não sabiam o que o pessoal fazia.

A minha experiência de comando é significativa, volto a dizer. Se fosse novato nisto ou se não tivesse passado por situações semelhantes, era levado a pensar: «Ok, vamos aceitar a posição do Exército, do Conselho. É uma posição confortável e, depois, logo se vê». Não é, de todo, a minha postura.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, nesse processo decisório, falou ou não com os Tenentes-Generais Calçada e Menezes e com o seu Vice-CEME Serafino e o que é que cada um deles lhe disse?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, falei com todos. É conhecido que o Tenente-General Menezes não concordava.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Disse-lhe que não concordava?

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — O Tenente-General Menezes disse-me que não concordava. E, inicialmente, disse-lhe que só ia exonerar três e, depois, que se veria os outros dois por uma questão de justiça. E eu aceitei...

Quando o Tenente-General Calçada atendeu o meu telefonema, já o processo estava avançado, também disse que não concordava. Quanto ao que disse o Tenente-General Serafino, tenho na memória um «nim», como tive um «nim» de muita gente. Mas frontais na altura foram, indiscutivelmente, os dois Tenentes-Generais. Os outros confiaram em mim e perceberam que havia que ser tomada uma decisão.

Pois, tem de ser feita alguma coisa. E é aí que surge o problema da pressão, porque tem de ser feita alguma coisa. Mas o quê? Esperar pelo processo de averiguações no Regimento e deixar de fora a cadeia de comando, que também teve culpas porque, e não digo inativa, teve inação ao longo de vários anos. Aprovei as duas notas. Então é pela caixa de correio que se resolvem os problemas?

A Inspeção-Geral tinha saído de um processo de reorganização e eu não tinha os dados ainda na altura. Os dados começaram a surgir a partir do processo de reorganização e aí foi feito um plano de inspeções anual pela primeira vez de forma estruturada jogando com as racionais de que o Major-General Reis aqui falou. E jogámos no sentido de que, durante um ano, durante a permanência de um comando, a unidade fosse inspecionada por forma a entrar na avaliação desse Comandante.

Tancos não tinha recebido até à data verdadeiramente prioridade por parte do Exército e o Inspetor tinha estado envolvido nas inspeções que tinha sido apanhado em curso.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Então, eles disseram-lhe que discordavam frontalmente e que se demitiam e o Sr. General diz-nos que

quem discordou frontalmente e assumiu a sua demissão era quem tinha motivos pessoais escondidos e uns objetivos quaisquer que não percebemos quais são.

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não necessariamente com essa simplicidade.

Acredito, tenho a certeza, que há um processo de contestação à decisão, mas, por último, quem tem de decidir é o chefe e não eles. Se concordam, muito bem. Ou não concordam!

Aquilo que foi dado a perceber antigamente, que vem do antecedente, é que a preocupação era a de saber quem era o vice-chefe. As contestações, as falhas que assumi e que foram omissas...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não era nesse contexto, Sr. General!

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Gen. **Frederico José Rovisco Duarte**: — Eu não dei resposta. Eu estou a dizer que acredito que haja alguma sinceridade em discordar, mas é um problema de decisão. A partir do momento em que decido é o Chefe que decide. Concorde-se ou não.

Houve muitas decisões que eu aceitei do Chefe anterior com as quais não concordava... Agora, se entendem que a gravidade é suficiente para se irem embora, cabe-lhes esse direito; se entenderem que não, para ficar, ficaram. O Vice-Chefe, Comandante da Logística, ficou, os outros dois não

ficaram. No Exército são poucos, porque foram reduzidos a meia dúzia de oficiais tenentes-generais... São muito pouco, como sabemos. Agora, não posso fazer nada quando as pessoas não concordam, mas a minha vontade, a minha determinação, era muito forte.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. General disse-nos, há pouco, que ligou ao Sr. Ministro quando foi dos Comandos.

Neste caso não ligou, não falou com ele? O que é que ele lhe disse?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Eu falei com o Sr. Ministro logo no início do furto, ou seja, eu foi-o informando...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Como a sua decisão de exoneração?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — A minha decisão foi... Eu telefonei ao Sr. Ministro, nessa tarde, a meio da tarde, depois de ter ido à *SIC*, depois de ter digerido e de ter tomado a decisão como meu pessoal mais próximo, com quem eu desabafei muito... E decidi ligar ao Sr. Ministro nessa tarde.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E o que é que ele lhe disse?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Comandante do Exército, o Sr. General é que sabe... Ou algo deste género e, agora, não consigo precisar as palavras... Foram tantos os telefonemas, foram tantas as reações... Eu não vou precisar as palavras, porque, agora, com o acesso às gravações... Se as puderem pedir, estou totalmente descontraído. Podem

pedir as gravações todas, e até era bom por causa da acareação... Seria bom por causa da acareação.

E tive outras conversas quando foi da decisão do mandato de detenção dos militares dos Comandos. Também foram interessantes as conversas que tive para me impor e para não serem as propostas que estavam em cima da mesa e que não dignificavam o Exército, mas não vou entrar por aí...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, a ideia que fica aqui é que *a posteriori*... E eu devo dizer que a imagem que me fica do Exército e das suas chefias não é uma imagem muito edificante, na minha opinião, porque tínhamos generais, que não confiavam uns nos outros, generais que, supostamente, falhavam na República Centro Africana, e nem sei mais onde, mas que se mantinham, ninguém alertava para essas situações, estavam todos em guerra para ter nomeações ou não sei quê e somos confrontados com esta situação.

A imagem não é, de todo, positiva, Sr. General, e eu nesta fase – e vou ter de fazer uma segunda ronda, porque há questões que ficaram por perguntar – pergunto-lhe: na sua opinião, quando saiu, o Exército ficou mais unido ou menos unido, mais prestigiado ou menos prestigiado?

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Deputado, estabeleceu umas relações, em termos de impressão global, que são nitidamente as suas! Não são as minhas, nem as de quem viveu as situações por dentro...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Só consigo estabelecer as minhas.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — O Exército estava sereno – é a ideia que tenho – quando eu saí.

Os tenentes-generais que estavam no comando — e fiz muitas reuniões — estavam serenos e a situação estava estabilizada, controlada, principalmente depois da saída do Comandante do Regimento de Comandos, que era o único que mantinha alguma instabilidade, alguma falta de serenidade.

O Exército é prestigiado, o Exército deu provas e continua a dá-las, que todos conhecemos, na República Centro Africana com os diversos contingentes, no Afeganistão, no Iraque, no Regimento de Apoio Militar de Emergência, que foi um esforço significativo que não tem sido relevado. E também houve decisões que foram impostas por mim e, muitas vezes, colocadas de lado.

Portanto, todo o apoio, aquela preparação, os elementos de proteção individual, todo aquele esforço que foi feito no levantamento do Regimento de Apoio Militar de Emergência. Foi aqui afirmado que não era prioritário, mas fui eu que disse que era prioritário. Aliás, foi aqui dito que não faz só parte da missão principal, mas essas são posições divergentes e que fazem com que, às vezes, tenhamos mais algumas discussões.

Portanto, creio que o Exército estava, pelo menos quando eu me fui embora, prestigiado, está a desempenhar fabulosamente bem as suas missões no exterior, fez as missões que fez no plano militar de emergência com dedicação, sejam nas áreas de apoio logístico, que eu visitei todas, sejam no combate aos incêndios, com as cozinhas que foram para vários sítios e eu visitei-as quase todas, sejam no apoio ao ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) nas frentes de trabalho, de São Mamede, São Jacinto e em Sintra, e eu visitei-os todos.

Sr. Deputado, o Exército... Aquilo que eu sinto pelo País, aquilo que eu oiço dizer sobre o Exército quer às autarquias quer aos cidadãos, à parte desta polémica de Tancos, que, de facto, foi uma nódoa, é que o Exército está prestigiado e continua a prestigiar-se.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminada a primeira ronda e, tendo sido feita manifestação de vontade de haver uma segunda ronda, pergunto ao Sr. General se pretende fazer um intervalo, porque o Sr. General está há cinco horas a depor e esta Comissão Parlamentar de Inquérito subscreveu a convenção contra a tortura e tratamentos cruéis...

Portanto, Sr. General, não sei é sua vontade fazer um intervalo, que é perfeitamente natural e aguardaremos, se não continuaremos com a segunda ronda, que implicará 20 minutos de questões e depois as respostas do Sr. General no final.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sou um combatente, posso continuar.

O Sr. **Presidente**: — Não duvidámos por um segundo.

Então, assim sendo, se o Sr. General não pretende fazer um intervalo, e não sendo o mesmo requerido por nenhum grupo parlamentar, vamos começar com a segunda ronda de questões, dando a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Deputado Leonel Costa, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. General.

O Sr. General surpreendeu todos nesta sala quando disse que os motivos/razões da sua demissão estão relacionados com a Lei de Programação Militar e que não tinham nada a ver com Tancos. Surpreendeu-nos a nós, Deputados, surpreendeu os jornalistas e, neste momento, já corre nas notícias esta manchete, porque, de facto, como eu disse, isso é muito surpreendente. Há que lhe reconhecer, de facto, coragem nesta informação que nos trouxe.

Mas, certamente, não estará à espera que acreditemos, ou que, pelo menos, de ânimo leve, aceitemos esta justificação, sobretudo pela forma algo incoerente como respondeu aqui a algumas questões, que já foram esclarecidas, nomeadamente por causa da duplicidade de justificações que deu para a sua demissão: ao Presidente da República, com o seu pedido de exoneração, disse que era motivos pessoais; numa carta ou mensagem ao Exército disse que as circunstâncias políticas assim o exigiram e, por causa disso, na comunicação social proliferaram notícias que ligavam a sua demissão a circunstâncias políticas relativas ao caso de Tancos, como é óbvio; e só hoje é que o Sr. General vem clarificar que, afinal, a demissão tem a ver com a LPM e não tem nada a ver com Tancos.

O Sr. General já disse aqui umas 30 vezes que foi à SIC, foi à RTP... Não acha que seria mais útil, logo no momento, clarificar estas notícias e esta polémica, que foi criada, e ir à comunicação social e esclarecer que a sua demissão nada tinha a ver com o caso de Tancos mas, sim, com a LPM?

É que hoje, tenho de lhe dizer, fica muito difícil de acreditar, porque para nós parece-nos óbvio que os verdadeiros motivos têm a ver só com pressões políticas e pressões políticas – deixe-me dizer-lhe – de políticos, porque políticas, para que não se interprete LPM.

Assim, e como não estão clarificados os motivos, são várias as hipóteses que podemos conjecturar para os mesmos e uma delas, já aqui foi aflorada, tem a ver com o facto de três dias antes o Ministro da Defesa Nacional, que foi quem propôs a sua nomeação para CEME – e podemos dizer que foi como que a sua muleta durante este penoso processo, que juntamente com o Primeiro-Ministro várias vezes fizeram questão de manifestar publicamente a sua confiança, por isso compreendemos quando diz que um dos motivos pelo qual se demitiu foi também a solidariedade com o Ministro da Defesa Nacional –, demitiu-se só e exclusivamente por causa de Tancos e não por causa da Lei de Programação Militar, a menos que o

mesmo também fique inspirado aqui na sua justificação e venha cá dizer-nos isso, o que não acreditamos.

Portanto, para nós, a questão é clara e foi, sem dúvida, uma questão de pressão política. A questão é se terá sido o novo Ministro da Defesa que lhe disse que se não se demitisse, se não apresentasse a sua exoneração, ele próprio o faria. Pergunto-lhe: tem a confiança dele? Alguma vez falou com ele?

É que, deixe-me que lhe diga, após a demissão do Ministro da Defesa Nacional Carlos César, líder da bancada do PS, já antevia demissões ao dizer que «esperava também consequências do ponto de vista militar».

A respeito a recuperação – e eu gosto mais de lhe chamar aparecimento do material – questiono se teve conhecimento prévio, de alguma forma, da encenação. É que a favor da tese de que, eventualmente, sabia, concorre que foram divulgadas escutas entre Luís Augusto Vieira, Diretor da Polícia Judiciária Militar (PJM) e Vasco Brazão, da mesma, em que aquele dizia que o seu Vice-CEME lhe disse que o Sr. General queria a Polícia Judiciária Militar a descobrir o material primeiro que a Polícia Judiciária e, então, surge a encenação de forma algo conveniente para este objetivo.

A minha questão é: por que é que preferia que fosse a Polícia Judiciária Militar a descobrir o material e não a Polícia Judiciária?

Já agora, por que é que no dia do reaparecimento do material, 18 de outubro de 2017, impediu a Polícia Judiciária de, entre as 11 horas e as 16 horas e 20 minutos, entrar para visionar o material? Por não ter mandato? Acho que concorda que, aos olhos da opinião pública, este expediente, apesar de legítimo, parece que é de alguém que tem alguma coisa a esconder. Pergunto: o que é que aconteceu naquelas cinco horas e meia?

Por fim, estranho também que a recuperação do material pela Polícia Judiciária Militar tenha ocorrido na madrugada e apenas, já depois das 10

horas de manhã, o Ministério Público e a Polícia Judiciária terem tomado conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do PS.
Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. General, em audições anteriores, alguns dos nossos colegas iniciaram as suas intervenções falando das longas carreiras que os senhores generais e outros oficiais, que estavam a ser ouvidos, tinham vivido.

Eu não me sentiria bem se não fizesse nesta audição também o mesmo exercício e, por isso, quero agradecer-lhe a longa carreira que tem e ter sido tão-só o general que comandou mais unidades, que dirigiu mais serviços e que passou por mais funções de entre todos os que aqui estiveram.

Portanto, acho que faz sentido que o Parlamento também coloque nas suas atas aquela que é a verdade relativamente ao perfil de cada uma das pessoas que aqui passam.

Sr. General, a segunda nota tem a ver com aquilo a que estamos a assistir no Exército.

Verdadeiramente, o País, o Exército, o Parlamento e o Governo vão ter de continuar a preocupar-se com o Exército. A situação que vivemos no Exército vai deixar marcas durante muitos anos na imagem que o Exército tem, sob o ponto de vista público.

Aquilo que vivemos no Exército foi também, numa outra leitura, uma luta de egos, sem que tivéssemos em conta que os tenentes-generais – um era um Quartel-Mestre, um era Ajudante-General do Exército e um era Comandante das Forças Terrestres – eram tão-só subordinados do Chefe de Estado-Maior do Exército. Ou seja, não havia um órgão colegial de decisão,

quem tem a decisão sob o ponto de vista estatutário, quem tem a decisão sob o ponto de vista da lei é sempre o Chefe de Estado-Maior do Exército.

Portanto, se as decisões que foram tomadas são decisões que podem ser avaliadas positiva ou negativamente elas são todas do Sr. General CEME e todas as decisões que os seus subordinados tomaram são deles relativamente a essas que lhes competem e sempre lhes competiram.

Mas também temos aqui uma outra perspectiva que é a da leitura que o Sr. General e provavelmente os seus colegas,...

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Colegas?!

O Sr. Ascenso Simões (PS): — ... os seus camaradas de armas têm do Exército.

Tivemos aqui nas audições duas leituras completamente diferentes do Exército e das Forças Armadas. Há quem entende que as Forças Armadas ainda conseguem, num regime democrático, funcionar para dentro, fechar-se e «não dar cavaco» a ninguém. Isso não é mais possível num regime democrático. E quem acha que isso ainda é possível fez muito bem em ter-se demitido. E todos aqueles que acham que é possível, devem também seguir o caminho de se demitir. É que num País democrático, em que o Parlamento tem todas as condições e o dever de sindicar a atuação das Forças Armadas, não é possível que, perante as solicitações do Parlamento e dos portugueses, não haja uma resposta do Exército.

Nós podemos dizer: o Sr. General tomou uma decisão errada relativamente à demissão dos comandantes. Foi a sua, foi solitária e foi na sua ponderação. Mas tomou uma decisão. Aquilo que lhe propunham era que não tomasse decisão nenhuma — essa é que é a questão, e é aquilo que resulta destas audições. Entre a inação e a ação. A ação pode ser sempre

contestada. A inação era aquilo que mais feria o Exército se tivesse sido consequente e tivesse vencido.

Este é o ponto em que estamos nestas audições. Estamos num ponto em que o Exército precisa de «lamber as feridas», em que os poderes públicos e políticos têm de olhar para o Exército no sentido de o acompanhar para o reforço do seu prestígio e da sua capacidade operativa. Mas também temos de olhar para o Exército numa perspectiva de obrigar o Exército, os seus comandos, os seus oficiais a perceberem que o País mudou, que hoje não há mais condições para que esses comandos não tenham capacidade de comunicação, não sejam capazes de informar o Parlamento sobre as suas competências, não tenham uma leitura integrada do que se passa no seu Exército, não tenham qualquer capacidade para perceber o que é que os portugueses esperam deles, que foi o que verificámos aqui nas audições transatas.

Portanto, Sr. General, quero agradecer-lhe muito as suas informações, dizer-lhe que nós, se tivéssemos de avaliar cada uma das suas decisões, provavelmente avaliaríamos umas de forma positiva, outras de forma não tão positiva e algumas até de forma negativa. Mas ser chefe é para tomar as decisões e ser subordinado é para obedecer-lhes. E o Exército tem de mudar o seu perfil, no que diz respeito à relação com os órgãos de soberania e com os portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr. General, o senhor referiu-se a um conjunto de relatórios que existiram ao longo de vários anos, reportando as várias deficiências e lacunas existentes nos Paíóis Nacionais de Tancos — e é verdade também consultei alguns deles, nomeadamente um

documento que tenho aqui, de 2012, onde isso se constata da parte da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), mas também há de 2014, 2015 e 2016. E, de facto, fica-se com a impressão de que havia relatórios, de que foram detetados problemas, mas que não se atuou. Alguma coisa tinha de ser feita e, no meio de tudo isto, alguém falhou. Tem de se apurar os responsáveis. Por que razão não se atuou? E o Sr. General disse que, em muitos casos concretos, era fácil atuar, reparar e resolver algumas questões.

Portanto, dá a entender que, da parte do Exército, era uma espécie de «deixa andar», de *laissez-faire, laissez-passer*. Ou seja, reportavam-se os acontecimentos, reportavam-se as dificuldades, mas não se fazia nada.

Também é verdade que o Sr. General, passado algum tempo depois de ter entrado — também tive o cuidado de consultar isso —, tem a tal Diretiva n.º 129/CEME/16, onde manifesta a intenção de aplicar o SICAV (sistema de vigilância eletrónico) aos Paióis Nacionais de Tancos, elegendo-os como primeira prioridade e os Paióis do Campo Militar de Santa Margarida como segunda prioridade. Esta decisão, tomada no dia 27 de setembro de 2016, é de relevar.

Agora, Sr. General, gostaria de colocar-lhe questões muito concretas. A primeira é se considera que houve encenação com o reaparecimento do material na Chamusca e se considera que o Ministério Público, que estava a conduzir o processo, consegue explicar por que motivo não chamou a Polícia Judiciária quando a Polícia Judiciária Militar encontrou o material. Por outro lado, gostaria de saber se partiu do Sr. General ordem para barrar a entrada da Polícia Judiciária na base militar de Santa Margarida para onde foram levadas as armas, porque há informações contraditórias a este respeito.

Outra questão é se teve conhecimento do memorando, do tal memorando de encenação do reaparecimento do material de guerra e se é normal haver um memorando — neste caso, da parte da Polícia Judiciária Militar — sem data e sem assinatura, sem timbre, sem nada.

Por fim, queria saber se o Sr. General considera que a Polícia Judiciária Militar, tendo em conta os seus conhecimentos e a sua experiência, é dispensável e se a extinção da mesma acarretaria prejuízos, nomeadamente às Forças Armadas, ou não.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar a segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. General, já aqui foi dita, até por mim, uma frase que nos parece extraordinária e que tem a ver com a sua saída.

Agora, há uma outra frase que o Sr. General disse aqui e que nos dá matéria para futuros apuramentos e acareações, e por aí fora, que é quando o Sr. General nos diz que, se os Tenentes-Generais não se tivessem demitido, não estaríamos aqui hoje, o que não deixa de ser, em si mesmo, uma frase extraordinária, se nos quiser esclarecer. Então, acontece uma coisa destas, há material militar desta perigosidade que podia ser utilizado em atentados terroristas, há uma encenação com cumplicidades internas, há encobrimento daquilo que aconteceu e o Sr. General diz-nos aqui que, se não fosse a demissão dos dois Tenentes-Generais não estaríamos aqui hoje?! Não estaríamos aqui hoje?! O que é que isto quer dizer? Não haveria caso? Não haveria Comissão de Inquérito? Em minha opinião, isto é extraordinário.

Em segundo lugar, também não ficaram claras as informações que deu ou não deu ao Sr. Ministro da Defesa Nacional. A meu ver, até sublinho que, se calhar, deveriam ter sido mais partilhadas, porque o próprio Sr. Ministro parece ter sido apanhado de surpresa no meio disto, depois de ter dito várias vezes que, se calhar, não havia furto, que não tinha nada a ver com o assunto, se calhar, não havia nada demais. Se calhar, aí, houve defeito de informação e não excesso.

Depois, Sr. General, quero ainda dizer-lhe que houve algo na sua audição que não me pareceu bem — permita-me que lhe diga e que o confronte com isto —, que é o seguinte: o Sr. General, depois, relativamente aos Tenentes-Generais, cuja atitude não apreciou — ainda que, do que sabemos, eles tenham sido frontais, ao dizerem que não concordavam e ao terem saído, pelo que não tinham qualquer objetivo secundário, de promoção ou seja do que for, e tanto que não tinham que saíram — diz-nos aqui que, afinal, eles já funcionavam mal desde o início e que um deles até teria responsabilidade em 40% do material que não funcionava na República Centro-Africana.

Então, pergunto-lhe, Sr. General: o que é que fez sobre isso? Que atitudes tomou? Ou seja, uns falhavam aqui, outros falhavam ali, e o Sr. General o que é que fez? Alertou o poder político? Procurou mudar os comandantes que tinham? Fez alguma coisa? Ou só agora, depois disto tudo, é que descobriu os defeitos todos?

É que, Sr. General, a levar as declarações à letra, o senhor tinha tenentes-generais que não eram competentes nem confiáveis, comandantes que eram desleixados, mas, aparentemente, estava tudo bem e o chefe máximo não tinha qualquer problema com isso, ia andando e, mais, só se demitiu por causa da LPM e não por esta infelicidade de acontecimentos sucessivos. Não deixa de ser surpreendente, Sr. General!

Em termos de questões mais concretas, ouvimos aqui *n* responsáveis militares, oficiais superiores, e, apesar de eu não ter assistido a todos os momentos de toda as audições, não me lembro de nenhuma opinião que nos dissesse que Tancos não era uma estrutura positiva, que Tancos não era uma estrutura para reabilitar, que Tancos não foi construído para aquele efeito e que não era uma boa opção.

Ora, o Sr. General, hoje, basicamente, disse-nos que estavam todos errados e que só o Sr. General estaria certo — o que nos faz lembrar,

desculpe-me esta nota, aquela velha história, aplicando-a a este caso, de que só o Sr. General tinha o passo certo e todos os outros tinham o passo errado e uma ideia errada sobre o que era preciso fazer em relação a Tancos. Portanto, deixo-lhe esta pergunta.

A última questão, que é da maior importância e que já aqui foi feita, mas que vou sublinhar, é esta: o que é que aconteceu, em Santa Margarida, designadamente, quando chegou a Polícia Judiciária? Há uma instrução sua para não poderem entrar? Há uma instrução sua para serem barrados na Porta de Armas? Não existe esta instrução? O que é que pode dizer-nos sobre isso?

Sr. Presidente, como ainda tenho tempo, e para não tomar mais tempo após a audição do Sr. General, quero deixar, desde já, anunciado que, da nossa parte, iremos secundar a acareação que foi pedida e iremos pedir também, nós próprios, uma acareação, porque, tanto quanto percebi da intervenção oportuna do Sr. Deputado Carlos Peixoto, o Sr. Deputado pediu uma acareação sobre a existência de pressões políticas. Foi isso que nos disse. Para nós, muito da questão central é saber quem é que está a ser rigoroso na questão das demissões, ou seja, qual foi o fundamento das demissões, o que é que foi dito em relação às demissões, designadamente dos dois Tenentes-Generais.

Portanto, pensamos que essa matéria também terá de ser discutida. Pode ser numa única acareação ou em duas. Mas, até à nossa reunião de amanhã, apresentaremos naturalmente uma proposta nesse sentido.

É que, Sr. General, acho sinceramente que o que aqui foi dito, além de não deixar uma boa imagem — não sei para quem, não posso saber, espero concluí-lo depois da acareação —, não é bonito, passe a expressão, para a opinião pública, para os portugueses e para este Parlamento, não é bonito assistirmos a trocas de acusações deste grau e deste calibre entre aqueles que têm a responsabilidade máxima nos ramos, designadamente no Exército, da nossa proteção e da nossa segurança comum.

O Sr. **Presidente**: — Concluída a segunda ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. General Rovisco Duarte, para responder.

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Leonel Costa, tenho dificuldade em perceber alguma objetividade nas perguntas, mas voltava à questão da demissão.

Quando se fala em circunstâncias políticas, tal como em razões pessoais, cabe aqui tudo. Sejam claros: do ponto de vista do Governo, Tancos é um assunto delicado em termos do processo neste momento em curso, portanto, em termos de campanha — é que nós estamos em campanha partidária. Ou seja, neste momento, falar em Tancos não é assunto agradável para ninguém.

Eu bati neste problema da modernidade e falei na LPM como sendo um dos elementos que me levaram à demissão. E falei no espírito de equipa e na utilidade para o Exército. Falei objetivamente e muito na LPM porque é a lei que, em termos futuros, em termos daquilo que é a modernidade do Exército, é o fator decisivo. É que se não houver satisfação por parte do Exército neste processo de revisão, se não conseguirmos elaborar e iniciar projetos de construção de capacidades, não vale a pena andarmos depois atrás ou tentar controlar danos seja do que for.

Num processo de levantamento de capacidades na execução da LPM, tem de haver objetivamente espaço financeiro, tem de haver programação e, como se falou aqui, vetores de desenvolvimento. É um processo complicado à distância, é uma lei de programação à distância. É importantíssimo para mim, foi um dos meus principais motivos de batalha, daí que eu me sentisse insatisfeito — e eu disse isto em vários fóruns. Portanto, é natural que eu não me sentisse satisfeito com a saída do Sr. Ministro e entrar outro... Eu estava neste processo, mas já não me sinto bem neste processo.

Portanto, querer apenas uma razão não é razão. Os argumentos são muitos, mas fundamentalmente este tem peso.

Sobre querer ou não querer que fosse a Polícia Judiciária Militar, sobre ter ou não ter impedido, sobre ter sido de madrugada... É muito claro — e isto foi reiterado ao longo dos tempos — que a Polícia Judiciária Militar não depende do Exército. Nós separámos as coisas e o Exército não se envolve com a Polícia Judiciária Militar, nem interfere com a sua ação — e esta foi a minha questão desde o princípio.

Quando o diretor da Polícia Judiciária Militar eventualmente pede algum oficial — e já aconteceu em anos anteriores quando eu não era Chefe — desenvolve-se um processo no ramo para se ter oficiais. Mas, do mesmo modo, pede também à Marinha ou à Forças Aéreas.

Portanto, a Polícia Judiciária Militar depende do Ministério Público, por razões funcionais e depende da tutela, por razões administrativas.

Aqui, aproveito já para dizer se é ou não importante...

Em relação à Diretiva ou Despacho n.º 149 do Sr. Ministro Aguiar Branco, eu estava, como representante do Exército, numa reunião alargada para discutir o futuro da Polícia Judiciária Militar, levantaram-se vários cenários sobre aquilo que deveria ser a Polícia Judiciária Militar, havia várias modalidades em cima da Mesa, e ela vai continuar a existir.

Eu considero que a Polícia Judiciária Militar é absolutamente necessária face à tipicidade dos crimes de natureza militar, no âmbito do Código de Justiça Militar.

Se não estiver dependente, se não estiver orientada para o Exército, se não for esse corpo autónomo, como Polícia Judiciária Militar, como foi encarada em várias alturas, ou a Guarda Nacional Republicana, ou a Secretaria-Geral... Levantaram-se várias opções em cima da mesa, mas são opções que vão, depois, ter de ser dirimidas e trabalhadas para conseguir aquilo que ela faz hoje em dia.

A Polícia Judiciária Militar dá muita confiança à instituição militar, porque nós abrimos as portas, porque são militares, e não há preocupações nenhuma. Abrem-se as portas, vão onde querem, fazem o que querem e tudo...

Agora, nós, o Exército, não interferimos absolutamente nada na Polícia Judiciária Militar! Por isso, quando me tentam relacionar com o aparecimento de armas e outras coisas do género... Os contactos que foram feitos... Eu recebo um contacto, de facto, a pedir que acelerasse o envio das equipas EOD, porque a equipa EOD não atendia os telefones por uma razão qualquer.

E eu disse assim: «Que diabo!...» Tentei contactar, havia canal de comando, o Comando das Forças Terrestres, o Comandante do Regimento, fui fazer telefonemas para acelerar, porque a Polícia Judiciária Militar estava a pedir uma equipa EOD, e disse: «Avancem com isso. Vejam lá o que é que está a acontecer, a equipa EOD, que tem um prazo de intervenção de duas horas, não está a reagir, alguma coisa se passa...» Não quis saber nem perguntei se era material de Tancos ou não. Não perguntei absolutamente nada! E vão buscar os registos telefónicos, se forem precisos.

A partir daí surge um segundo telefonema, mais tarde, posso dizer isto, em que me dizem assim: «Mas querem levar os materiais que encontraram, há aqui uma série de coisas... Querem levá-los para Tancos». E eu disse: «Desculpem lá! Então, Tancos? Tancos acabou de ser furtado, tem um ónus de ter sido roubado, pelos vistos. Onde é que isso estava? Estava na Chamusca, é mais longe, vocês têm os paióis de Santa Margarida ao lado... Desculpem lá!... Negativo!» Dei orientações: «Eu sugiro que vão para Santa Margarida que é a solução mais rápida, mais económica, e por aí fora...» Então, iam colocar-se os materiais em Tancos? Desculpem, não fazia sentido!

Terceiro telefonema, mais tarde – e são três telefonemas – o Comandante da Brigada Mecanizada: «Sr. General, tenho aqui um problema, está aqui a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária.» E eu disse: «Mas o que é que se passa?» «Há aqui um problema de colisão, não deixam entrar os outros...» E a minha resposta, Srs. Deputados, foi: «Mas tu estás a telefonar-me para resolver esse problema? Tu estás no campo, és o comandante do campo, tens aí duas polícias de investigação criminal e estás a colocar-me o problema? Isto é assunto para o Chefe de Estado-Maior do Exército?» E trocámos argumentos, mas que eu fiquei chateado fiquei, porque era evidente! Então, estão ali duas polícias, então entendam-se... Desculpem lá! Nem sei o que é que fizeram.

E depois fico surpreendido com as notícias dos jornais. Srs. Deputados, foi isto que se passou e não me venham dizer que há outras variantes... Vão aos registos telefónicos. Isto é clarinho!

Depois cheguei ao gabinete e falei com o assessor jurídico: «Sr. Doutor, passa-se isto...» «Eh pá, quem tem exclusividade de entrada nas unidades militares é a Polícia Judiciária Militar.» «Mas porque é que surge esta confusão?» Entendam-se! Nem queremos saber...!

Por isso é que quando se fala que, eventualmente, o vice-chefe disse, que não disse, não faço a mínima ideia, quando eu disse que queria que fosse a Polícia Judiciária Militar... Srs. Deputados, se os materiais fossem recuperados era um objetivo de todos! Não faço a mínima ideia nem me lembro de ter dito o que quer que seja sobre o assunto. Palavra de honra, não me lembro! Mas que não havia conversa... Eu não queria saber desse assunto; eu disse objetivamente, várias vezes, ao Chefe de Gabinete e todos ouviram: «Desculpem, a Polícia Judiciária Militar não depende de nós, não queremos saber, isso é com eles!»

Portanto, não queria saber. Fiquei satisfeito, como toda a gente ficou, mas, depois, fiquei apreensivo com a questão que se levantou... Então, caramba, mas abster-me de comentários para quem quer que fosse...

Eu não tive intervenção direta em nada e foi isso que disse para a comunicação social em determinada altura! Pediram-me colaboração, em determinada altura... Posso dizer que aconteceu isto: três telefonemas, e nem quero saber mais... Disse: «É problema vosso!» Já me chegavam os problemas que eu tinha no Exército para resolver, agora estar preocupado com assuntos de âmbito criminal, que não estavam na minha competência...

Portanto, esse tempo de espera são especulações, são realidades que serão esclarecidas, porque eu só posso entender como mal-entendidos por parte, se calhar, até minha, se houve mal-entendidos, mas não houve aqui, objetivamente, qualquer intenção de bloquear seja o que quer que fosse. Isto porque nós recebemos tantos telefonemas, de vez em quando, para efeitos da entrada da Polícia Judiciária Militar nos quartéis... Aliás, isso aconteceu nos Comandos, aconteceu com um problema de droga numa Unidade, aconteceu no caso de um computador que foi roubado... É constante. Recebe-se a notificação, há procedimentos que estão aprovados, é NEP... Portanto, nem vale a pena... Estão a chatear o Chefe de Estado-Maior do Exército, porque está lá a Polícia Judiciária Militar e está a Polícia Judiciária e depois há uma colisão entre eles...? É o Chefe de Estado-Maior do Exército que monta-se na viatura e vai ao sítio dizer: «Metam-se de acordo?» Sejam realistas...!

Sr. Deputado João Vasconcelos, sobre um conjunto de relatórios, de lacunas, sobre eu deixar andar desde 2012.

Eu não me vou pronunciar sobre se houve ou não houve encenação; é assunto do Ministério Público. Tranquilo a aguardar!

Pediram uma equipa EOD, esta equipa ajudou, levantaram o material, viram se aquilo não estava armadilhado, transportaram o material,

entregaram-no, fizeram a relação de entrega e a guia de entrega, a partir daí é processo.

Os Srs. Deputados que estiveram na Comissão de Defesa Nacional, quando me colocaram uma questão sobre a lista, falaram num relatório que mais tarde apareceu e que apareceu no *Expresso*, etc. O Exército não recebeu esse relatório! Ficaram de entregar... O Comando da Brigada, pediu-me, a determinada altura, que fizesse pressão para tentar obter alguma coisa por causa de poder mexer nas munições, e eu disse: «Esperem. Eles têm os seus tempos, deixem-nos avançar.»

Portanto, ficaram de formalizar o relatório, mas não formalizaram mas, pelos vistos, apareceu nos jornais. O Exército foi, de certa maneira,... Na minha ordem eu disse: «Não há pressão sobre a Polícia Judiciária Militar nem sobre a Polícia Judiciária. Não nos compete. O processo criminal segue o seu caminho, portanto vocês aguardem. Está fechado no paiol número não sei quantos...? Deixem-no estar!»

Sobre se eu tive conhecimento do memorando, Sr. Deputado, eu não tive conhecimento de memorando nenhum. Eu, nesse processo, estou perfeitamente de consciência tranquila, como estou com os outros, porque eu sou pela transparência e pelo rigor.

Sobre se é normal haver memorandos sem data, normalmente não é, como é lógico. Quem entrega um documento tem de ter uma data e por aí fora, mas isso...

Sobre se a Polícia Judiciária Militar é dispensável. O Sr. Deputado não estava quando eu estava a dar a justificação logo no início, mas eu acho que a Polícia Judiciária Militar não é dispensável, ela tem um espaço de ação muito próprio, faz um trabalho extraordinário e também dá credibilidade ao funcionamento da instituição militar em termos de apuramento de responsabilidades criminais, porque a cultura militar é muito específica e é corporativa.

Daí a razão pela qual eu digo que os comandantes têm – particularmente o Exército – uma estrutura baseada nas armas e serviços e, então, mais corporativa é. A cultura das armas e serviços no Exército é fortemente corporativa e leva a protegerem-se e a disputarem recursos entre as armas e os serviços — e os Srs. Deputados alguns sabem disso perfeitamente —, entre infantaria, artilharia, cavalaria e por aí fora, o que, às vezes, é negativo no sentido de gerar eficiência e mesmo a eficácia no aproveitamento de recursos.

Posso contar aqui alguns casos recentes em que tive de me atravessar no caminho, porque a ordem que eu tinha dado não estava a ser cumprida e eu disse: «Calma aí! Eu dei ordem neste sentido: é o Regimento de Infantaria n.º 14 para o Afeganistão e é o Regimento de Infantaria n.º 14, não é outro regimento, nem é a tropa especial!» Temos de acreditar no soldado de infantaria e temos de acreditar que somos bons para substituir os turcos no aeroporto de Hamid Karzai, em Cabul. Foi isso que eu verifiquei lá: mulheres a controlarem... o soldado português a controlar, a entrada no aeroporto. Que orgulho eu senti, porque a jovem estava ali a fazer um trabalho extraordinário.

O Sr. Deputado Telmo Correia perguntou-me se os tenentes-generais não estariam a... Sr. Deputado, se calhar, eu expressei-me mal, e peço desculpa se o erro foi meu: eu referi-me aos tenentes-generais que bateram com a porta – foi uma expressão minha – relativamente à demissão. Eu referi-me a essa demissão. Se eles não tivessem apresentado a demissão, o processo não teria sido exponenciado em termos de imagem pública e de contestação.

Era isso que eu estava à espera. Um ou outro pediram-me para serem exonerados e eu disse: «Não, não tenho razões para isso! Deem-me tempo, deixem avançar com os processos...» Eu pedi! Eu pedi-lhes, objetivamente naquele Conselho, expliquei qual é que era o conceito de pressão superior,

no sentido de encontrar uma solução. Por que é que foi a resposta seca e de não dar nenhum contributo?

Portanto, se os tenentes-generais vêm dizer que houve gestão danosa da minha parte, se eles não tivessem apresentado a demissão estou convencido que não estaríamos a discutir este assunto aqui hoje, porque não havia esta contestação.

É a questão de acreditar no Exército, de acreditar no Comandante do Exército, a decisão era minha e eu não iria aligeirar essa decisão, não iria passar essa decisão nem me vou refugiar noutras decisões.

Explicação ao Ministro de Defesa Nacional mais partilhada, etc. Eu liguei para o Sr. Ministro a dizer: «Sr. Ministro, vai haver esta decisão». Portanto...

Se foram frontais? Eu nunca me escondi na falta de frontalidade; e os puxões de orelhas foram... Eu falei no caso dos Comandos... Eu falei no caso do Kosovo, quando surgiu na comunicação social a contestação sobre o Kosovo. Eu liguei-lhe! Não vou dizer o que é que disse, nem vou dizer aqui o que é que eu disse ao Sr. Tenente-General CFT quando do mandato de detenção da Polícia Judiciária, quando eu recebi a informação quando estava em São Jacinto. Não Vou! Ele se tiver pruridos e, se quiser, que o diga...

Naquela minha viagem de São Jacinto para Lisboa, porque eu convoquei uma reunião à noite, por causa de se processo, e, depois, tinha à noite tinha o inspetor da Polícia Judiciária Militar com um mandato de detenção, o processo – como aconteceu mais tarde, com o major Brasão que vinha da República Centro Africana – nós trocámos argumentos e havia propostas relativamente às quais eu disse: «Desculpem, eu acredito na justiça!» Esta foi a minha pedra-de-toque permanentemente! E o decoro leva-me a dizer que não vou mais longe do que aquilo que já disse aqui, e eles sabem que é verdade.

Sobre se funcionou mal, o Sr. Deputado Telmo Correia sintetiza com várias argumentos de uma forma... Eu não estou de acordo consigo, mas... Pode dar origem a dizer que houve aqui incoerência e por aí fora e que atitudes... Eu atalhei sempre!

Na República Centro Africana quando lá cheguei aquela secção de manutenção e ainda hoje estou a ver os Hummer sobre as preguiças – chama-se preguiça a uma coisa que é colocada debaixo da viatura para mudar motores – e quando eu vejo as asneiras que tinham feito, ordens de expedição trocadas, mandaram preguiças para viaturas ligeiras e esqueceram-se que os Hummer, os UMV, têm uma tonelagem muito maior, problemas no ar condicionado... E eu disse ali, forte e feito, para o sargento-ajudante comandante de secção, eu disse objetivamente: «Vai haver sangue quando eu chegar a Portugal.» Eu disse-lhe isto! Eu pergunto: «Mas, meu ajudante, aquilo que me está a dizer a mim já disse antes? Ele disse: «Eu disse isto tudo ao nosso tenente-coronel CFT.» Perguntei: «E o que é que fizeram?» Resposta: «Nada!»

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E houve sangue!

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Aqui quando cheguei? Houve! Foram 36 toneladas de material!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Material não sangue!

O Sr. General **Frederico José Rovisco Duarte**: — Não quis sangrar. Isso iria ser mais tarde!

Kosovo – eu fui ao Kosovo para preparar a retração. Quando tinha sido decidido que era até ao final do ano, eu pedi ao Sr. Ministro que não fizesse a retração de inverno. Disse: «Não faça a retração no inverno, faça a

retração na primavera. Dá-me tempo, porque não se pode fazer porque aquilo está com neve e, além disso, dá-nos tempo para cuidarmos dos problemas ambientais.»

Eu estive uma reunião, quando fui ao Kosovo, com a polícia kosovar e com os *legal advisors*, eu montei tudo no terreno para que se fizesse a retração, quando cheguei a equipa foi logo nomeada e por aí fora, retração fez-se e ninguém deu por ela. E o campo foi passado – e toda a gente dizia que era português mas não era nada, o que havia era um outro espaço que era português, portanto havia falta de informação – à polícia kosovar na véspera de o Governo cair...

Portanto, sem custos ambientais nem nada, porque o pessoal tinha-se portado de acordo com as regras NATO, com a doutrina NATO, o procedimento tinha sido feito, tinha sido tudo impecável e agora vêm para a praça pública contestar? Então foi quando lhe puxei as orelhas, é verdade liguei-lhe, havia necessidade disto? Em Conselho Superior do Exército várias vezes eu disse: «Tem calma, vamos dar a volta a isto», eu acredito.

Portanto, havia um problema de confiança recíproco, não sejamos ingénuos, Sr. Deputado. Eu fui puxando as orelhas e no caso dos comandos, se querem entender essa parte de chamar o processo a mim, não foram orelhas foi deitar as mãos ao pescoço.

O processo dessa unidade que já referi do Ministério Público, eu devolvi, eu devolvi processos dos comandos. Portanto, perante aquela que foi a vivência diária nestes anos, e ao longo deste tempo todo, eu não posso estar de acordo com o Sr. Deputado relativamente a algumas conclusões que são simples, são ligeiras, vai-me desculpar isso com toda a frontalidade.

A margem de comunicação pode não ter sido a melhor, posso ter falhado, com certeza falhei, agora que eu confiei nos generais para criarmos um espírito de equipa... Porque eles também foram camaradas, desde 1976,

e soubemos resolver sempre as nossas desavenças, também podemos continuar a resolver.

Houve acordos que tinham sido feitos, e não digo que tenham sido rasgados, mas não foram cumpridos e porquê? Porque também caíram nalgumas armadilhas.

Eu não vou sequer falar noutras propostas que me fizeram porque tenho vergonha delas, de quem as fez.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado Ascenso Simões disse que há necessidade de abertura é uma questão de fundo da abertura das instituições militares, particularmente do Exército. É verdade, está ser escrutinado e o pessoal sente no dia-a-dia que está ser fortemente escrutinado, mas isto é uma reviravolta. A proteção que havia de facto em alguns casos, esta história da camaradagem, que eu não defendo, é muito bonito mas dentro da legalidade e da legitimidade, dentro das competências comando aquilo que quero para o Exército.

Eu acreditava piamente — e disse isto na comunicação social — nos comandos e eu acreditava no processo de afirmação dos comandos, agora deixemos seguir o processo na justiça e vamos esperar que seja feita justiça de acordo com o que deve ser, mas não podia compactuar, nem podia estar aqui indiferente à espera de salvamento porque esse não é o meu feitio e não tenho nenhum temor sobre isso.

Agora, Sr. Deputado, não são todos incompetentes, de maneira nenhuma, nesta situação foi uma clivagem, tenho uma posição divergente sobre este assunto que levou ao extremar das posições. Eu tive situações vividas anteriormente em que eu disse que ia ser assim mas ia ser um desastre, «eu não concordo, mas não vou deixar de colaborar com a decisão, a decisão está tomada, portanto é essa a decisão». É isso que eu gostava de ter visto e gostava que eles tivessem acreditado em mim, porque inicialmente

acreditarem em mim, mas depois deixaram de acreditar quando saiu uma notícia na comunicação social.

Devo, ainda, dizer uma outra coisa que é importante: o Tenente-General comandante do pessoal tinha a data da declaração no processo o dia 7 com efeitos a 14. Ou seja, declarou, «eu, fulano de tal, declaro que desejo passar à reserva a partir do dia 14», mas entregou dia 7.

O Tenente-General CFT entregou essa mesma declaração na segunda-feira dia 10, mas com efeitos a partir do dia 14. O Tenente-General AGE disse nesta Comissão que a partir de quarta-feira já não queria estar, a declaração era até sexta-feira.

O Tenente-General CFT Menezes disse objetivamente na Comissão que tinha tentado procurar audiências com o Chefe da Casa Militar. Então se as pessoas estão chateadas e querem ir-se embora vão entregar umas declarações com a data de uma semana depois. Para quê? Para se despedirem.....disse aqui objetivamente que era para fazer a despedida no Porto e que na quarta-feira já não queria estar. Então não era no dia 14 era no dia 12 e para quê? Para ir de férias?

Portanto, Srs. Deputados, conjugando estes dados todos eu fico triste porque é uma carreira longa que não tinha necessidade de culminar neste desfecho. Não tinha necessidade. Se eu falhei na exoneração dos comandantes expliquei por que é que foi e acredito nessa decisão, a partir do momento em que sou chefe e tomei a decisão — e confiava que essa era a melhor decisão para o Exército —, os nossos generais só tinham de aceitar ou irem-se embora.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo nenhuma manifestação de vontade para a terceira ronda, dou por concluída esta audição e agradeço, uma vez mais, a presença do Sr. General Rovisco Duarte.

Recordo às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que amanhã reuniremos às 17 horas. Reunirei com os Srs. Coordenadores e Vice-Presidentes, previamente, às 16 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 40 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.